



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LEONARDO DO AMARAL ALVES

**EXPERIÊNCIAS FORJADAS A FERRO E FOGO: RELIGIOSIDADE,
ORGANICIDADE E LUTA PELA TERRA NO EXTREMO SUL DA BAHIA NO
CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1978-1985)**

FEIRA DE SANTANA
AGOSTO DE 2017

LEONARDO DO AMARAL ALVES

**EXPERIÊNCIAS FORJADAS A FERRO E FOGO: RELIGIOSIDADE,
ORGANICIDADE E LUTA PELA TERRA NO EXTREMO SUL DA BAHIA NO
CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1978-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dr^a Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira.

FEIRA DE SANTANA
AGOSTO DE 2017

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

A48e Alves, Leonardo do Amaral

Experiências forjadas a ferro e fogo: religiosidade, organicidade e luta pela terra no extremo sul da Bahia no contexto da ditadura civil-militar (1978-1985) / Leonardo do Amaral Alves. –, 2017.

150 f.

Orientadora: Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Conflitos de terra - Religiosidade. 2. Diocese de Caravelas. 3. Extremo Sul da Bahia. I. Oliveira, Ana Maria carvalho dos Santos, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 26:316.454(814.22)

TERMO DE APROVAÇÃO

Data de avaliação: 28/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a Ana Maria Carvalho dos Santos
PGH/UEFS – Orientadora

Profa. Dr^a Elizete da Silva
PGH/UEFS

Profa. Dr^a Sara Oliveira Farias
PPGHIS/UNEB

AGRADECIMENTOS

A caminhada ao longo do mestrado foi marcada por momentos ímpares em minha vida, não somente pelo mestrado em si que era algo desejado antes mesmo do término da graduação, como também pelas experiências vividas no desenrolar desses dois anos e meio. Durante meu primeiro ano de mestrado vivi a primeira experiência de sair de casa, o que me colocava diariamente de frente com a saudade das pessoas que amo e isso resultou num processo contínuo de viagens mensais a Teixeira de Freitas, cujo retorno para Feira de Santana era sempre marcado pelo sofrimento de regressar a um lugar distante. Todavia, assim que chegava à Princesa do Sertão a perspectiva mudava, principalmente porque adentrar aos muros da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e fazer parte de sua comunidade estudantil, era algo que me enchia o peito de alegria e satisfação, afinal, as aulas com os professores Eurelino Coelho, Clóvis Ramaiana, Ana Maria Carvalho e Carlos Augusto sempre foram permeadas de excelentes debates e contribuições à minha formação de historiador. Estar na UEFS foi para mim uma experiência singular e, ainda hoje, sinto falta de andar pelos caminhos desta universidade, de me encontrar com os colegas e amigos que fiz no mestrado, das reuniões do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) e do Centro de Pesquisa da Religião (CPR).

Os momentos de aprendizagem em Feira de Santana, contudo, não foram restritos ao espaço acadêmico. Muitas coisas vivenciei no Feira VI, bairro vizinho à universidade, onde me encontrava com colegas do curso em reuniões de amigos mais que prazerosas, momento em que socializávamos nossas expectativas com relação ao mestrado e também sobre nossas futuras carreiras de historiadores e sobre como tudo isto interagiu com nossas vidas pessoais. A solidariedade dos colegas e professores foi algo que muito marcou minha experiência em Feira de Santana, ou simplesmente Feira, dentro ou fora da universidade, ensinando-me a viver e a melhorar como ser humano.

Por sua vez, este conjunto de vivências só foi possível em virtude do apoio familiar que recebi, especialmente dos meus pais que comigo acreditavam que era possível a um filho da Classe Trabalhadora frequentar as salas de aula da pós-graduação de uma universidade distante da minha cidade de origem. Quem vem da Classe Trabalhadora sabe muito bem das dificuldades, especialmente financeiras, em se empreender tal empreitada, pois esta é a que mais compromete a permanência de estudantes nos cursos superiores, principalmente quando

há o desafio de morar fora e todas as despesas que isso implica. Nesse sentido, gostaria de agradecer também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que me concedeu os recursos financeiros necessários à realização desta empreitada. Sem o apoio da FAPESB eu não sei se teria sido possível minha permanência no mestrado em História. Contudo, os atrasos constantes e o golpe final que foi a suspensão da minha bolsa em meados de 2016, faziam questão de me lembrar o lugar onde me encontro na estrutura social brasileira, de forma que parece inconcebível a um filho da Classe Trabalhadora frequentar espaços públicos privilegiados como a universidade. Todavia, apesar dos reveses fica aqui meu agradecimento sincero à FAPESB e espero que possamos superar a conjuntura política atual que tende a sacrificar a pesquisa científica e principalmente os pesquisadores que dependem de bolsas para sua permanência nos programas de pós-graduação, e que num futuro próximo aqueles que dedicam suas vidas à pesquisa acadêmica possam gozar do devido respeito e dignidade. Quero agradecer também aos meus professores e colegas de mestrado, pois todos deixaram marcas em meu processo pessoal de construção enquanto ser humano e pesquisador.

Gostaria de agradecer também a frei Elias Hooij (*in memoriam*), pessoa generosa que numa entrevista me indicou o caminho das pedras, levando-me a encontrar o rico acervo de documentos da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas. Porém, o acesso à documentação também não teria sido possível sem a colaboração do bispo que estava à frente da diocese à época da pesquisa nos arquivos, dom Carlos Alberto dos Santos que foi quem me permitiu o acesso à documentação e contribuiu de forma singular para a realização desta pesquisa. Logo, torna-se necessário também agradecer às funcionárias da cúria diocesana, sempre atenciosas e prestativas, ajuda fundamental na identificação dos documentos pertinentes ao recorte desta pesquisa.

Meu agradecimento final se dirige ao bom Deus, força suprema que me concede o dom da vida e a capacidade de superar as pedras do meio do caminho, sem o qual esta trajetória não teria sentido e esta pesquisa não teria sido possível, pois somente aquele que concebe a vida pode nos suprir de nossas necessidades materiais e espirituais.

RESUMO

As lutas pela posse da terra no Extremo Sul da Bahia ocorreram num cenário de transformações da estrutura agrária em todo o Brasil, o que levou à emergência de conflitos no campo. Estes confrontos, por sua vez, em casos como o desta região baiana tiveram a interferência da Igreja Católica, que atuou na organização dos trabalhadores rurais, posseiros, pequenos proprietários e pescadores, a fim de que pudessem fazer frente à ofensiva capitalista em curso. Além do mais, as ações do clero extrapolaram as ações de caráter organizativo, ensejando seu envolvimento direto nos conflitos, o que resultou em ameaças de fazendeiros a um padre e ataques de bombas em uma igreja, em vigilância das atividades da Diocese de Caravelas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), bem como implicou no direcionamento da violência às populações rurais da região, com espancamentos, torturas e prisões arbitrárias, mas também com enfrentamentos por parte dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários em diferentes âmbitos da vida social e política e com o apoio constante do bispo da Diocese de Caravelas, dom Filipe Tiago Broers e alguns religiosos como frei Elias Hooij e padre José Koopmans.

Palavras-chave: Conflitos no Campo; Ditadura Civil-Militar; Diocese de Caravelas; Extremo Sul da Bahia.

ABSTRACT

The struggles for land tenure in the extreme south of Bahia occurred in a scenario of transformations of the agrarian structure throughout Brazil, which led to the emergence of conflicts in the countryside. These confrontations, in turn, in cases like the one of this baiana region had the interference of the Catholic Church, who acted in the organization of rural workers, settlers, small proprietors and fishermen, so that they could deal with the ongoing capitalist offensive. Moreover, the actions of the clergy extrapolated the actions of an organizational, character enabling their direct involvement in conflicts, which resulted in threats from ranchers to a priest and bomb attacks on a church, in vigilance of the activities of the Diocese of Caravelas by the National Information Service (NIS), as well as the targeting of violence to rural populations in the region, with beatings, torture and arbitrary arrests, but also with confrontations by rural workers, settlers, smallholders, in different spheres of social and political life and with the constant support of the bishop of the Diocese of Caravelas, dom Filipe Tiago Broers and some religious like frei Elias Hooij and priest José Koopmans.

Keywords: Conflicts in the countryside; Civil-Military Dictatorship; Diocese of Caravelas; Extreme South of Bahia.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1. Projeção de distância entre Caravelas e Ilhéus via Google Maps.....	23
Tabela 1. Evolução do protestantismo no Bahia: 1955-1961.....	35
Tabela 2. Aumento do espiritismo nas sedes episcopais da Bahia.....	37
Tabela 3. Evolução populacional na Bahia e na Diocese de Caravelas: 1920-1965.....	52
Figura 2. Anúncio da Aracruz Celulose no jornal O Estado de São Paulo.....	116
Figura 3. Mapa do Extremo Sul da Bahia (capa do informativo diocesano).....	123

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPR – Centro de Pesquisa da Religião

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEPIN – Departamento de Polícia do Interior

FETAG/BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

FLONIBRA – Florestamento Nipo-Brasileiro

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERBA – Instituto de Terras da Bahia

LABELU – Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RS – Rio Grande do Sul

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TL – Teologia da Libertação

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I. Diocese de Caravelas: da experiência missionária à edificação das estruturas institucionais.....	19
<i>Omnium Ecclesiarum</i> : o nascimento de uma nova diocese na Bahia.....	20
Configurações do quadro religioso do Extremo Sul da Bahia.....	33
A Diocese de Caravelas, o CERIS e as instituições internacionais de filantropia.....	44
Capítulo II. Conflitos de terras no Extremo Sul da Bahia: experiências organizativas entre trabalhadores rurais e Igreja Católica.....	63
Experiência: um processo que vai da germinação à colheita.....	65
O Extremo Sul e as políticas de desenvolvimento econômico durante a Ditadura Civil-Militar.....	68
Fogo e contrafogo na esteira das lutas pela terra.....	76
Capítulo III. Religiosidade popular e lutas sociais no campo: o povo rezava, mas também sabia lutar.....	108
Rezando e lutando na presença do Senhor.....	111
Expressões do catolicismo popular diante das lutas e conflitos que se processavam no Extremo Sul da Bahia.....	126
Considerações finais	141
Bibliografia	145
Lista de Fontes	149
Fontes Online	150

INTRODUÇÃO

No Extremo Sul da Bahia durante os anos finais da Ditadura Civil-Militar que se instalou no Brasil a partir de 1964, houve a emergência de conflitos de terras que envolveram pequenos proprietários, trabalhadores rurais e a Igreja Católica em oposição aos projetos de desenvolvimento econômico para a região levados a cabo pelos governos militares e também pelo governo baiano, cuja intenção era promover a industrialização nesta parte da Bahia, com base na expansão da fronteira agrícola, de maneira a viabilizar os empreendimentos agroindustriais de empresas que combinavam capital público e privado. Esse movimento em direção ao modelo econômico em vigor durante a Ditadura Civil-Militar provocou sérios problemas sociais e tinha como causa imediata a violência empregada na prática da grilagem, o que, por sua vez, se chocava contra os interesses de trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários.

Nesse processo que levou à emergência de lutas e conflitos no campo, foi significativo o papel da Igreja Católica, mais especificamente, da Diocese de Caravelas enquanto instituição que se comprometeu com os trabalhadores rurais da região de forma que empreendeu lutas e embates em diferentes instâncias com denúncias e ações junto a instituições públicas, exigindo a reparação de direitos sociais comprometidos, principalmente, pela expulsão dos trabalhadores de suas terras, prisões arbitrárias, ameaças e outros tipos de violência. A partir desse conjunto de elementos que configuravam o cenário histórico no Extremo Sul baiano em finais da década de 1970 e início da década seguinte, o que esta pesquisa pretende é analisar as experiências de lutas construídas por pequenos proprietários, posseiros, trabalhadores rurais e a Igreja Católica na Diocese de Caravelas, diante da ofensiva apresentada pelo modelo de desenvolvimento capitalista perpetrado pelos militares, impondo a reconfiguração do espaço agrário regional, o que ocasionou sérios problemas à sobrevivência das comunidades locais. Neste sentido, significa dizer que nos interessa de perto as lutas travadas no campo material, ou seja, em torno das disputas e confrontos pela terra, mas também aquelas empreendidas no âmbito das representações religiosas e como estas se relacionam com a esfera material, de modo que religião, economia e política se entrecruzam e têm como resultado, ações políticas que apresentam formas próprias de comportamento ante às circunstâncias.

A ditadura imposta pelos militares, com a anuência de seguimentos da sociedade civil, tinha como objetivo frear o avanço dos movimentos pelas reformas de base em diversos pontos do país, cuja amplitude com que se seguia, alarmava a classe dominante, temerosa de que ocorresse uma transformação radical no quadro socioeconômico e político do país, o que ameaçava a manutenção das relações de poder até então vigentes, de forma que o apoio ao golpe e à ditadura foi a via encontrada para a garantia da continuidade de seu *status quo*, juntamente com outros sujeitos e instituições, a exemplo da ala conservadora da Igreja Católica, que via no crescimento dos movimentos pelas reformas de base a ameaça de que o Brasil se tornasse comunista. Desta forma, os militares, uma vez que assumiram o poder, colocaram em curso um projeto de desenvolvimento que perpassava, necessariamente, pela submissão da economia nacional em seus diversos setores, aos parâmetros da ordem capitalista. Esse direcionamento, por sua vez, ocorria de acordo com as demandas do capital estrangeiro e do mercado internacional, o que colocava as necessidades do mercado interno, bem como as carências sociais da população brasileira, em segundo plano. A promoção da industrialização brasileira no modelo acima referido, resultou no crescimento da indústria urbana, bem como no açambarcamento de zonas agrícolas que ainda não haviam sido inseridas dentro de uma lógica de produção propriamente capitalista.

Promover o desenvolvimento do capitalismo implicava no rompimento com formas anteriores de produção econômica, como, por exemplo, a agricultura, anteriormente determinada por valores comunitários, éticos e religiosos, configurando formas peculiares de relacionamento do mundo do trabalho e com a natureza. Neste sentido, quando pensamos nas lutas travadas no Extremo Sul da Bahia, procuramos levar em consideração tais perspectivas, uma vez que a expansão da fronteira agrícola na região não se fez sem provocar choques e rompimentos com modos e formas próprias de habitar a terra e nela produzir, construídas por trabalhadores rurais, posseiros e pescadores. Das contradições desse processo emergiram conflitos de terras no Extremo Sul baiano e os embates aí travados ocorreram, em boa medida, em virtude da grilagem que é uma forma de aquisição da terra utilizada por grandes fazendeiros e empresas estrangeiras, que, em muitos casos, contavam com a anuência de juízes, oficiais de justiça, policiais militares, entre outros.

Diante dos problemas que surgidos em torno da questão da terra no Extremo Sul baiano e da violência empregada contra as pessoas que nelas habitavam, a Igreja Católica se apresentou como instituição interessada na promoção da justiça social, empreendendo a

defesa de pequenos proprietários, trabalhadores rurais e posseiros – cujas terras se encontravam em litígio –, fosse por meio da denúncia em jornais – da capital ou de outras regiões do país, inclusive com publicações num informativo subsidiado pela própria Diocese de Caravelas –, ou ainda, através do trabalho com sindicatos e colônias de pescadores, o que contribuía para a organização dos trabalhadores rurais e pescadores enquanto coletividades.

Compreendemos que os conflitos que neste espaço se processaram, compõem um campo de estudos mais amplo e remete a um histórico de lutas no campo que ganham força no início do século XX e segue em ampla expansão até as vésperas do Golpe de 1964, com as Ligas Camponesas, as articulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto aos trabalhadores do campo e também com as ações da Igreja Católica na organização das lutas no campo, todos estes em concorrência pela liderança dos movimentos e lutas dos trabalhadores do campo. Desta forma, consideramos que o estudo das lutas sociais no campo constitui tema importante para a compreensão da sociedade brasileira no tempo presente, uma vez que os conflitos de terras marcaram a história do século passado e, ainda no tempo presente, estão longe de ser uma questão resolvida. Além disso, nos ajudará a melhor compreender a atual configuração agrária no Extremo Sul da Bahia, o papel que representa a eucaliptocultura na região e seus impactos sociais.

Com isso, a emergência de um cenário social, político e econômico caracterizado pelo paradigma da posse da terra envolve diferentes instituições com funções políticas, sociais e culturais bastante distintas e que, não raro, concorrem à liderança dos movimentos de luta pela terra, isto quando não se colocam na contramão daqueles que requerem o direito de cultivar a terra e de nela sobreviver, em favor do capital multinacional, dos governos militares ou dos mandatários locais. É por isso, que nos interessamos pela análise das lutas pela terra que ocorreram no Extremo Sul da Bahia nos anos finais da Ditadura Civil-Militar e como os trabalhadores rurais, juntamente com membros do clero da Diocese de Caravelas construíram suas experiências de lutas diante do avanço do capitalismo sobre o campo, que operava no sentido de promover a mecanização da agricultura, em outras palavras, uma modernização conservadora da produção agrícola e ao mesmo tempo, desenvolver relações sociais de produção tipicamente capitalistas sobre o campo.

Esta pesquisa, por sua vez, estabelece também um recorte temporal que vai de 1978 a 1985 – ano da abertura política. O período de recorte se justifica em função da documentação de que dispomos para a pesquisa, que em grande parte foi produzida neste período, além de

ser também um momento em que os movimentos e lutas sociais em todo o Brasil, ganharam um novo ímpeto, de maneira que emergiram diferentes bandeiras em diversos pontos do país, ou seja, os confrontos que se estabeleceram na região baiana do Extremo Sul, ocorreram num contexto em que eram travadas lutas por trabalhadores – do campo ou da cidade –, em distintos lugares do Brasil, resultantes, também, do processo de abertura política que se iniciava em finais da década de 1970, o que era acompanhado, portanto, da emergência de novas lutas e frentes de batalhas travadas por diferentes categorias de trabalhadores em todo o país.

Para a análise das experiências de lutas dos sujeitos em questão tomaremos como referencial teórico as considerações de Edward Palmer Thompson, acerca do conceito de experiência. Para o historiador britânico, a experiência é uma categoria dialética, ou seja, sua elaboração é corolário da interação entre o mundo da produção, das condições materiais e sociais com as quais se deparam os sujeitos e os valores sociais, culturais, psicológicos, religiosos, dentre outros, de que são portadores, de maneira que todos estes elementos estão em intrínseca relação, determinando-se mutuamente. Deste processo emergem as ações dos sujeitos que, por sua vez, influem sobre o quadro material e social, de forma a produzir especificidades na configuração do quadro histórico em que atuam como sujeitos. Neste sentido, esperamos que a análise das lutas pela terra no Extremo Sul baiano, nos possibilite compreender como foram tecidas as experiências dos sujeitos diante de circunstâncias específicas e como estas compunham um quadro histórico mais amplo, dentro de uma perspectiva marxista, tomado como totalidade histórica¹.

Além de Thompson, contaremos também com as contribuições teóricas de Roger Chartier e suas considerações acerca do conceito de representação. Para Chartier, as representações ocorrem em íntima interação com o mundo material, aproximando-se da perspectiva dialética, uma vez que para o historiador francês, mundo material e imaterial interagem e se influenciam mutuamente, de forma que para compreendermos as lutas dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários no Extremo Sul da Bahia, torna-se

¹ Tomamos o conceito de totalidade com base nas considerações do historiador Eurelino Coelho, em sua análise acerca do método na pesquisa histórica, em que propõe a superação das vertentes teóricas que pendem para o estruturalismo sem considerar a agência dos sujeitos, ou o reverso da moeda, que é aquela que parte da perspectiva que os sujeitos atuam livremente, libertos das determinações estruturais. Neste caso, Coelho propõe a abordagem dialética, que deve levar em consideração tanto a agência dos sujeitos, mas também as determinações estruturais, ou seja, concebe que os sujeitos atuam dentro de uma totalidade histórica e que, a agência dos sujeitos não é, portanto, livre de determinações. C.f.: COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. In: *Revista história e luta de classes*. Teoria da história. Ano 6, ed 9, junho 2010, pp. 7-16.

imprescindível analisarmos a relações entre a religiosidade dos sujeitos e suas ações ante às questões políticas e econômicas com as quais se deparam, de modo que para a compreensão de como os sujeitos concebem o mundo material, torna-se imprescindível o exame de como concebem seu universo imaterial, ou seja, de como as representações da esfera cultural interagem com a vida econômica, política e social.

Com isso, tentaremos, ao longo desta pesquisa, pensar dialeticamente as experiências de lutas em torno da posse da terra no Extremo Sul baiano, uma vez que as relações que se estabelecem entre a Igreja Católica na Diocese de Caravelas e os trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários, indicam para uma possível interação entre representações do universo sociorreligioso daqueles sujeitos e as bruscas transformações que ocorrem nos âmbitos da vida econômica e política destes sujeitos e como isto se refletiu nas lutas empreendidas no período destacado.

Para o nosso esforço analítico, tomaremos como fontes para análise algumas edições do informativo diocesano da Diocese de Caravelas, um estudo socioeconômico do Extremo Sul da Bahia realizado em 1966 pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS), documentos como um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) a respeito das atividades realizadas por dom Filipe Tiago Broers na Diocese de Caravelas e seu caráter subversivo, o livro de Frei Elias Hooij em que narra desde os primeiros momentos em que religiosos católicos se fizeram presentes nesta parte da Bahia, até acontecimentos mais atuais no interior da Igreja Católica na região, o livro do padre José Koopmans em que analisa a questão do eucalipto no Extremo Sul baiano, anúncios e notícias acerca da eucaliptocultura que vislumbrava sua entrada nesta região, publicados no jornal O Estado de São Paulo (ESTADÃO), dentre outros documentos.

Esta dissertação divide-se em três capítulos: no primeiro analisamos a trajetória da Igreja Católica na região até a criação da Diocese de Caravelas. Procuramos traçar um quadro no sentido de delinear como se formaram as bases do catolicismo na região, uma vez que a área se configurava por grandes distâncias e dificuldades de trânsito entre o litoral e o interior, marcado pela ausência de estradas, obstáculos apresentados pela geografia e que variavam conforme as condições climáticas. O acesso ao interior era uma tarefa árdua, mas necessária, pois a região, cujas fronteiras com Minas Gerais era caracterizada pelo trânsito constante de pessoas entre os dois estados, de maneira que havia uma intensa troca cultural, que, em muitos casos, desafiava a hegemonia católica, o que demandava dos padres e religiosos

estratégias que buscassem garantir a preferência dos fieis pelo catolicismo, o que era dificultado não apenas pelas práticas religiosas populares, como também pela chegada de seguimentos protestantes na região, que ganhavam espaço cada vez maior, em virtude, especialmente, do investimento destes em educação com a criação de escolas protestantes, o que exigiu da Igreja Católica estratégia semelhante. Além do mais, trataremos neste capítulo acerca de como foi o processo de fundação da Diocese de Caravelas, as demandas locais e sua relação com a situação da Igreja Católica nos planos nacional e internacional, de forma que considerar-se-á as mudanças na geopolítica mundial, bem como as transformações no campo religioso, com a expansão de seguimentos protestantes, especialmente, no Brasil. Depois de analisarmos este quadro, procuraremos avaliar a atuação da Diocese de Caravelas no Extremo Sul da Bahia e sua relação com instituições internacionais de filantropia e de como esta aproximação possivelmente contribuiu para a realização de projetos filantrópicos no Extremo Sul baiano.

No segundo capítulo, analisaremos as experiências de lutas no campo em função das transformações na estrutura agrária na região. Para isto, trataremos de examinar os quadros social e econômico do Brasil, com foco especial na situação das populações rurais e sua luta pela terra. A deflagração do Golpe Militar de 1964 e o que representou para os grupos sociais que apostavam nas reformas de base. Em seguida, empreenderemos uma análise das transformações econômicas no país e na região, viabilizadas pelos projetos de desenvolvimento econômico de que lançavam mão os militares, as contradições do milagre econômico e como as questões regionais se enquadravam no conjunto das políticas de desenvolvimento dos governos militares. Adentraremos em algumas iniciativas de organização dos trabalhadores, as disputas de poder em torno de instituições de classe, bem como analisaremos as denúncias de casos de violência na região, com a expulsão de trabalhadores de suas terras, espancamento de um trabalhador rural em Itanhém, ameaças ao padre José Koopmans e ao advogado do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itanhém. Neste capítulo examinaremos também como as ações do bispo de Caravelas eram acompanhadas de perto pelo SNI, de forma que dom Filipe Broers era considerado pelos militares um sujeito subversivo e que atuava contra o governo brasileiro e, neste sentido, fazemos uma comparação com o tratamento dos militares destinado aos membros do CEAS em Salvador, que sofriam com a constante vigilância dos militares, sendo alguns dos jesuítas ameaçados de expulsão do país.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos a análise sobre como os trabalhadores rurais construíram representações em seu universo religioso, no intuito de combater as investidas capitalistas sobre a região, cuja estratégia baseava-se num aparato científico que tomava de empréstimo de diversas ciências, como a economia e a linguagem, além da ampla veiculação em grandes jornais e que tinham como objetivo construir o consenso em torno do modelo de industrialização que se projetava para o Extremo Sul da Bahia. Por sua vez, os trabalhadores rurais, posseiros e comunidades rurais de maneira geral, utilizavam elementos do seu universo religioso a fim de fazer a crítica ao sistema político e econômico, de modo que sua organização perpassava, em boa medida, pelo senso de comunidade, com base em elementos do catolicismo que permitiam aos sujeitos envolvidos construir concepções próprias de justiça e igualdade. Seus valores comunitários se estendiam à concepção de uso e finalidade da terra como dom de Deus e a ofensiva do capital caminhava em contradição com este valor, uma vez que a terra passava a ter mero valor de especulação financeira ou de um tipo de produção que não levava em consideração os valores religiosos e culturais das populações locais que sofriam toda ordem de violência, indo da tortura e castigos físicos, à negação de atendimentos básicos como educação e saúde pelo Estado, instituição que operava em favor dos interesses das classes dominantes.

CAPÍTULO I

DIOCESE DE CARAVELAS: DA EXPERIÊNCIA MISSIONÁRIA À EDIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

[...] caros amigos, não se assustem, o Caminho de Cristo é / também nosso. Não tenhamos de morrer numa cruz, mas sim, / devemos carregar nossa cruz e ajudar os outros a carregarem a sua. E mais ainda, devemos também morrer, morrer ao nosso egoísmo. Só assim produziremos também nós muitos frutos, frutos / de amor e paz, de verdade e justiça, de felicidade e bem estar.²

Para a compreensão do envolvimento da Igreja Católica nas lutas pela terra que se processaram no Extremo Sul da Bahia durante os anos finais da Ditadura Civil-Militar, se faz necessária a análise das transformações que ocorreram no interior desta instituição a partir da reconfiguração dos campos político, religioso e econômico no Brasil e no mundo em finais do século XIX e início do século XX. A nova postura de que lança mão a Igreja Católica, ou melhor, um determinado seguimento em seu interior, é resultante de diferentes fatores que, neste sentido, corroboraram para um novo posicionamento de bispos, padres, religiosos e leigos. Desse modo, significa dizer que o envolvimento do bispo de Caravelas, dom Filipe Tiago Broers, juntamente com os clérigos da respectiva diocese nos conflitos em torno da propriedade fundiária e em outras questões sociais, nesta região, não são resultado de ações isoladas, mas, ao contrário, fundamenta-se numa nova opção que compõe um quadro mais amplo de mudança institucional, cuja perspectiva política no Brasil e na América Latina ganhou uma conotação específica, que é a da “opção preferencial pelos pobres”.

Assim, as relações constituídas entre a Igreja Católica na Diocese de Caravelas – Extremo Sul da Bahia –, trabalhadores rurais e camponeses nas lutas contra a grilagem de terras, fenômeno marcadamente violento, é corolário de um contexto de grandes transformações não somente na Igreja Católica, como também, no caso brasileiro, nas esferas política e econômica, com graves impactos sociais, o que, por sua vez, tornam ainda mais complexa a análise histórica que marca o período da Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil

²Boletim Diocesano Nº 6. Caravelas. Páscoa / [19]76, pag.28. *Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas*, Caixa 75, Maço 03.

entre 1964 e 1985. Todavia, para os pressupostos desta pesquisa, tomaremos como foco o recorte temporal entre os anos de 1978 a 1985, momento de retomada das lutas sociais em diferentes partes do Brasil e para o nosso caso em particular, da emergência das lutas pela terra no Extremo Sul baiano. Entretanto, cabe salientar que, apesar de compor uma totalidade histórica, o estudo das lutas pela terra nesta região e o envolvimento do clero nos conflitos a ela relacionados, possui determinadas características que serão abordadas ao longo deste texto, dentre as quais podem ser apontadas: a correlação entre religiosidade e lutas sociais, indicando para as formas particulares de compreensão e ação ante as condições históricas que são apresentadas aos agentes envolvidos nas lutas; também as formas como o bispo local se posiciona diante dos dilemas vivenciados pelos camponeses é um indicativo de situações particulares e que merecem um estudo cuidadoso.

Para tanto, neste capítulo trataremos de analisar as transformações institucionais que ocorreram no interior da Igreja Católica e como estas interagiram com o contexto histórico brasileiro de modificações nos campos político e econômico durante a Ditadura Civil-Militar, o que resultou em um espaço aberto à luta de classes. Nesta perspectiva, pretendemos examinar a criação da Diocese de Caravelas e o que representou na configuração administrativa da Igreja Católica, as ações do bispo, dom Filipe Tiago Broers, no sentido de imprimir à nova região episcopal uma característica pastoral de engajamento junto às classes subalternas, de enfrentamento e denúncia às injustiças que se reproduziam em diferentes instâncias da sociedade do Extremo Sul baiano e, como o nascimento da nova diocese baiana se insere no quadro das transformações econômicas que ocorreram nesta região e no Brasil de forma mais ampla.

***Omnium Ecclesiarum*: o nascimento de uma nova diocese na Bahia.**

Resultante do desmembramento do episcopado de Ilhéus, a Diocese de Caravelas³ foi criada pelo Papa João XXIII em 21 de julho de 1962, através da Bula Apostólica *Omnium Ecclesiarum*.⁴ A diocese compreendia uma área de 26.924 Km² e uma população de aproximadamente 270.000 habitantes, distribuída entre as cidades de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri, Medeiros Neto e Itanhém,

³ Atualmente denominada de Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas.

⁴Cf.: <http://dioceseteixeiradefreitas.com.br/historia/>. Data de acesso: 05 de abril de 2017.

as quais somavam o total de sete paróquias.⁵ Segundo Oslan Costa Ribeiro,⁶ a edificação da diocese aconteceu principalmente pela escassez de vigários na região Extremo Sul da Bahia, de modo que até 1948 havia apenas três sacerdotes para atender a região: um em Porto Seguro, outro em Alcobaça e o último em Caravelas⁷. Acerca da presença franciscana no Extremo Sul da Bahia durante a primeira metade do século XX, Frei Elias Hooij nos informa que

Já em 1917, dom Manuel de Ilhéus tinha oferecido aos frades a paróquia de Caravelas, incluindo as de Nova Viçosa e Mucuri. Em junho de 1936, dom Eduardo de Ilhéus fez uma visita pastoral em Caravelas, Alcobaça e Prado. Em Caravelas, residia o padre Edison, doente, e em Alcobaça o “Pretinho”, padre Emiliano (desde 1932). Em julho ainda o bispo pediu ao vigário de Teófilo Otoni [Minas Gerais] para mandar, ao menos de vez em quando, um frade à paróquia de Prado, para a desobriga do povo. E junto ao superior, frei Serafim, ele insistiu pedindo frades para sua diocese. (...) No mesmo ano, em 22.08.1936, o Comissariado Franciscano de Minas Gerais aceitou a paróquia de Caravelas com as anexas de Viçosa e Mucuri, nomeando vigário o pioneiro do Nordeste Mineiro, frei Feliciano Smitz e como coadjutor, o novato frei Peregrino. Padre Edison partiu logo depois para Prado, sua nova paróquia. Os frades chegaram com a bênção do bispo e a observação do seu secretário, o cônego Cláudio Ribeiro: “O gelo desse povo nas coisas de Deus é tradicional, atestado por todos os seus antecessores.” Ajudaram nesse tempo, ocasionalmente, os freis Hildebrando e Leobino. (...) Por carta de dom Eduardo de 24.04.1939, os frades de Caravelas ficaram encarregados também das paróquias de Alcobaça e de Prado.⁸

Em vista do número reduzido de padres na parte sul da diocese de Ilhéus, dom Felipe Benito Cundurú Pacheco, em 1946, sinalizou a intenção de recomendar ao Vaticano a criação de uma prelazia em Caravelas.⁹ No intuito de melhor respaldar seu intento, Pacheco tratou de informar ao núncio apostólico no Brasil, que Caravelas dispunha de boa infraestrutura econômica e de transportes, além de contar com uma boa casa paroquial para sede da prelazia.¹⁰ Todavia, não foi possível a Pacheco levar a cabo o projeto de ereção de uma prelazia em Caravelas, em virtude de sua saída de Ilhéus naquele mesmo ano. Por outro lado,

⁵ Idem.

⁶ RIBEIRO, Oslan Costa. *Percurso da Igreja Católica no Sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978)*. In: MACEDO, Janete Ruiz de (org). Diocese de Ilhéus: 100 anos de história. Vol. 1. Ilhéus, Ba: EDITUS, 2013.

⁷ Cf.: <http://dioceseteixeiradefreitas.com.br/novo/index.php/nossa-diocese/historia>. Acesso em 25 de julho de 2013.

⁸ HOOIJ, Elias. *Os “desbravadores” do extremo sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011, p. 26.

⁹ Segundo o Código De Direito Canônico (1983), uma Prelatura Territorial (o que ocorre em circunstâncias especiais) tem função semelhante à de uma diocese, porém, administrada por prelado ou abade.

¹⁰ Idem.

apesar da razoável infraestrutura – para o caso particular de Caravelas –, as distâncias¹¹ ainda eram um grande empecilho e dificultavam a comunicação entre as paróquias do Extremo Sul da Bahia, com a sede da Diocese em Ilhéus.

É sabido por todos que, na primeira metade do século XX, o principal meio de transporte no Sul da Bahia era marítimo, através de vapores que atracavam nos portos das principais cidades da diocese: Ilhéus (sede), ao norte, Maraú, Camamu, Valença, Itacaré (antiga Barra do Rio de Contas), ao sul da diocese, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro, Alcobaça, Prado, Caravelas e Mucuri (divisa com o estado do Espírito Santo).¹²

Diante dos problemas de comunicação entre as paróquias da diocese oriundos das grandes distâncias, dom Benedito Zorzi, cujo bispado foi de 1947 a 1952 e sucessor de Pacheco, resolveu também recomendar ao núncio apostólico no Brasil, dom Carlo Chiarlo, a criação de uma prelazia em Caravelas. A intenção de Zorzi era entregar a prelazia à Congregação Franciscana, de maneira que a ordem se responsabilizasse pelo envio de padres e religiosos para a então prelazia, tornando também mais profícuo o trabalho destes. Todavia, em contato com dom Jaime Câmara no Rio de Janeiro, Zorzi foi aconselhado a solicitar a criação de uma nova diocese, visto que ao novo bispo seriam direcionadas todas as responsabilidades.¹³

Contudo, Zorzi foi transferido em 1952 para o Rio Grande do Sul e o seu substituto, dom João Resende, foi quem fez os levantamentos da situação econômica de Caravelas para sua elevação ao status diocese. Porém, assim como seu antecessor, dom João Resende também foi transferido de Ilhéus e, somente no episcopado de dom Frei Caetano Lima dos Santos – depois de transcorrido em sigilo pontifício – foi publicada em 1962, a notícia há muito esperada da criação da nova diocese, com a publicação da bula papal *omnium Ecclesiarum*. Todavia, a definição do bispo para Caravelas só se deu em 03 de maio de 1963,¹⁴ com a nomeação do frade holandês “Filipe Tiago Broers, até então vigário da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Teófilo Otoni [Minas Gerais]”.¹⁵ A posse de dom Felipe Broers foi em 29 de julho deste mesmo ano.

¹¹ Ver mapa na página 23.

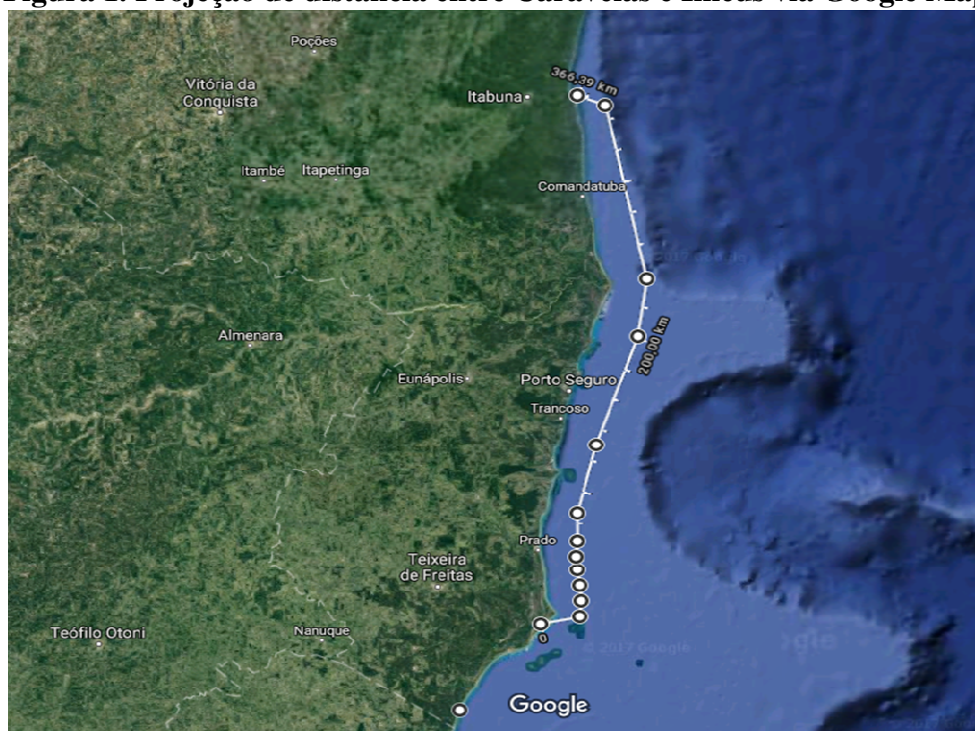
¹² RIBEIRO, Oslan Costa. *Percursos da Igreja Católica no Sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978)*. In: MACEDO, Janete Ruiz de (org). *Diocese de Ilhéus: 100 anos de história*. Vol. 1. Ilhéus, Ba: EDITUS, 2013, p. 47-48.

¹³ Idem.

¹⁴ Cf.: <http://dioceseteixeiradefreitas.com.br/historia/>. Acesso em 05 de abril de 2017.

¹⁵ HOOIJ, Elias. *Os “desbravadores” do extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011, p.32.

Figura 1. Projeção de distância entre Caravelas e Ilhéus via Google Maps¹⁶



Fonte: Google Maps

Assim que tomou posse, o bispo iniciou o trabalho pastoral e, em 1965, encomendou um estudo socioeconômico do Extremo Sul baiano ao Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS), criado em 1962 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o intuito de realizar pesquisas a respeito das condições sociais e econômicas de populações de diferentes partes do Brasil e assim pautar as ações da Igreja Católica junto às parcelas mais pobres do povo brasileiro, de modo que a ação social tivesse por base a realidade concreta vivenciada pelas classes subalternas.¹⁷ Ao mesmo tempo que o CERIS realizava a análise socioeconômica da região, dom Filipe se dirigiu à Holanda no intuito de angariar fundos para a construção de um hospital em Caravelas e recrutar voluntários que

¹⁶ Infelizmente não dispomos de uma carta náutica que nos informasse acerca da distância entre os portos de Ilhéus e Caravelas, contudo, foi possível fazer uma medição da distância aproximada com base nos dados apresentados pelo Google Maps (aplicativo virtual para consulta de mapas, imagens e rotas terrestres entre cidades). Na medição do Google Maps apresenta-se uma distância de aproximadamente 366.41 Km ou 227, 67 Milhas Náuticas, entre Caravelas e Ilhéus pelo oceano. C.f.: <https://www.google.com.br/maps/dir/-18.2387809,-39.6310421//@-16.3520857,-39.1683841,456008m/data=!3m1!1e3!4m2!4m1!3e0> Acessado em 17/10/2017. Em outro site de informações sobre distâncias entre portos do Brasil, intitulado www.geografos.com.br, consta a distância de 354 Km ou 191 Milhas Náuticas, entre Ilhéus e Caravelas. C.f.: <http://www.geografos.com.br/viagem-maritima-entre-portos-brasil/distancia-entre-porto-caravelas-e-porto-ilheus.php> . Acessado em 17/10/2017.

¹⁷ BRUNOW, Vanessa de Oliveira. Trabalhadores Rurais, Sindicatos, Igreja Católica e Política: Um estudo sobre a atuação do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) na década de 1980. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

desejassem vir para o Brasil.¹⁸ Ao longo do texto traremos dados e análises referentes à pesquisa realizada pelo CERIS na Diocese de Caravelas. Neste momento, importa saber o que, para além das questões administrativas e espirituais, também influenciou o processo de realinhamento político da Igreja Católica junto às classes subalternas e como possivelmente levou à edificação desta diocese. Tentemos uma análise, ainda que concisa.

Primeiramente é necessário realizar um levantamento dos condicionantes históricos que levaram a Igreja Católica a uma nova postura política e institucional. Como ponto de partida, alguns autores indicam que o abalo provocado pelo advento da modernidade na estrutura que a alicerçava, tenha influído significativamente no processo. De acordo com Corso, a Igreja

[...] via a Revolução Industrial, e as ideias provindas do Iluminismo de forma muito negativa [...] era antiliberal (devido a Igreja ser contrária à laicização provocada pelo Estado Liberal) e contrária ao socialismo (por seu caráter materialista e por atribuir poder político aos proletários) [...]¹⁹

Este posicionamento contrário fez declinar seu prestígio tanto entre as classes dominantes, quanto entre as classes subalternas. Na tentativa de reverter a perda de influência ou uma diminuição vertiginosa de adeptos, a Igreja Católica procurou situar-se ante a nova realidade e com a Encíclica *Rerum Novarum* (RN) de 1891, o papa Leão XIII criticou a situação a que eram submetidos os trabalhadores. Neste sentido, vale ressaltar que

O objetivo central da RN é a situação dos operários. Estes se encontravam, no século XIX, numa situação de insalubridade devido ao crescimento das cidades e à falta de condições mínimas de saneamento e habitação, mas também enfrentavam uma longa jornada de trabalho e, ainda, recebiam baixos salários. Essa realidade estava ligada ao desenvolvimento da Revolução Industrial. Diante dos conflitos sociais que emergiram, nesse período, a Igreja procurou se posicionar.²⁰

Porém, apesar de estabelecer um posicionamento contrário à exploração capitalista das classes baixas, a *Rerum Novarum* não representava uma mudança radical no caráter conservador da Igreja, uma vez que continuava contrária a coletivização das riquezas e dos

¹⁸HOOIJ, Elias. *Os “desbravadores” do extremo sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

¹⁹CORSO, João Carlos. *Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 16-17.

²⁰CORSO, 2012, p. 34.

meios de produção, além de acreditar que as diferenças sociais e econômicas eram úteis ao equilíbrio da sociedade.²¹ Diante disso, o discurso de partidos e sindicatos comunistas junto aos trabalhadores urbanos, provocou certo distanciamento entre a classe proletária e a Igreja; soma-se a isto, o avanço do capitalismo sobre o meio rural, cujo corolário é a imposição das formas e ritmos da produção industrial no campo, ou seja, tratou-se de impor ao campo a mecanização do trabalho com base nas demandas de mercado e da racionalização capitalista, o que resultou na expulsão de populações que viviam no meio rural para as cidades, o que agravava os problemas urbanos e contribuía com a diminuição do seu rebanho. Dessa forma,

O êxodo rural era uma das preocupações da Igreja Católica, pois muitos trabalhadores saíam do campo para as cidades à procura de emprego, ficando praticamente perdidos nas cidades, em periferias urbanas; quando não eram acolhidos pela Igreja Católica, procuravam outras religiões, consideradas por esta instituição como religiões “inferiores” afastadas de Deus.²²

Compreende-se assim, que as transformações econômicas e sociais ocorridas no mundo com a Revolução Industrial e no Brasil, com o processo de modernização conservadora da produção agrária, o que implicou na expulsão das populações rurais de suas terras, apresentaram à Igreja Católica uma nova realidade em que sua posição enquanto instituição capaz de apresentar respostas aos problemas vivenciados pela classe trabalhadora é colocada em questão. Esta situação incômoda, acabou por transparecer nos documentos produzidos pela igreja acerca da realidade social brasileira. Exemplo disto pode ser observado num trecho do estudo socioeconômico e religioso realizado pelo CERIS na Diocese de Caravelas. Ao analisar o perfil religioso da população do Extremo Sul baiano com base no censo de 1950 – o que se procede, inclusive, por meio da comparação de dados referentes à realidade brasileira e baiana –, o padre G. J. Deelen (CERIS) avalia o seguinte:

[...] De acordo com os dados do censo geral de 1950, apresentou-se o povo brasileiro como 93,5% católico. Em alguns Estados do Sul a percentagem foi menor, tendo como exemplo o Paraná, com 91,8%. Na região Nordeste a percentagem de católicos foi sempre maior que a média do Brasil. Segundo os cálculos feitos pelo CERIS, uma percentagem elevada da população católica se encontra na Bahia, sendo 99,2% na Diocese de Barra do Rio Grande a 97,2% na Diocese de Ilhéus. Na Diocese de Caravelas o cálculo aproximativo é de 99,1%. (...) Apesar de 99,2% da população do Extremo Sul da Bahia se chama católica, encontramos na região uma

²¹ Ibid.

²² SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. *Evangelizar e Politizar: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Seridó Potiguar (1964-1979)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007, p. 19-20.

heterogeneidade²³ de crenças e atitudes religiosas. (...) Ao lado da religião oficial existem também, atividades e práticas religiosas subterrâneas, especialmente entre o povo simples. Muitos católicos vivem ainda sob o jugo de um mundo mágico, impenetrável até certo ponto pela influência da pregação do Evangelho [...] O número de brancos, mulatos e indivíduos de outras cores que consultam em caso de dificuldades o fetichista negro, ou o que tem o poder do “talismã”, é incalculável [...] A mistura na Bahia, não é só étnica e intelectual, é também emocional, sentimental e religiosa. (...) O número de católicos, seguindo critérios como sejam de filiação à Igreja Católica Romana, participação às atividades paroquiais, conhecimento da fé católica etc. não deve superar os 5-7% da população, no Extremo Sul da Bahia.²⁴

Há, portanto, um quadro religioso bastante diversificado, cuja variedade esconde-se sob o manto numérico da hegemonia católica. A forma como os dados são colocados nos permite perceber a tensão existente entre uma concepção de campo religioso ideal, em que o catolicismo paira como a realidade espiritual aceita e desejada pela totalidade da população, e aquela das práticas sincréticas, em que os cultos concorrentes assumem o papel de estabelecer as ligações entre o mundo material e o espiritual. A confortável posição de religião dominante se vê então confrontada diante de informações que apontam para uma miríade de cultos e crenças praticadas por aqueles e aquelas que declaravam sua adesão ao catolicismo, o que denunciava uma crise de legitimidade religiosa e institucional. O discurso produzido acerca dos dados nos levam além, uma vez que, a apresentação de manifestações religiosas que não correspondiam ao catolicismo oficial, entendidas como ações “subterrâneas” indicam para a necessidade de combatê-las, haja vista a concorrência empreendida por estas à dominação católica. Também é de se notar que o discurso é permeado por elementos que caracterizam o pensamento positivista, podendo-se perceber nas entrelinhas as marcas da eugenia, especialmente no que tange a uma suposta contraposição entre práticas religiosas consideradas inferiores, subterrâneas e aquelas que remetem a um tipo de fé que possa ser inserido nos quadros de uma religião civilizada, intelectualizada, sistematizada canonicamente, como é o caso da liturgia católica. Considerações acerca de como as pessoas no Extremo Sul da Bahia se relacionavam com o universo espiritual já foram apontadas por frei Elias Hooij, quando descreveu as palavras do cônego Cláudio Ribeiro – na ocasião da chegada dos padres franciscanos que assumiram, em 1936, a responsabilidade pelas paróquias de Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri –, no intuito de preparar o espírito dos recém chegados à

²³ Grifo do autor.

²⁴ DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte II – Estudo Sócio-Religioso*. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966, p. 191-192.

empreitada que haviam assumido, com a informação de que “o gelo desse povo nas coisas de Deus é tradicional, atestado por todos os seus antecessores.”²⁵

Ao confrontarmos o argumento de uma frieza espiritual característica do povo de Caravelas e adjacências, com os dados da pesquisa do CERIS, observamos que o problema não era a ausência de práticas religiosas ou a falta de fé da população, mas da reprodução de um tipo de religiosidade que desafiava a autoridade dos padres enquanto representantes de um catolicismo oficial. Trata-se, desta forma, de um olhar colonizador que orienta as ações e os discursos daqueles sujeitos que adentraram esta região, no intuito de promover a catequese e a cristianização da população local. Os conflitos e estranhezas oriundos das diferentes formas de concepção do sagrado podem ser observados no discurso de frei Carlos Schep, que chegara em Nanuque em 1955.

Nanuque é uma das onze paróquias confiadas aos franciscanos na diocese de Araçuaí. Pelo número de seus habitantes é a segunda cidade da diocese e do nordeste de Minas [...] O povo que constitui este novo município aflui de todos os estados do Norte do Brasil, principalmente da Bahia. Ao mesmo tempo que Nanuque, desenvolveram-se meia dúzia de povoados cujos nomes não se encontram nos mapas nem se ensinam nas escolas, como Medeiros Neto, Ibirajá, Lajedão e outros [...] Do desenvolvimento e progresso material destaca-se tristemente o baixo nível e o estado religioso e cultural da população, distinguindo-se muito da situação em outros lugares mineiros que conheço [...] Em contato com o povo, no ministério sacro ou em visitas, ouvem-se coisas que bem denotam a falta de conhecimento da religião. Nas conversas tenho notado que não são poucas as pessoas que não sabem quem é Cristo, que nunca ouviram falar de Cristo, ou que nunca viram o padre dar a comunhão. Além disso, há uma profanação dos dias santos de guarda, que simplesmente não são respeitados. Depois, cada cara atrevida, degenerada, escusa, que olha o padre com ar indiferente, ou passa por ele com um sorriso de desdém [...] Fato é que são indiferentes, indiferentes para tudo o que é bom, sublime e santo. É um indiferentismo muito mais profundo, muito mais ateu, muito mais cínico do que o indiferentismo que cheguei a conhecer em qualquer outro lugar [...] O que eles pensam dos padres? Respeito e veneração não lhes têm, salvo algumas exceções. Aliás, dos padres também não exigem virtudes, senão que tenham paciência. O padre que tem paciência para com eles e sabe dar um jeito e faz casamentos a torto e a direito é um padre muito bom, um padre santo, mesmo que sua moral fosse um desastre. Claro está que o acima descrito não passa de impressões pessoais minhas, mas confirmadas pelas impressões de outros confrades [...] Quanto aos protestantes, há quatro seitas mais importantes: batistas, adventistas, luteranos e presbiterianos, que são os mais representados; tudo por tudo, não chegam a mil, mas eles trabalham fanaticamente, e o meio de propaganda é principalmente a escola. [...] Outra praga desta cidade de Nanuque é o espiritismo e a maçonaria. Quanto aos espíritas, é voz do povo que se pratica muito o espiritismo e a macumba. Conheço um templo espírita que é bem frequentado e está sob a direção de uma família conceituada e de projeção social. [...] Tentei reanimar as irmandades, mas com pouco resultado. Quanto ao Apostolado da Oração, arrasta-se raquítico, com pernas bambas de morre e não morre. A Pia União das Filhas de Maria já dorme o sono da morte. A Cruzada levantou-se no princípio, mas sumiu da igreja também. Fundamos a Congregação Mariana, e parece pegar; 26 homens. Após seis meses de existência propusemos

²⁵ Hooij, op. cit. p. 26.

uma comunhão geral, e naquele sábado fiquei mais de uma hora no confessionário, fato por mim nunca visto em Nanuque. Bons resultados está dando uma campanha com a Grande Promessa: o número de comunhões na primeira sexta-feira do mês subiu para 160: número formidável.²⁶

O discurso de frei Schep nos ajuda a vislumbrar as disputas em torno das representações do sagrado na região. Nanuque, como informado pelo frade, é uma cidade mineira, mas que faz fronteira com o Extremo Sul baiano, como se pode observar nas cidades citadas pelo frade, cujo trânsito com Nanuque se realizava cotidianamente. Durante muito tempo, esta cidade do Nordeste de Minas foi um lugar para onde afluíam pessoas de todo, ou quase todo o Extremo Sul da Bahia, fosse de forma itinerante ou no intuito de ali constituir morada, o que denota uma dilatação das fronteiras entre Minas e Bahia, já que o Extremo Sul baiano também é habitado por populações oriundas das Minas, especialmente dos vales dos rios Mucuri e Jequitinhonha, o que nos permite melhor compreender a composição demográfica dessa região de fronteira que é o Extremo Sul da Bahia – apesar das particularidades socioculturais das cidades que constituem a faixa litorânea.²⁷

Assim como os padres G J Deelen e Cláudio Ribeiro, Schep também é tomado de um espírito colonizador, cujo objetivo é a remissão dos pecados da população através da catequese, da administração dos sacramentos católicos e de movimentos e pastorais como o Apostolado da Oração ou a Pia União das Filhas de Maria. Seu discurso é permeado de juízos que consideram inferiores a cultura e a religiosidade, o que sempre aparece com o argumento de que o povo de Nanuque ignora o que é bom, ou seja, “a doce e santa religião” católica. A falta de fé da população é apresentada como algo grave, desafio não muito animador para alguém imbuído de fervor missionário. Porém, assim como os demais, Schep cai em contradição ao apontar para a presença de cultos concorrentes na região – de matriz cristã ou não. Neste sentido, sob o argumento da falta de fé do povo, esconde-se uma diversidade de práticas religiosas que desafiam a autoridade do catolicismo enquanto religião dominante. O espiritismo e a macumba aparecem necessariamente como religião do povo o que, por sua vez, indica que estas práticas estavam mais próximas da realidade do povo que o catolicismo oficial. Além disso, suplantam a influência do espiritismo e das religiões de matriz africana na

²⁶ AZZI, Riolando. *História dos Franciscanos da Província Santa Cruz: da criação da Província em 1949 até seu centenário em 1999*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2014, p. 177-178-179.

²⁷ ALVES, Leonardo Amaral. “*Pinga Fogo*” nas ruas de Itupeva: história política local 1950-1970. Universidade do Estado da Bahia, 2011. Monografia.

região, demandaria trabalho e exaustão, já que estas religiões estavam sob a proteção de uma família, descrita por Schep como, “conceituada e de projeção social”.

A visão do frade acerca da situação religiosa da região é ainda mais grave, pois como salienta, não havia respeito algum pela pessoa do padre, o que soava alarmantemente uma vez que, nosso interlocutor, sendo padre, parte de uma concepção de que os padres estariam constituídos de autoridade pela Igreja Católica e todo respeito a eles seriam devidos. A menção ao desdém é um fator que aponta para a crise de legitimidade enfrentada pela Igreja Católica tanto no Nordeste de Minas Gerais, quanto no Extremo Sul da Bahia, fosse no litoral, ou no interior. As tentativas de empreender movimentos e pastorais que fossem capazes de atrair o povo para a Igreja Católica é sinal de que havia um trabalho persistente, apesar dos dissabores, visto que o frade aponta para o insucesso de vários destes movimentos. Entretanto, sem indicar como, o frade encerra seu discurso com a informação de que o trabalho começava a produzir resultados positivos, como aumento no número de fiéis e de comunhões.

A convivência com o povo e a percepção de suas necessidades podem ter contribuído com a apresentação de resultados positivos, já que até então o quadro geral era o de um povo que não reconhecia no catolicismo uma religião verdadeiramente popular. Construir uma nova percepção da Igreja Católica, que estivesse de acordo com as necessidades materiais e espirituais das classes subalternas, pode ter sido uma estratégia de que lançaram mão os missionários franciscanos que para esta região se dirigiram. Neste sentido, aqueles padres depararam-se, portanto, diante do desafio de produzir o consenso em torno da legitimidade institucional e religiosa da Igreja Católica, tarefa para a qual não mediram esforços. Com a intenção de conquistar tal espaço,

Durante a primeira metade do século passado, trabalhou na imensa região do sul da Bahia uma dúzia de franciscanos, suas matrizes eram igrejinhas pequenas e pobres, ou igrejas em construção. Viajavam muito ainda a cavalo. As estradas eram péssimas, as balsas perigosas, e as condições primitivas. Atuavam pastoralmente na linha da administração dos sacramentos.²⁸

Desta forma, parece-nos importante que estes missionários tivessem uma vida o mais próximo possível das condições de existência da maioria da população, de maneira que comungar dos sofrimentos do povo era viver ardentemente a missão evangelizadora proposta pela leitura dos evangelhos. O exemplo de humildade torna-se o referencial que legitima a imagem de uma igreja que se preocupa com o bem-estar do povo, em seu sentido material e

²⁸ AZZI, op. cit., p. 197/198.

espiritual. Por sua vez, não se pode descartar o compromisso de fé e solidariedade que direcionava as ações daqueles franciscanos que, no intuito de superar aquele suposto estado de frieza espiritual, se lançaram aos mais difíceis obstáculos. Pode-se vislumbrar o tamanho do desafio, nesta narrativa de Elias Hooij:

Para ilustrar o trabalho dos frades, frei Peregrino relata que, apesar de ataques de malária, conseguiu fazer um grande giro depois da festa de Santo Antônio. No dia 15 de junho, ele saiu de Aimorés com sua tropa e, via Água Fria (Medeiros Neto) e Água Preta (Itanhém), fez presença nos pousos, visitou frei Letâncio no Norte (Águas Formosas) [MG], passou pela lavra de Água Fria, atravessou a mata de Chumbo e, viajando rio abaixo via córrego do Burro, Santo Amaro e Escondido (Itamaraju), chegou, no sábado, 22 de julho, a Caravelas coberto de lama, mas são e salvo. [...] Em 1939, frei Peregrino foi nomeado vigário de Machacalis [MG], substituído por frei Celestino. Este, como atestou frei Olavo, foi o primeiro dos nossos a partir em viagem de Alcobaca com dois animais. “Celebrou nas fazendas Jerusalém Celeste e Coroa da Onça. Atravessou o sertão da mata bruta até o Sumidouro na Capela de Água Preta (Itanhém), foi a Breijão, a Umburaninha em casa de Calixto, quase na divisa com Minas, para depois de umas 45 a 50 léguas voltar via Apolônio e Faustino, Mariazinha na Barra do Sussuarana, Eleutério no Córrego d’Areia, Manuel Tarrafeira na Água Fria (Medeiros Neto) e tomar a estrada de ferro para Caravelas. Resultado deste giro: 298 batizados e 78 casamentos. Tal viagem que dura pelo menos 30 dias, é agradável, quando as estradas (trilhões) estão enxutas, mas em tempo chuvoso luta-se com as maiores dificuldades: ladeiras escorregadias; nas várzeas, atoleiros onde o burro pode afundar-se até a barriga e então custa para sair; ribeiros e córregos cheios, onde, para não molhar a bagagem e as selas, os animais devem passar desarreados, e os viajantes, até o pescoço na água, têm de carregar na cabeça arreios e malas, roupa e botas. Pior ainda é atravessar rios bravos com todos os apetrechos, balançando numa fraca canoa, puxando os animais, que, nadando, lutam contra a correnteza das águas.”²⁹

Trata-se de uma narrativa que nos posiciona na perspectiva de fé daqueles sujeitos, uma vez que se submeter a tais circunstâncias não parece algo concebível, a menos que haja a crença em algo que justifique e impulse tal ação. Além disso, esse estilo de vida possivelmente se aproximava bastante das condições de existência da população desta região, em que o transporte era difícil e demorado; o acesso aos bens de consumo mais básicos era, igualmente, dificultado pelas grandes distâncias e obstáculos oferecidos pela geografia regional.³⁰ Logo, a tarefa de superação da crise institucional vivida pela Igreja Católica demandava sacrifícios exaustivos por parte dos seus agentes, que além de se relacionar com populações que não atribuíam à igreja o lugar de importância que ela almejava, tinha de enfrentar ambientes e trajetos nada favoráveis, quando não hostis, ao trabalho de construção da legitimidade institucional da Igreja Católica. Todavia, tal crise é mais ampla, envolvendo

²⁹ HOOIJ, op. cit., p. 27/28.

³⁰ Cf.: ALVES, Leonardo Amaral. *“Pinga Fogo” nas ruas de Itupeva: história política local 1950-1970*. Universidade do Estado da Bahia, 2011. Monografia.

dimensões outras, como a da geopolítica mundial da primeira metade do século XX, o que demanda um exercício de reflexão que nos remete ao plano da conjuntura da política e economia global.

Neste sentido, a Segunda Guerra Mundial, especialmente seu término deixou um legado de transformações significativas, dentre as quais, o fortalecimento do bloco socialista com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), situação que desafiava não somente a ordem capitalista, como também representava um estorvo ao cristianismo³¹ que, no caso do catolicismo, vinha sofrendo desde o advento da Revolução Industrial e do Liberalismo, com a diminuição no número de adeptos, o que se agravou com o envolvimento dos comunistas junto aos trabalhadores.³² Além disso, as independências ocorridas na África após a grande guerra ensejou o advento de novas nações, outrora dominadas por países da Europa, de maneira que a Igreja Católica, enquanto instituição europeia, percebia uma distância significativa entre ela e aquilo a que estes povos aspiravam. Outro fator relevante foi a Revolução Cubana em 1959, de teor comunista considerada uma ameaça ao domínio do catolicismo na América Latina.³³

Além disso, é importante salientar a ampliação do campo de influência das igrejas protestantes no Brasil. De acordo com a historiadora Elizete da Silva, o cenário religioso brasileiro começa a se modificar com a vinda da Família Real para o Brasil, em princípios do século XIX, o que resultou no acordo com a Inglaterra, de abertura dos portos, que no intuito de facilitar a vinda de ingleses para o Brasil, garantiu a liberdade de culto a estes, ainda que restrito ao âmbito doméstico. Conforme Silva,

O Regente Dom João, ao conceder certa tolerância religiosa para os anglicanos, abriu as portas do território brasileiro aos não católicos, o qual, desde então, passa a ter sistematicamente a presença protestante. [Também] os imigrantes alemães que adentraram o país a partir da década de 20 do século XIX, em sua maioria, eram protestantes e começaram a instalar suas comunidades religiosas, as quais, só a partir de 1864, foram oficializadas, com a formação de um sínodo e a assistência de pastores formados vindos da Alemanha. O luteranismo desenvolveu-se, principalmente, no sul e no sudeste do país.³⁴

³¹ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

³² CORSO, João Carlos. *Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

³³ ZACHARIADHES, op. cit., 2010.

³⁴ SILVA, Elizete da. *Configurações históricas do campo religioso brasileiro*. In: DIAS, André LuisMattedi; NETO, Eurelino Teixeira Coelho; LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros (orgs). Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010, p. 110.

E segue

O Império Brasileiro manteve o catolicismo como religião oficial, porém poderosas denominações protestantes anglo-saxônicas passaram a olhar o país como uma promissora terra de missão. Uma segunda onda denominada de *protestantismo missionário* instalou-se no país a partir de 1858, missionários de origem congregacional, metodista, presbiteriana, batista e episcopal fundaram suas igrejas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Fiéis à sua principal característica, que é o espírito proselitista, o protestantismo missionário irradiou-se por todo o território nacional.³⁵

Em finais do século XIX a monarquia caiu e com ela o padroado, o que garantiu a liberdade de culto das diferentes denominações protestantes já estabelecidas e/ou que vieram se instalar no Brasil. Dentre estas, aqui chegaram também grupos pentecostais. Elizete da Silva informa que

A partir das primeiras décadas do século XX, um terceiro grupo protestante, classificado como *pentecostal*, com suas diversas ramificações, chegou ao Brasil, a Congregação Cristã do Brasil (1910) e a Assembleia de Deus (1911). Dentre outros fatores, a crescente urbanização do país é um fato a ser considerado na implantação e no desenvolvimento do pentecostalismo brasileiro [...]

O pentecostalismo caracteriza-se doutrinariamente por uma ênfase nos dons do Espírito, no Pentecostes, inclusive na glossolalia, e uma carga emocional muito grande em suas expressões cúticas e conteúdo carismático. No geral, o pentecostalismo atraiu as classes populares [...]

Decorrente da característica protestante do livre exame da Bíblia e do princípio do sacerdócio universal, a Assembleia de Deus viu nascer, em seu interior, outras denominações pentecostais no Brasil, além de um crescimento bastante expressivo. Dentre outros grupos pentecostais, estão a Igreja Deus é Amor, Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, a Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Nova Vida. Os pentecostais, atualmente, constituem mais de 60% do contingente protestante no território, e é o grupo que mais cresce. O espírito de renovação carismática e a participação ativa dos leigos, dentre outros fatores, provocaram mudanças substanciais no protestantismo brasileiro, colocando-o mais próximo da realidade nacional.³⁶

Logo, diante de um quadro expressivo de transformações nos campos político, econômico e religioso, a Igreja Católica percebe a necessidade de se afirmar enquanto instituição dominante, ainda que não mais se beneficiasse do controle exclusivo do campo religioso brasileiro. O processo de perda da hegemonia Católica no mundo em função da reordenação política do final da II Guerra Mundial com o fortalecimento do bloco socialista, da ação social e política dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos, da Revolução

³⁵ Ibid, p. 110.

³⁶ Ibid, p. 111/112.

Cubana e da expansão do protestantismo no território brasileiro, o que se torna mais acentuada com a chegada de grupos pentecostais e em seguida neopentecostais, combinado ao processo de urbanização crescente – o que mantém relação com a transferência compulsória de mão-de-obra do campo para a cidade –, obriga a Igreja Católica a se adequar à nova realidade, de modo que uma das saídas é a criação de novas áreas episcopais o que, por sua vez, propicia uma maior aproximação com os fiéis, medida que visava garantir a manutenção do número de adeptos ao catolicismo.

Com base nesse cenário em que forças religiosas e políticas estranhas ao catolicismo se expandiam pelo mundo de maneira a provocar a perda de influência da igreja junto a diferentes segmentos sociais, além, é claro, de representar seu declínio político, não é difícil perceber o quanto a ereção de novas dioceses significaria para a manutenção do poder político, econômico e cultural da Igreja Católica em regiões como o Extremo Sul da Bahia. Com base nestes dados podemos inferir que o quadro global de perda de influência da Igreja Católica, despertou um interesse especial do Vaticano pelo Extremo Sul da Bahia, o que levou à ereção de uma nova região de administração episcopal, possibilitando assim, um melhor controle e manutenção da vida religiosa de seus fiéis, como se pode observar nas narrativas de frei Elias Hooij a respeito das empreitadas em que os franciscanos da Província Santa Cruz se empregaram. Além disso, o próprio discurso de frei Schep é representativo dessa preocupação da Igreja Católica em garantir espaço de influência no mundo, uma vez que aponta para o trabalho de conversão das massas realizado por seguimentos protestantes em Nanuque, o que classifica de fanatismo. Todavia, o vigor dos grupos protestantes em promover a conversão de pessoas no Nordeste de Minas Gerais e Extremo Sul da Bahia aparece como uma ameaça que deve ser combatida com a mesma garra com que aqueles franciscanos se lançaram aos desafios à pregação em lugares longínquos e de difícil acesso. Outrossim, apesar do suposto fanatismo de que eram acusados os seguimentos protestantes da região, seus objetivos iam além da pregação e da manipulação do sagrado em seus cultos, como veremos a seguir.

CONFIGURAÇÕES DO QUADRO RELIGIOSO NO EXTREMO SUL DA BAHIA

O Extremo Sul baiano, apesar de se constituir na primeira metade do século XX, em uma região marcadamente rural, vivia uma dinâmica de urbanização contínua, com o surgimento de cidades, vilas e povoados em seu interior, em boa parte corolário das

migrações de populações oriundas dos vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri nas Minas Gerais, mas também do processo de devastação da mata atlântica para a abertura de pasto destinado à criação de gado e posteriormente, plantio do eucalipto.³⁷ Segundo padre José Koopmans

A partir de 1950 as concentrações “urbanas” aumentaram bastante, não nas cidades da zona litoral, mas em redor da BR5 (mais tarde BR101) e na fronteira com Minas Gerais. Em 1950 a região tinha 130 mil habitantes, em 1970 já eram 416 mil pessoas procurando ter uma vida digna nesta parte da terra amada. Eles se espalhavam da seguinte maneira: duas aglomerações de até 200 pessoas, seis aglomerações entre 200 e 500 pessoas, oito entre 500 e 1000, dez entre 1 e 2 mil habitantes, três entre 2 e 5 mil, cinco entre 5 e 10 mil e uma maior de 10 mil pessoas. No início da década de 60 foram criados vários novos municípios; Guaratinga e Itamaraju em 1961; Ibirapuã, Itagimirim, Lagedão e Nova Viçosa em 1962 [...] No fim da década de cinquenta foram criados Itanhém e Medeiros Neto. Isso significa, olhando o mapa da região, que houve um crescimento acentuado da população no interior, enquanto o litoral crescia menos. Sem dúvida isso tem a ver com o “progresso” que a cidade de Nanuque [MG] estava vivendo. A comunicação e ligação, de uma grande parte dos novos municípios criados nesta época, com Nanuque era muito mais fácil e vantajosa do que com as sedes antigas, que ficavam na beira do mar. Mesmo assim, a população rural é que dominava. Na época, as sedes dos municípios eram ainda pequenas. E toda população que não morava na sede, era considerada população rural. Assim devemos entender que em 1970 a população rural na região toda era 78%. Em 1991 a região tinha 548.204 habitantes, supõe-se que a população rural caiu para 25% e que a população urbana cresceu e ficou em média com 75% da população total [...] ³⁸

É possível observar, com base nos dados apontados por Koopmans, que o processo de urbanização desta região mantém relação com a dinâmica populacional, o que indica um fluxo migratório da zona rural para as cidades. Não se trata de um fenômeno isolado, mas de um movimento que se dá a um nível mais amplo, resultante das transformações provocadas pela industrialização crescente que alcança áreas até então tradicionalmente rurais. No capítulo II retomaremos este debate, de modo a compreendê-lo no conjunto das transformações estruturais ocorridas no Brasil a partir do Golpe de 1964 e seus impactos nas esferas social, política e econômica.

A urbanização e a migração, por sua vez, traziam consigo a possibilidade de perda de controle sobre os fiéis, como se pôde perceber no relato de frei Schep, sobre a situação do catolicismo em Nanuque, narrativa que deixa transparecer também os reflexos da migração e da urbanização sobre as populações outrora rurais que, ao vivenciarem uma dinâmica

³⁷ Cf.: ALVES, Leonardo Amaral. *“Pinga Fogo” nas ruas de Itupeva: história política local 1950-1970*. Universidade do Estado da Bahia, 2011. Monografia.

³⁸ KOOPMANS, José. *Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul*. 2 ed. DDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Teixeira de Freitas, BA, 2005, p. 50/51.

urbanizadora, eram obrigadas a uma reconfiguração no seu modo de vida – enquadramento este imposto por um conjunto de regras que normatizam a vida no espaço urbano, controle que se estende às reminiscências das formas e manifestações culturais de origem rural. Neste novo ambiente, os migrantes estão sujeitos à cooptação por diferentes credos e práticas religiosas, o que se dá também de acordo com os interesses desses sujeitos recém imersos na urbanidade, situação em que a Igreja Católica percebe a conjuntura de crise que se reproduz em diferentes âmbitos, de forma que se vê obrigada a um realinhamento institucional e político.

Tabela 1 – Evolução do Protestantismo na Bahia: 1955-1961

Região	1955	1961	% do aument.
Bahia	32.400	45.112	71,8
Dio. Caravelas	857	1.563	182,3
Cid. Caravelas	109	98	- 10,0

Fonte: Estatística do Culto Protestante 1955 e 1961: Serviço de Estatística Demografia Moral e Política apud DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte II – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966, p. 210.

Diante de um cenário em que as igrejas protestantes estão em ascensão, a Igreja Católica em Caravelas tratou de tomar ciência da situação em que se encontrava o campo religioso para além das percepções dos padres que passavam pela região. Neste sentido, a pesquisa empreendida pelo CERIS realizou um levantamento de dados acerca do número de igrejas protestantes e seu respectivo crescimento. Trata-se de um espaço em que a ação pastoral, social e política da Igreja Católica deveria estar devidamente instrumentalizada, a fim de se estabelecer objetivos com base nos resultados da pesquisa. Segundo o CERIS, na Bahia

[...] Em 1955, as principais denominações contavam com 32.400 membros no Estado. Isso representa 2,3% do total das seitas protestantes do Brasil, com 45.112 em 1961. A Bahia ficou com a mesma percentagem sobre [sic] o total do Brasil. Isso indica que o protestantismo, na Bahia, aumenta no mesmo ritmo do que no país todo, a saber: 11,9% por ano, nos últimos dez anos, embora a população aumente só com uma taxa anual de 2,12%. [...] Os números sobre os protestantes não são impressionantes, mas o crescimento sim, tanto quanto a influência na camada da população com baixa cultura [...] Dentro da área da Diocese, o Protestantismo aumentou muito mais rapidamente do que na Bahia, onde houve um crescimento

normal, como em todo o Brasil. Essa evolução se deu especialmente fora da cidade de Caravelas.³⁹

Como se pode observar, os dados indicam um crescimento do protestantismo em todo o Brasil, movimento este que foi acompanhado de perto pela Igreja Católica, como se denota no texto apresentado. Além disso, os números nos informam que a Bahia não estava de fora da ofensiva protestante, de maneira que acompanhava o mesmo ritmo do crescimento nacional. Já na área correspondente à Diocese de Caravelas, por sua vez, os números revelam um descompasso com o ritmo que segue o avanço protestante no Brasil e na Bahia, apontando para uma cadência mais acelerada, com um salto de 857 em 1955, para 1563 em 1961, o que representa um aumento de 182,3% no número de convertidos, já que o crescimento populacional é de apenas 2,12%,⁴⁰ o que pode ser explicado pela conversão de fiéis que outrora se declaravam católicos. Estes dados indicam que o catolicismo enfrentava uma forte crise na região, como já se observou anteriormente ao tratarmos das reclamações sobre o comportamento da população – em Nanuque e também em Caravelas –, com relação aos padres e ao culto católico.

A expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas. Embora uma percentagem esmagadora da população se declarasse católica, somente uma pequena minoria tinha participação ativa na Igreja. Os protestantes, embora constituíssem uma singular minoria da população, aumentavam em número rapidamente. O censo de 1940 registrava pouco mais de um milhão de protestantes, um número que aumentou em 150% em 1964. O crescimento foi especialmente rápido nas áreas urbanas e entre as classes populares, promovendo uma erosão nas frágeis bases do catolicismo, entre as massas. O espiritismo e seitas afro-brasileiras penetravam especialmente nas cidades, e muitos católicos declarados praticavam essas religiões. O declínio do monopólio religioso alarmava a hierarquia. Execrar protestantes e espíritas tornou-se lugar-comum. Um teólogo conhecido acusou os protestantes de ‘proselitismo ativo, untuoso, lisonjeador’ e argumentava que o apelo do protestantismo era resultante da ‘curiosidade supersticiosa, o sentimentalismo doentio de nossa gente, a necessidade de buscar meios de cura mais baratos, e mais garantidos, também’ [...] A batalha contra o espiritismo era especialmente acirrada porque muitos católicos uniam as duas religiões.⁴¹

Mainwaring ao falar de um quadro mais amplo em que a religião se insere, nos ajuda a melhor compreender o que ocorre no Extremo Sul da Bahia, uma vez que os discursos

³⁹DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia*. Parte II – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966, p. 211-212.

⁴⁰Ibid.

⁴¹MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 53-54.

produzidos por padres e pesquisadores em nome da Igreja Católica dialogam diretamente com aquilo que se processava no plano conjuntural das religiões no Brasil. A expansão do protestantismo era de fato uma preocupação da hierarquia católica e acompanhar de perto a dinâmica do avanço protestante se tornava necessário para que se empreendesse medidas que tentassem evitar um agravamento da crise vivenciada pelo catolicismo, especialmente no Brasil. O discurso combativo de desqualificar o protestantismo e também as massas que aderiam às práticas e manifestações protestantes, todavia, não surtia o efeito esperado, visto que o protestantismo continuava a crescer. Além disso, outro ponto que incomodava era a adesão de parcelas da população a outros cultos, como o espiritismo e às religiões de matriz africana. Em Caravelas, isso não se deu de forma diferente. Acompanhar tais manifestações também foi uma das incumbências da pesquisa realizada pelo CERIS, de maneira que se levantou dados estatísticos a respeito de tais práticas.

Todavia, é importante salientar que para o espiritismo a pesquisa tratou de exibir dados que mostravam seu avanço em diferentes dioceses da Bahia, de maneira a tornar mais clara a configuração deste seguimento religioso em cada diocese em particular, de forma que fosse possível aos bispos e padres perceberem as nuances no que diz respeito à composição do espiritismo na Bahia, bem como produzirem ações localizadas, no intuito de tentar neutralizar o crescimento deste seguimento religioso. Além disso, era possível aos religiosos observarem também a relação que o espiritismo mantinha com o fenômeno da urbanização crescente, uma vez que as dioceses que apresentaram maior número de praticantes do espiritismo, eram aquelas que experimentavam uma dinâmica urbanizadora mais consistente e com maior concentração demográfica. Além do mais, como aponta Mainwaring, muitos católicos acabaram por aderir às práticas e manifestações do espiritismo, sem, contudo, abandonar o catolicismo. Observemos o quadro a seguir:

Tabela 2: Aumento do espiritismo nas sedes episcopais da Bahia

Número de espíritas				
Sedes episcopais	1950	1960	Aumento %	1965 apro.
Salvador	5.129	9.916	193	12.309
V. da Conquista	414	1.141	275	1.504
Ilhéus	326	830	254	1.082
F. de Santana	298	2.048	678	2.923
Juazeiro	182	419	230	537
N. S. do Bonfim	151	549	363	743
Caravelas	95	-	-	-
Caetité	78	50	-	36
B. Jesus da Lapa	70	52	-	43

Rui Barbosa	55	312	572	440
Amargosa	30	-	-	-
Barra do R. G	3	65	-	97
Total	6.831	15.330	224	19.580

Fonte: Estatística do Culto Espírita: *Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política* apud DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte II – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966, p. 224.

Os dados mostram que há de fato um avanço significativo. Mesmo que os números representem um baixo percentual com relação ao total da população, o número de conversões ao espiritismo segue, assim como ao protestantismo, um ritmo mais acelerado que o do crescimento populacional, o que representa uma situação de reconfiguração das fronteiras entre o catolicismo, o protestantismo e o espiritismo, isto quando não há a dilatação de tais fronteiras, como no caso daqueles que costumam frequentar os cultos de outras religiões, sem, contudo, romper os laços com o catolicismo. Além do mais, a pesquisa produzida pelo CERIS traz elementos discursivos que nos permitem localizá-los numa perspectiva particular no interior do catolicismo. Neste sentido, as conclusões a que chega, mostra um olhar ainda influenciado pelo modelo da neocristandade, tendência católica que surge em 1916 e vai até 1955.

A neocristandade, no contexto em que surgira, se caracterizava como uma novidade para o catolicismo no Brasil, uma vez que até recentemente, às vésperas da República, o catolicismo brasileiro guardava particularidades que o colocavam em descompasso com Roma. Neste sentido, a neocristandade se insere no processo de romanização pelo qual a igreja do Brasil passa. A neocristandade diferenciava-se do período anterior, em que a Igreja Católica no Brasil estava submetida aos desígnios do rei, dom Pedro II que, inclusive, não mantinha lá relações profundas com o vaticano. Além disso, durante o período monárquico no Brasil, a Igreja Católica não só carecia de padres, como os que havia costumavam contrair relações matrimoniais e se envolviam diretamente em questões políticas onde se inseriam, o que deixava a atividade religiosa e pastoral em segundo plano. Os seminários eram esvaziados, o que colocava a Igreja Católica numa situação de deficiência no que diz respeito à sua capacidade de pastorear e garantir o domínio do espaço religioso. Enquadrar a igreja do Brasil nos trilhos romanos implicou na separação oficial entre a igreja e o Estado, ensejando, assim, o fim do padroado. Sob o domínio de Roma, a igreja do Brasil tratou também de impor aos padres uma postura que estivesse diretamente relacionada com o catolicismo oficial. Para isto, a Igreja Católica enviou para o Brasil levas de padres estrangeiros, saída encontrada com

o objetivo de sanar o problema da escassez de clérigos no país e facilitar o enquadramento da igreja nacional nos trilhos romanos. Entretanto, a neocristandade apesar de representar uma renovação na Igreja Católica em comparação com o período anterior, politicamente foi um modelo conservador, com ampla presença junto às classes dominantes, especialmente durante o período varguista, em que a Igreja Católica construiu alianças com Getúlio Vargas.⁴²

Olhando para a situação da Igreja Católica no Brasil – um quadro que se configurava pela insuficiência de padres para atender às diversas localidades –, não é difícil perceber o quanto a criação da Diocese de Caravelas mantém relação direta com a situação da igreja no plano nacional, de modo que a entrega da paróquia de Caravelas à Província Santa Cruz pelo bispo de Ilhéus, se encaixa no cenário de romanização da igreja do Brasil, com a vinda de padres estrangeiros, o que se pode notar nos relatos acerca dos franciscanos que se dirigiram para o Extremo Sul da Bahia e Nordeste de Minas Gerais – dentre estes, inclusive, o bispo de Caravelas –, com o objetivo de estabelecer a catequese e a administração dos sacramentos.

Outrossim, o modelo da neocristandade também pode ser observado nos diferentes discursos que analisamos ao longo deste capítulo, especialmente na tendência do clero em atribuir culpa ao laicato pelo não fervor nas coisas da igreja. Para a neocristandade era o leigo quem deveria se adequar à Igreja Católica e não o contrário, o que pôde ser notado em diferentes momentos, quando se falava, por exemplo, da frieza do povo em Caravelas, ou do desdém com que eram tratados os padres em Nanuque. Havia uma tendência em remeter o problema da impopularidade da igreja à “baixa cultura” da população que, por sua suposta inferioridade intelectual, era facilmente seduzida pelas igrejas protestantes e/ou pelo espiritismo e religiões de matriz africana.

O clero, preocupado com a ignorância religiosa popular, mantinha a crença tradicional de que o povo, e não a instituição, teria que mudar. A instituição poderia ajudar as massas a superar suas deficiências religiosas, mas, para ser amadurecida, a fé do povo deveria ser clericalizada. Havia pouco respeito pela religiosidade popular, que era vista como inferior.⁴³

Por sua vez, o estudo produzido pelo CERIS, apesar da presença de traços da neocristandade, insere-se num momento em que a ação e prática da Igreja Católica passa por reformas, especialmente em virtude do insucesso deste modelo junto às camadas mais pobres

⁴²MAINWARING, op. cit., 2004.

⁴³Ibid, p. 51.

da população, o que agravava a crise institucional vivenciada pela igreja desde o século XIX. Neste sentido, as reformas pelas quais a Igreja Católica passava se inseriam num contexto em que as mudanças que se processavam no interior da instituição se tornaram mais sólidas com o Concílio Ecumênico Vaticano II (que trataremos no próximo ponto).

Sobre o CERIS, instituição católica que nasce, portanto, num contexto reformista, é possível perceber em seu discurso, reminiscências do modelo da neocristandade, como os diferentes momentos em que caracteriza o povo baiano e caravelense de inferior culturalmente, por seu costume de frequentar cultos de origem africana, ou o espiritismo e as igrejas protestantes, sempre em busca do miraculoso, o que resultava num quadro de deficiência religiosa e moral, conforme ajuíza a instituição. Neste sentido, a adesão ao catolicismo e observância da sua doutrina era a medida necessária para a ascensão moral e intelectual da população do Extremo Sul baiano. Ao tomar como base o grau de instrução daqueles que frequentavam as missas aos domingos em três localidades específicas do Extremo Sul da Bahia, a saber, Caravelas, Ponta de Areia e Medeiros Neto, o CERIS chega à seguinte conclusão:

Nesta região existe a predominância de analfabetos e, como no recenseamento da prática dominical este grupo não é o maior, concluímos que cabe aos analfabetos o grande número de restrições da prática religiosa. Em outras áreas do Sul do Brasil, constatamos uma prática dominical entre os analfabetos de até 70%. No Extremo Sul da Bahia, essa categoria mostra outra atitude para com a Igreja.⁴⁴

Em outras palavras, como no Extremo Sul baiano os analfabetos constituem maioria e este é o grupo que mais se abstém de frequentar as missas aos domingos, é possível inferir que uma das saídas à crise institucional e religiosa enfrentada pela Igreja Católica na Diocese de Caravelas, seria investir na educação formal e religiosa da população, mesmo porque as igrejas protestantes começavam a apostar na linha da educação como medida para garantir uma adesão maior de fiéis. Como se pôde observar, a Igreja Católica acompanhava de perto as conquistas dos outros credos sobre um espaço outrora dominado pelo catolicismo, de forma que tornava necessária uma ação que fizesse frente ao avanço dos protestantes. Neste sentido, estratégia similar foi a criação de ginásios em diferentes cidades do Extremo Sul da Bahia e

⁴⁴DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte II – Estudo Sócio-Religioso. *Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais*. Rio de Janeiro, 1966, p. 254.

Nordeste de Minas Gerais, a fim de concorrer com os protestantes na esfera da educação. Esta disputa territorial com outros credos nos é apresentada por frei Elias Hooij, a seguir:

Assim como em Teófilo Otoni, Araçuaí e Nanuque, criaram-se “ginásios”: em Medeiros Neto, Ibirapoã, Lajedão e depois em Teixeira de Freitas. O objetivo era neutralizar a influência dos pastores protestantes, que apostavam na linha da educação para fincar pé na região. Em Nanuque isto levou a uma batalha: do ginásio Sul-Americano contra o ginásio Santo Antônio – sendo este santo o “Martelo dos Hereges”. Frei Carlos [Schep] quase morreu nessa batalha, quando em viagem de ônibus a um encontro com autoridades em Belo Horizonte, sofreu um grave acidente, em 19.02.1955. O ônibus tombou numa ravina, frei Carlos foi tirado como morto e colocado com outras vítimas mortas. Só que ele, totalmente paralisado, estava vivo e consciente. Um passante viu o suposto cadáver e avisou o Provincial, que avisou o Provincialado na Holanda, que avisou a família. Houve Missas pelo defunto, até que, dias depois, chegou a notícia da recuperação do ressuscitado. A família vendeu os santinhos do Carlos-morto em favor do Carlos-vivo, para que ele continuasse a sua batalha.⁴⁵

A narrativa de frei Elias Hooij demarca bem a preocupação da Igreja Católica em manter-se hegemônica na região. A batalha religiosa que ocorreu em Nanuque (MG)⁴⁶ e seus desdobramentos no Extremo Sul da Bahia com a criação de ginásios católicos em diferentes cidades, indica que nesta região de tríplice fronteira (Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo) a dominação religiosa do catolicismo estava ameaçada e providências tinham de ser tomadas. Portanto, a criação de ginásios indica não somente para a carência da população de acesso a uma educação formal e religiosa, como denota também o quanto o ensino é um espaço de disputa de poder, de produção de consenso e/ou da contestação da ordem estabelecida. Neste sentido, intervir na educação formal a partir da criação de escolas católicas ou protestantes é reconhecer que, mesmo um espaço cuja finalidade é a promoção do pensamento científico e acadêmico, pode ser apropriado para outras finalidades como, por exemplo, a catequese ou o proselitismo. O ambiente educativo, não é, portanto, isento de influências religiosas e/ou políticas. Assim sendo, vale ressaltar que o controle sobre instituições educacionais tem finalidades não somente proselitistas, mas também objetiva garantir o monitoramento dos discursos político/ideológicos que emanam das salas de aula e corredores destes espaços, ou além, significava garantir a reprodução discursiva de uma determinada vertente

⁴⁵HOOIJ, Elias. *Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011, p.37.

⁴⁶ Cidade situada às margens do rio Mucuri. Faz divisa com a Bahia e historicamente comunga do mesmo processo de colonização tardia que ocorre no interior do Extremo Sul da Bahia. A influência mineira é significativa na diocese de Caravelas, já que o bispo e demais clérigos, apesar de sua nacionalidade holandesa, vinham de Minas Gerais, Estado em que se localiza a Província Franciscana Santa Cruz, instituição católica à qual os religiosos de Caravelas estavam vinculados.

político/ideológica e/ou religiosa, cujo objetivo perpassava pela necessidade de superação do estado de “baixa cultura” atribuída à população da região, de forma que tal ação proporcionasse uma consolidação da fé católica entre aqueles até então submetidos ao analfabetismo, deficiência que, conforme os discursos produzidos pelo CERIS, tornava a população vulnerável à cooptação protestante ou espírita. Com base nesta perspectiva, pode-se notar que havia de fato uma posição apologética, com o objetivo de combater os credos concorrentes, como é possível verificar no relato a seguir, a respeito da criação do Ginásio Santo Antônio em Nanuque:

[...] O prelado Dom José de Haas estava preocupado com a influência do Ginásio Sul-Americano, sob a direção de um pastor protestante, e estimulou o primeiro vigário de Nanuque, frei Modesto van Gastel, a dar início ao ginásio católico. O próprio prelado contribuiu financeiramente para que esse projeto se tornasse realidade. Não foi fácil obter das autoridades de ensino a instalação de mais um ginásio na mesma cidade. Em data de 20 de junho de 1954, o vigário de Carlos Chagas, frei Teodoro Ouwendijk, redigia um apelo aos confrades da Província para que desse apoio à fundação de um estabelecimento de ensino em Nanuque; embora fosse uma localidade pequena, era necessário assumir uma postura apologética com a finalidade de se contrapor à expansão do protestantismo na região [...]⁴⁷

As palavras de frei Teodoro Ouwendijk elucidam bem o que se pretende dizer por postura apologética:

Pelo desenvolvimento dos fatos hoje em dia, a ação necessariamente há de especificar-se no ensino. Motivação desta afirmação categórica está no fato de os protestantes já terem começado a sua ação propagandista na criação de escolas e ginásio. Já ouço resmungar: escolas e ginásios! Mais ginásios ainda? Mais padres tirados da cura de almas? Mas quem observa o progresso, seja do protestantismo, seja do indiferentismo religioso, devido ao ensino, deve concluir que uma grande parte da cura de almas está justamente nas escolas e nos ginásios. Premidos por essas circunstâncias, os dirigentes das duas freguesias acima mencionadas veem-se obrigados a criar igualmente escolas paroquiais e colégios de ensino secundário. Mas isso é uma tonteira, ouço os confrades dizer. Seja; à primeira vista, parece mesmo uma pedanteria que cada cidadezinha tenha o seu ginásio católico. Mas tal pedanteria vira necessidade, visto que os adversários já conseguiram criar tais instituições. E uma vez que os protestantes já souberam realizar em lugares relativamente pequenos como Nanuque e Carlos Chagas o que parece tonteria, então nós não podemos fugir ao dever de enfrentar a realidade. Devido a essa realidade, dois confrades, que apenas são suficientes para dar conta da cura de almas em sentido estrito numa paróquia populosa e trabalhosa como Nanuque, ficam sobrecarregados demais se ainda têm que enfrentar a direção de um ginásio e dar aulas. Devemos então confrontar as possibilidades para aliviar-lhes o trabalho. E faz-se também um apelo ao bom senso dos confrades, cuja tarefa já está mais especificado no ensino, para ajudar aqueles confrades quanto possível, pondo-se de

⁴⁷AZZI, op. cit., p. 218.

lado receios particulares do progresso, por exemplo, da própria instituição do ensino, para que ajudem de modo que puderem e onde se requerer a cooperação.⁴⁸

A postura de frei Teodoro Ouwendijk é de uma guerra declarada ao protestantismo que apostava na linha da educação a fim de lograr sucesso na região. Por seu turno, os agentes católicos que percebem a ameaça iminente tratam de cobrar o apoio de seus superiores para a criação de mais um ginásio católico. É importante salientar que a criação de escolas católicas não parecia ser consenso no interior da ordem franciscana, visto que Ouwendijk, ao redigir o texto endereçado à hierarquia da Província Santa Cruz, trata imediatamente de pressupor as críticas dos superiores a tal proposta e antecipadamente contrapõe-se às negativas, justificando tratar-se de um contexto em que ou se lançava mão da construção de mais um ginásio, o que classifica de “pedanteria”, ou o catolicismo estaria fadado ao fracasso nestas terras, uma vez que a educação seria um meio não somente para elevar o nível intelectual da população da região, como também uma forma de garantir a adesão de novos adeptos, ou no mínimo, a manutenção do número daqueles que se declaravam católicos. O frade olha para a situação com alarde e reclama, além da criação do colégio, o envio de mais padres para a tarefa de educar, haja vista a sobrecarga de trabalhos atribuídos aos que administravam a paróquia de Nanuque.

Apesar de se tratar de um fato ocorrido no Nordeste de Minas Gerais, isto levou à criação de outros ginásios no Extremo Sul da Bahia, como se pôde perceber no relato de frei Elias Hooij. Além disso, Nanuque se constituía num centro comercial para onde afluíam pessoas de várias cidades, vilas e povoados do Extremo Sul da Bahia com a finalidade de resolver assuntos diversos, o que já foi apontado no relato de Koopmans sobre a região. Neste sentido, é significativo que aquilo que ocorria em Nanuque repercutisse também no Extremo Sul baiano não somente no sentido da reação católica, como também no que se refere à expansão protestante. Além disso, não era incomum que jovens do Extremo Sul da Bahia se dirigissem para Nanuque, com a finalidade de ingressar ou concluir seus estudos, coisa que possivelmente ainda ocorra nos dias atuais, apesar da grande atração regional promovida por Teixeira de Freitas, Bahia. Desta forma, não escapamos ao nosso recorte de análise – a Diocese de Caravelas ou o Extremo Sul da Bahia –, mas, tratamos de analisa-lo para além de suas fronteiras, com o objetivo de melhor compreender aquilo que se processa nas esferas social e religiosa da região.

⁴⁸ Santa Cruz, agosto de 1954 *apud* AZZI, Riolando. *História dos Franciscanos da Província Santa Cruz: da criação da Província em 1949 até seu centenário em 1999*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2014, p. 219.

Portanto, observa-se que houve um trabalho de monitoramento das atividades realizadas pelos credos concorrentes no Extremo Sul da Bahia, cujas fronteiras com o Nordeste de Minas Gerais sofriam dilatações significativas, tanto no campo social, quanto no cultural e religioso, de maneira que a roda da História ao girar, promovia transformações semelhantes nestas duas regiões, resultado do processo particular de formação social, política e religiosa desta zona de fronteira. Assim, o avanço do protestantismo e do espiritismo tanto em Nanuque, quanto na zona litorânea de Caravelas e cidades vizinhas fez com a Igreja Católica se levantasse, no sentido de exercer o controle sobre as atividades em curso e assim promover ações que visassem garantir sua hegemonia sobre o campo religioso nesta região. Todavia, cabe salientar que este processo não ocorre repentinamente, mas acompanha a dinâmica de desenvolvimento político e econômico desta região, assim como o fluxo demográfico que promovia não somente uma inversão na relação entre campo e cidade, como também entre estados e regiões que se faziam distintas, ao menos do ponto de vista da política institucional.

A DIOCESE DE CARAVELAS, O CERIS E AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS DE FILANTROPIA

Como já apontado anteriormente, o bispo de Caravelas, dom Filipe Broers assim que assumiu a direção da referida diocese, solicitou ao Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) uma pesquisa que detalhava as características econômicas e sociais da faixa territorial referente à região episcopal de Caravelas. Além do mais, o estudo realizado pelo CERIS tratou também de levantar dados acerca do cenário religioso na região, o que nos permitiu perceber a configuração de um ambiente religiosamente diversificado, mas também marcado por conflitos de interesses entre instituições religiosas. Verificou-se o empenho no combate às religiões de matriz africana, frequentemente tratadas como subterrâneas e inferiores, resultantes da ignorância popular pela Igreja Católica, o que denota a produção de um discurso que procura desqualificar tais religiões, utilizando-se de um argumento com contornos científicos no intuito de projetar preconceitos, cuja função era promover o catolicismo enquanto seguimento religioso dominante e, possivelmente, portador da legítima relação com o sagrado. Por outro lado, a presença do CERIS em Caravelas pode revelar uma atuação em conjunto com a diocese local que vai além do levantamento de dados

estatísticos e sociológicos. Neste sentido, pretendemos, neste ponto, refletir acerca do possível envolvimento do CERIS com projetos filantrópicos desenvolvidos na Diocese de Caravelas. Para isto, vale ressaltar a relação construída entre o CERIS e instituições estrangeiras de filantropia, como Misereor, Adveniat e Missionszentrale – boa parte delas ligadas à Igreja Católica – como aponta Vanessa Brunow⁴⁹ em seu estudo acerca da ação social do CERIS em finais da década de 1970, que contava com recursos financeiros enviados por estas instituições e outras da Europa. Desta forma, nos interessa analisar o possível vínculo entre a ação social do CERIS e o desenvolvimento de projetos filantrópicos em diferentes pontos do episcopado caravelense.

Como vimos anteriormente, a Diocese de Caravelas foi instituída em 1962 por um édito papal. Sua criação foi resultado de um processo de renovação institucional que visava uma maior aproximação da instituição com os fiéis. Este movimento foi influenciado pelas reconfigurações dos campos político e religioso em âmbito internacional, corolário da Revolução Cubana na América Latina, do fortalecimento do bloco socialista e a Revolução Russa, dos processos de independência na África que seguiam em contraposição aos interesses da Igreja Católica enquanto instituição que representava os ideais civilizatórios de que lançava mão a política imperialista das potências europeias, bem como da expansão protestante no Brasil e no mundo.

Ao longo da primeira metade do século XX até a criação da Diocese de Caravelas em 1962, verificou-se o empreendimento da ação missionária realizada por frades franciscanos, que procuraram construir uma relação de proximidade com os habitantes da região, o que, naquele momento, significava transitar por longas distâncias em condições nada favoráveis, uma vez que as rotas de acesso eram compostas de caminhos que atravessavam áreas de florestas e rios que apresentavam situações diversas, conforme as condições climáticas. Este movimento missionário era realizado em nome do ardor religioso que aqueles frades estavam imbuídos, mas também em função do seu compromisso institucional de aproximação da clientela que habitava a região. A área que mais tarde passou a constituir o território administrativo da Diocese de Caravelas, tinha suas fronteiras dilatadas por causa dos movimentos demográficos entre Bahia e Minas Gerais, o que ampliava significativamente a

⁴⁹ BRUNOW, Vanessa de Oliveira. *Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na década de 1980 no Brasil: Um estudo sobre o movimento popular e a prática social do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

zona de ação dos frades da Província Santa Cruz, a quem foram confiadas as paróquias do Extremo Sul baiano pela Diocese de Ilhéus.

Esta reconfiguração de posturas da Igreja Católica avançava no sentido de consolidar sua presença em lugares até então desconectados da dinâmica da religião romana, marcadamente influenciada pela ação missionária de protestantes na região, assim como pela emergência do espiritismo neste lugar. Portanto, o que estava em jogo era a manutenção da hegemonia católica no Extremo Sul da Bahia e Nordeste de Minas Gerais, o que possivelmente não se fizera perceber no período antecedente às mudanças e transformações que marcaram os cenários político e religioso no século XX. A luta pela hegemonia religiosa fez emergir a necessidade de implantação da estrutura administrativa e hierárquica da Igreja Católica nas diferentes regiões em que percebia sua fraqueza em manter a adesão de fiéis ao catolicismo. Desta forma, desenvolver localmente as estruturas que permitissem seu funcionamento institucional, significava promover os condicionantes favoráveis à manutenção de sua posição de religião dominante.

Para isto, a Igreja Católica no Brasil projetou seu apoio aos estratos mais baixos da sociedade, perspectiva que ganhou força com o Concílio Ecumênico Vaticano II. Convocado em 1962, pelo Papa João XXIII, este tratou de estimular “a Igreja a um novo relacionamento social, baseado no novo olhar que se constituía com o apoio dos elementos da ciência, da cultura e das experiências concretas dos homens nas suas relações sociais”.⁵⁰ Uma nova postura era, portanto, adotada pela Igreja Católica e os novos valores tinham como base o princípio de que “a ordem social e o seu progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário”.⁵¹ O Concílio Ecumênico Vaticano II significava, pois, que a Igreja Católica tomava a iniciativa de abrir-se para pensar os problemas do mundo – fossem esses de ordem política, social ou econômica –, especialmente aqueles que envolviam as parcelas da população que mais careciam de cuidados e de acesso aos direitos básicos, essenciais à sobrevivência humana. Tal reestruturação de posicionamento da instituição em favor das classes subalternas relaciona-se com o processo de renovação de posturas da Igreja Católica, no sentido de promover uma maior aproximação das classes subalternas, visto que perdia influência e fiéis em diversos lugares do mundo, a exemplo do que ocorria no Brasil e no

⁵⁰ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1996, p. 29.

⁵¹ Gaudium et spes, 1997, p. 569. In: CONCÍLIO VATICANO (2.: 1962-1965). *Documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997.

Extremo Sul baiano em que os religiosos presentes na região percebiam a ausência de legitimidade religiosa junto à população.

Entretanto, cabe salientar que as novidades apresentadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II não gozavam de consenso no interior da Igreja Católica, especialmente no Brasil em que a hierarquia religiosa estava dividida entre conservadores e progressistas, o que imprimiu à Igreja naquele momento um comportamento caracterizado pela dualidade contraditória de apoio às classes dominantes e subalternas, de forma que a hierarquia católica brasileira se encontrava dividida em duas correntes (uma progressista e outra conservadora) que coexistiram concomitantemente e definiram os direcionamentos da Igreja no Brasil, durante a segunda metade do século XX. Os progressistas defendiam a renovação da instituição e uma atuação ativa diante dos problemas sociais do país. Devido ao contexto político que o país vivia,⁵² o avanço desta ala era visto como perigoso e subversivo por causa do complicado cenário político no início da década de 1960, com a renúncia de Jânio Quadros e a delicada situação em que se encontrava João Goulart e seu governo, assim como o avanço das lutas pelas reformas de base em diferentes pontos do país.

O crescimento das lutas sociais era entendido e divulgado pelos setores conservadores como a ameaça comunista que deveria ser combatida a todo custo. Desta maneira, o avanço das frentes que reivindicavam as reformas de base e a compreensão de que o governo de Jânio Quadros era de tendência comunista, juntamente com o processo de aproximação das camadas mais pobres da população propiciada pelas reformas que ocorriam no interior da Igreja Católica, fez com que a ala conservadora da hierarquia e as classes dominantes apoiassem os militares em seu movimento de tomada do poder. Dessa maneira, “o golpe militar de 1964 significava que a direita havia prevalecido temporariamente sobre a esquerda, tanto na Igreja como na luta política mais ampla”.⁵³

No entanto, apesar de enfraquecidos durante os primeiros anos da Ditadura Militar, a ala progressista continuou a realizar atividades junto às classes urbanas empobrecidas e às populações rurais e, os embates travados por membros do clero e camponeses contra grileiros, latifundiários e capital estrangeiro, lograram aos primeiros, medidas repressivas que obrigaram a hierarquia como um todo, a repensar seu apoio à Ditadura Civil-Militar. As notícias de perseguições e torturas a padres, reverberou negativamente nas instâncias

⁵² Sucessão de crises na política nacional e identificação de Jango e do PTB com o comunismo (SANTANA, op. cit.).

⁵³ MAINWARING, 2004, p. 65.

superiores do episcopado brasileiro, o que possibilitou uma retomada das ações da ala progressista da Igreja Católica, que passou a exercer grande influência política no interior da instituição. Com isso, membros da igreja envolveram-se em diversas frentes de luta contra a Ditadura Civil-Militar, dentre estas, as que se processaram no Extremo Sul da Bahia contra a expropriação das terras camponesas durante o movimento de expansão do capitalismo promovido pelos governos militares (tema que será abordado no próximo capítulo).

Neste cenário, a atuação política e social de clérigos engajados nas diferentes lutas sociais pelo Brasil e América Latina possibilitou a emergência de uma nova teologia que ficou conhecida como Teologia da Libertação (TL). A reflexão produzida pela TL tinha como centralidade os problemas sociais e econômicos vivenciados pelas classes subalternas no Brasil e América Latina, bem como os caminhos para a superação do estado de calamidade em que vivia a maioria da população do continente, ou seja, o discurso teológico da TL perpassava pela defesa da justiça social. Dentre os grupos a quem a TL se direcionava e que concentrava parte significativa das ações da ala progressista da Igreja Católica, estavam os camponeses e trabalhadores rurais, cuja situação era agravada pelo êxodo rural e toda sorte reservada às populações rurais que migravam para os centros urbanos. Com base na perspectiva de que o homem do campo deveria permanecer no seu lugar de origem, a fim de garantir não apenas a qualidade de vida, como também manter suas tradições culturais, o campesinato foi para a TL a

referência preferencial, uma vez que nesse espaço a relação com o homem é mais direta, sendo a terra um elemento de aproximação com o Tempo Sagrado – nascimento, fertilização e colheita, ou, Pai, Filho e Espírito Santo. Essa tríade de vida na terra e dela no Reino permitiu à Teologia da Libertação ir aprofundando-se e se aproximando do homem comum, fortalecendo e estimulando a superação sóciopolítica.⁵⁴

Por sua vez, camponeses e trabalhadores rurais não eram os únicos a quem foram direcionadas as ações e engajamento dos clérigos envolvidos com as causas sociais, o que significa que havia várias frentes de atuação e para que fossem empreendidas era necessário conhecer as condições de vida da população de forma mais ampla, nas diversas áreas onde os religiosos comprometidos com as causas das classes subalternas se encontravam.

Logo, na Diocese de Caravelas não foi diferente, de forma que se tornou necessário conhecer as condições materiais e o universo sociocultural da população do Extremo Sul da

⁵⁴ IOKOI, 1996, p. 64.

Bahia, no intuito de, a partir do conhecimento do contexto local, atuar na promoção de ações que possibilitassem a aproximação entre a Igreja Católica e as camadas subalternas da região. É neste contexto que a pesquisa do CERIS se insere, realizando um levantamento da situação econômica, social e religiosa da população do Extremo Sul baiano. Todavia, antes de analisarmos alguns dados apontados pelo CERIS referentes à região e sua possível relação com o desenvolvimento de projetos filantrópicos na região, cabe entendermos como esta instituição foi concebida.

Em sua dissertação de mestrado, Vanessa de Oliveira Brunow⁵⁵ aponta que o CERIS foi criado em 1962 “como ato conjunto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), [e] atendia a uma exigência das ações das pastorais da Igreja Católica no nosso país”.⁵⁶ Sua criação pautava-se, portanto, na postura institucional da “opção preferencial pelos pobres”. A Igreja Católica no Brasil não poderia simplesmente propor um realinhamento político-ideológico sem que sua ação estivesse fundamentada no conhecimento do universo econômico, social e religioso em que estavam imersas as camadas mais pobres da sociedade brasileira. Isto tornava necessário conhecer o caso particular de cada diocese ou região. Por isso,

Os primeiros anos da vida do CERIS foram dedicados à coleta e ao tratamento de dados estatísticos da Igreja e a estudos de sociologia da religião. Mais tarde, os estudos e pesquisas foram estendidos às áreas de economia e sociologia geral. Em 1966, o CERIS publicou o 1o Anuário Católico do Brasil, espécie de estudo estatístico que a Igreja Católica realiza para saber a sua abrangência nas regiões brasileiras, tais como o número de paróquias, fiéis, bispos e padres em cada localidade.⁵⁷

Observa-se inicialmente que o CERIS tinha o seu trabalho dedicado à pesquisa e análise de dados estatísticos sobre a Igreja Católica, bem como de Sociologia da Religião. Além do que, à medida que avançava em sua produção e, possivelmente, com a chegada de outros especialistas, houve uma diversificação de pesquisas em diferentes áreas de conhecimento. É importante notar que o estudo do CERIS em Caravelas foi realizado justamente no período em que Brunow aponta para a ampliação das pesquisas da instituição para outras áreas de conhecimento, como a economia e sociologia geral. Desta forma, o estudo

⁵⁵ BRUNOW, Vanessa de Oliveira. *Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na década de 1980 no Brasil: Um estudo sobre o movimento popular e a prática social do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 18.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 19.

sobre o Extremo Sul da Bahia combina estatística religiosa e análise socioeconômica. Apesar de não termos acesso ao anuário do CERIS de 1966, é possível perceber nos dados levantados sobre a Diocese de Caravelas, informações acerca do número de padres e paróquias da diocese, bem como do contingente populacional e de frequentadores de missas em algumas paróquias da região, o tipo de informação que compunha o anuário publicado pelo CERIS em 1966. Sobre estes dados, verifica-se que na Diocese de Caravelas o percentual daqueles que se declaravam católicos era de 99,1%.⁵⁸ Além disso, indica também que

Nesta área de 27.546 Km², com uma população de 411.000 habitantes, aproximadamente, trabalham 15 padres, 11 são de nacionalidade holandesa, como também o bispo, e pertencem à Ordem dos Franciscanos, da Província de Santa Cruz [...] Quatro deles são de nacionalidade italiana e pertencem à Ordem dos Capuchinhos.⁵⁹

Há, portanto, uma desproporção gigantesca entre o número de padres e o de habitantes, o que, por sua vez, tornava ainda mais difícil a tarefa de manter-se hegemônica neste pedaço do Brasil, visto que a presença protestante na região e suas estratégias para atrair fiéis alarmava a Igreja Católica. Além do mais, o estudo trata de identificar as nacionalidades dos padres e suas respectivas ordens, o que indica não haver, naquele momento, um corpo sacerdotal formado e subsidiado pela nova diocese. Todavia, aponta para os vínculos destes com suas ordens e os possíveis intercâmbios entre a Diocese de Caravelas, as ordens religiosas dos Franciscanos e Capuchinhos e sua abrangência a nível internacional, já que provavelmente possuíam vínculos em seus países de origem – Holanda e Itália.

Outro dado que merece nossa atenção se refere ao número de habitantes, 411.000, uma diferença discrepante no que se refere ao contingente populacional da diocese em 1962, ano de sua criação, como apontado no início deste capítulo. Conforme o CERIS,

Estudando o mapa elaborado pelo I.B.G.E., sobre a taxa de crescimento médio anual entre 1920 e 1950, destaca-se logo a região da Diocese de Caravelas, com um crescimento mais alto de todo o Nordeste. Áreas com um aumento populacional igual, encontramos só no Nordeste, nas Dioceses de Amargosa e Vitória da Conquista.⁶⁰

⁵⁸DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia*. Parte II – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966, p. 191.

⁵⁹ Ibid, p. 230.

⁶⁰DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia*. Parte I – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966, p. 87.

Identifica-se, desta forma, uma tendência de rápido crescimento populacional, visto que a Diocese de Caravelas tem seu ritmo de crescimento mais elevado que o restante do Nordeste. Este crescimento demográfico é possivelmente resultante de correntes migratórias vindas de Minas Gerais, em direção ao Extremo Sul da Bahia. Em artigo que analisa as migrações do Vale do Jequitinhonha para o Vale do Pampã, na fronteira com a Bahia, Marcos Lobato Martins salienta que

Os anos 1890 assinalaram o início das migrações de populações do Médio Jequitinhonha para a bacia do rio Pampã, do que resultou o processo de ocupação da “mata” de solos fertilíssimos e abundantes recursos naturais. Os anos 1950, em função da abertura da rodovia Rio-Bahia (que atravessa o leste mineiro e margeia o oeste do Vale do Pampã), representaram momento de drástica transformação regional. O contato bastante facilitado com os mercados dinâmicos do Sudeste promoveu, então, veloz expansão da pecuária de corte e da exploração madeireira [...] ⁶¹

O estudo das migrações oriundas do Jequitinhonha é salutar à compreensão do processo de crescimento demográfico do Extremo Sul baiano, pois essas migrações tomavam como direção as terras férteis do Vale do Pampã, ainda nas Minas Gerais. Em nossa pesquisa de conclusão do curso de graduação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conseguimos identificar que, parte dessas pessoas que vinham do Jequitinhonha em busca de terras mais férteis, ultrapassaram os limites territoriais entre Minas Gerais e Bahia, o que corroborou para o nascimento de cidades, vilas e povoados na parte Oeste do Extremo Sul baiano, como Medeiros Neto, Itanhém, Itupeva, Lajedão, etc. Na ocasião realizamos um estudo sobre o distrito de Itupeva, no município de Medeiros Neto. A maioria das pessoas que entrevistamos apontavam sua chegada em Itupeva a partir do processo migratório que vinha do Jequitinhonha, passando pelo Nordeste mineiro e seguia com a constituição de fazendas ao longo das margens do Rio Alcobaça, até sua chegada em Itupeva em finais da década de 1920 aproximadamente, lugar onde foi constituído o distrito e fazendas nas terras divisas de Minas e Bahia. Esta dinâmica migratória pode, portanto, ter contribuído de forma significativa para o aumento populacional no Extremo Sul baiano ao longo da primeira metade do século XX, somando-se a outros fatores durante os anos da Ditadura Civil-Militar. As causas para esta onda migratória apontadas por Martins são: a) o manejo da terra que se baseava em queimadas periódicas que levavam ao empobrecimento do solo, de forma que se tornava

⁶¹ MARTINS, Marcos Lobato. *Do Jequitinhonha ao Pampã: uma história de migrações no interior do Brasil*. Seminário Visões do Vale 4, Pró-Reitoria de Extensão, UFMG, Belo Horizonte, 2009, p. 3.

necessária a queimada de novas áreas de florestas e capoeira, para a constituição de roças mais produtivas; e b) as longas secas que se abateram sobre o Jequitinhonha de 1890 a 1942.⁶² Com isso, as pessoas abandonavam suas propriedades em busca de terras mais férteis, de forma que se alterava a paisagem geográfica e a configuração demográfica, social e econômica das terras na fronteira entre o Extremo Sul da Bahia e Minas Gerais.

Na tabela abaixo o CERIS faz um balanço do crescimento demográfico na Diocese de Caravelas, entre os anos de 1920 e 1965.

Tabela 3 - Evolução populacional na Bahia e na Diocese de Caravelas: 1920-1965

Região	1920	1940	% aumento	1950	% aumento	1960	% aumento	1965 E
Bahia	2.720.990	3.898.864	42,2	4.834.522	23,9	5.990.605	23,9	6.709.477
Diocese	16.452	23.555	43,0	130.038	81,8	268.755	106,6	411.219

Fonte: I.B.G.E apud DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia*. Parte I – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966, p. 89.

Observa-se, na Diocese de Caravelas uma acelerada elevação do contingente populacional entre o período citado. As taxas de crescimento superam as da Bahia, de forma que entre os anos de 1950 e 1960 há um aumento demográfico na diocese de 106,6%, contra apenas 23,9% na Bahia. O único período em que há paridade entre o crescimento estadual e o regional é entre os anos de 1920 e 1940, respectivamente 42,2% para a Bahia e 43% para a Diocese de Caravelas. O período de crescimento populacional coincide com o momento das migrações do Jequitinhonha em busca de novas terras.

Estes dados nos permitem perceber o cuidadoso levantamento de dados pelo CERIS e sua relevância aos projetos de inserção da Igreja Católica entre as camadas mais pobres da região. A tarefa do corpo sacerdotal da Diocese de Caravelas não era das menores, com indicativo de contínua ampliação dos desafios ao atendimento dos fiéis, visto que o contingente populacional crescia aceleradamente e passava a ocupar diferentes pontos do território, cujo resultado é o nascimento de cidades, vilas e povoados, o que implicava não somente fazer-se presente por meio da ação missionária, mas afirmar a presença institucional da Igreja Católica por toda a região, a partir da construção de igrejas e elevação de comunidades e paróquias, no intuito de garantir a preferência dos fiéis, num lugar em que os números não paravam de crescer e consigo ampliava-se a ofensiva protestante.

⁶²Ibid.

Ao perceber o acelerado descompasso entre o número de clérigos e o crescimento do contingente demográfico da Diocese de Caravelas, a igreja local resolveu planejar sua ação junto à população de forma a incluir os fiéis na empreitada evangelizadora e social. Em reunião na cidade de Alcobaça em dezembro de 1972 para programar os anos seguintes, verificou-se que

A revisão e a avaliação, juntamente com a constatação de uma crescente diminuição do clero, nos levaram a definir o seguinte objetivo prioritário: “FORMAR COMUNIDADES, CUJOS PARTICIPANTES ASSUMAM AS RESPONSABILIDADES PELA LIBERTAÇÃO INTEGRAL DO HOMEM EM CRISTO”.⁶³

Fomentar a criação de grupos comunitários engajados na tarefa religiosa apresentou-se como alternativa ao problema da insuficiência de padres para as diversas atividades realizadas no âmbito das paróquias. O documento, contudo, vai além, pois nos permite vislumbrar a amplitude do engajamento religioso de leigos, de forma que indica para ações que extrapolam os assuntos relacionados àquilo que era essencialmente espiritual, projetando-se no plano das questões sociais e políticas de que careciam os habitantes da região. Uma igreja comprometida com a “libertação integral do homem” significa tomar partido em favor das classes subalternas e sua luta por justiça social e econômica. Esta postura, contudo, se insere num contexto de transformações significativas no interior da Igreja Católica na América Latina, especialmente após a Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizada em Medellín em 1968. Nesta conferência, a Igreja Católica na América Latina assumia o compromisso com a transformação das condições de vida da maioria da população do continente, subjugada por um modelo econômico e político que operava no sentido de beneficiar as classes dominantes, enquanto os seguimentos subalternos da população sofriam com a exploração de sua mão-de-obra e a negação de direitos mínimos necessários a uma vida digna. Para a igreja latino-americana

A libertação proposta definia-se nos termos do Evangelho como a libertação integral do homem. Buscando a realização dos seus valores, em todas as dimensões da vida: sociais, econômicas, políticas e religiosas. Essa libertação foi definida [...] como a comunhão com Deus e com os irmãos [...] A luta pela justiça e pela paz, por meio de greves, marchas, etc., foi considerada o caminho necessário para o encontro com o

⁶³ Planejamento Diocesano para os anos de 1973 e 1974. Alcobaça, 15 de dezembro, 1972, p. 1. *Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas*, Caixa 32, Maço 11.

reino, e a omissão, ou mesmo a indiferença, posições insuportáveis que nesse sentido deviam ser extirpadas.⁶⁴

A proposta de criar comunidades dinâmicas e com participantes envolvidos e compromissados com a “libertação integral do homem” na Diocese de Caravelas, está em comunhão com o compromisso assumido pela Igreja Católica latino-americana em Medellín. Com isto, percebe-se que a diocese local estava conectada aos movimentos e transformações mais amplos que se processavam no interior da Igreja Católica e que, neste caso em especial, tomariam uma dimensão externa que se refletiria na política e economia da América Latina. As ações que a conferência de Medellín propunha tinham por fundamento o conhecimento das condições de vida da população nas mais variadas regiões do continente. Neste sentido, a encomenda da pesquisa sobre a Diocese de Caravelas ao CERIS parece adiantar-se a Medellín, possivelmente fruto de um processo que culminaria na conferência de 1968 e se transformaria num posicionamento oficial da Igreja Católica latino-americana.

No Brasil, a CNBB procurou coordenar os vários setores pastorais estimulando a reflexão sobre Medellín que apontava a necessidade da libertação em Jesus Cristo. Essa coordenação visava estimular a pesquisa e promover maior conhecimento da realidade brasileira. Iniciou-se um processo de regionalização da entidade constituída em divisões regionais, em organismos de apoio a setores a ela relacionados. [...] Cada regional deveria estudar a sua realidade, dada a diversidade das situações e das necessidades de intervenção. Deveria também propor atuações e encaminhar as soluções que definissem como fundamentais na luta pela liberdade do homem.⁶⁵

A própria criação do CERIS no início dos anos 1960 enquanto instituição responsável por realizar pesquisas que objetivassem a produção de conhecimento socioeconômico em diferentes lugares do Brasil, a fim de que as igrejas locais pautassem seu trabalho junto à população, encontra-se no quadro de mudança de posturas de que lançava mão a Igreja Católica no Brasil e América Latina, o que tinha como fundamento o realinhamento da igreja romana, ensejado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. Nesta perspectiva, Medellín representa o aprofundamento daquilo que foi proposto pela igreja de Roma, ou seja, era a adaptação do Concílio Vaticano II às especificidades regionais da América Latina.

⁶⁴ IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1996, p. 46.

⁶⁵ *Ibid*, p. 46 e 47.

O envolvimento profícuo das comunidades religiosas nos problemas sociais, políticos e econômicos na Diocese de Caravelas segue em consonância com as diretrizes de Medellín, uma vez que esta implicava na retomada

De sua dimensão comunitária. Consideravam que pequenas comunidades poderiam relacionar-se com maior liberdade e que, nelas, todos os seus membros pudessem participar das proposições e decisões. Este foi o eixo da estruturação das Comunidades Eclesiais de Base que promoveram um eficiente encontro entre as camadas populares e a Igreja. As CEBs se constituíram a partir daí, 'num fenômeno significativo tanto para a compreensão dos movimentos populares e seu significado político quanto para a compreensão do processo de renovação da Igreja Católica e da religiosidade popular'.⁶⁶

Portanto, fomentar um ambiente religioso que extrapolasse o âmbito estritamente espiritual tornou-se uma demanda das mais importantes, visto que a libertação espiritual passa a ter como pré-requisito a libertação econômica, social e política, de maneira que se pode observar uma interação entre todas estas esferas. Pensar a religiosidade é, nesta perspectiva, considerar as relações que se processam entre o mundo material e o espiritual, uma vez que o "homem integral" resulta deste processo interativo. Logo, para que a Igreja Católica na Diocese de Caravelas conseguisse interagir com a população local de forma integral, era necessário que se conhecesse todas as dimensões da vida social do contingente demográfico da região.

Todavia, para seguir de acordo com as diretrizes que eram traçadas para a Igreja Católica latino-americana e que se consolidariam na Conferência Episcopal Latino-americana em Medellín, era necessário levar à frente uma pesquisa pautada em dados empiricamente verificáveis e analisados à luz da Sociologia, da Economia e da Teologia, ação essencial à produção de projetos que tomassem por base os dados, informações e análises da pesquisa, a fim de que a atividade da diocese se tornasse palpável e legítima. A este respeito, o próprio CERIS nos indica as perspectivas a respeito da sua investigação sobre o Extremo Sul baiano.

Com este estudo da Diocese de Caravelas, o Departamento Sócio-Religioso do CERIS apresenta a resposta de um pedido, feito pelo primeiro bispo diocesano de Caravelas, Dom Felipe Broers o.f.m. O estudo foi feito com a finalidade de obter uma base de reflexão para a ação social e pastoral na Diocese e de facilitar o caminho do desenvolvimento da região Extremo Sul do Estado da Bahia [...] O primeiro vol. do estudo, relacionado com os problemas sócio-econômicos será apresentado pelo CERIS, em língua alemã, à MISEREOR, com a finalidade de conseguir que a MISEREOR considere a região Extremo Sul da Bahia como uma das áreas mais necessitadas do Nordeste brasileiro. Estamos conscientes que esse

⁶⁶ IOKOI, op. cit., p. 47.

estudo será uma contribuição mínima no trabalho imenso que está ainda por fazer. Ficamos, então, muito interessados nos problemas sócio-econômicos da Diocese e tentamos ainda executar estudos e projetos detalhados para uma cooperativa de pesca em Caravelas e para uma colonização no Sul da Diocese.⁶⁷

É possível notar que o esforço realizado pelo CERIS tinha a finalidade de pautar projetos que deveriam ser colocados em prática ao longo do tempo e tornar viável o subsídio destes por capitais de instituições filantrópicas estrangeiras. A pesquisa foi realizada por solicitação de dom Filipe Broers, bispo diocesano e principal interessado em promover ações sociais que permitissem o desenvolvimento regional. Certamente o lugar ocupado pelo bispo na hierarquia religiosa aponta para o envolvimento de interesses institucionais, todavia, embasava-se também em seu compromisso ético, moral e religioso com as classes subalternas, como se verá no próximo capítulo, protagonizando ações que iam além da idealização e promoção de projetos filantrópicos.

O documento, entretanto, não deixa clara de qual parte – de dom Filipe Broers ou do CERIS – era a iniciativa de enviar o estudo sobre a Diocese de Caravelas à Misereor, na Europa, mas, possibilita perceber que o objetivo da pesquisa era não somente alertar a sociedade e as instituições governamentais do Brasil, acerca da situação precária em que vivia a população local, como também de realizar projetos sociais que tivessem o financiamento de instituições estrangeiras de filantropia. Por que enviar o documento a esta instituição? A Misereor é uma entidade filantrópica europeia, que atua com projetos sociais em diferentes lugares do mundo. Ao analisar o histórico do CERIS, Brunow afirma que este centro de pesquisas passou a ser solicitado

[...] pelas agências católicas de ajuda externa [...] que se definem como instituições filantrópicas com o objetivo de atuar na área social da Igreja, o CERIS desenvolveu, durante mais de 30 anos, um serviço de consultoria, através de análises de projetos dessas Agências de Cooperação Internacional, que financiavam e ainda financiam intervenções sociais em nosso país [...] As principais agências de financiamento eram: Cebemo, Cáritas Holandesa, Solidaridad, Memisa, Misereor, CMC e Fastenopfer. Na grande maioria, organizações diretamente ligadas à Igreja Católica.⁶⁸

⁶⁷ DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte I – Estudo Sócio-Religioso. *Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais*. Rio de Janeiro, 1966, p. 87, p. 1 e 2.

⁶⁸ BRUNOW, Vanessa de Oliveira. *Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na década de 1980 no Brasil: Um estudo sobre o movimento popular e a prática social do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 19-20.

Portanto, a Misereor consta entre as principais agências de filantropia com as quais o CERIS se relacionava, de modo que nos torna possível inferir que antes mesmo de realizar a pesquisa sobre a Diocese de Caravelas, já houvesse a intenção de que esta fosse empreendida com o objetivo de viabilizar a aprovação de projetos sociais para a região, por estas entidades. O CERIS nos indica isso também quando ressalta o pequeno papel que sua publicação representava, diante dos projetos que estariam por se realizar, dentre os quais uma cooperativa de pesca em Caravelas e uma colonização agrícola na parte sul da diocese, ou seja, tratava-se de uma filantropia engajada social e politicamente, uma vez que a proposta de criação de uma cooperativa de pesca e uma colonização agrícola significava atuar junto a sujeitos que vivenciavam cotidianamente situações de exploração e expropriação. Em ambos os casos, as experiências dos sujeitos se cruzariam com os projetos e intencionalidades de tais instituições que, por sua vez, seriam constituídas num quadro de contradições nos campos social e político no Brasil, em virtude da Ditadura Civil-Militar e dos impactos das políticas de desenvolvimento econômico colocadas em curso pelos governos militares.

O trabalho do CERIS passou a ser realizado cada vez mais em conjunto com a atuação dessas agências do exterior, que davam apoio aos mais diversos tipos de movimentos sociais [...] O conhecimento que o CERIS tinha dos diversos tipos de movimentos sociais e organizações populares era facilitado pelo trabalho estatístico já existente, melhorando a qualidade de atuação dessas instituições estrangeiras no nosso país.⁶⁹

Assim, as ações do CERIS e das instituições de filantropia se inseriam nos âmbitos político e social, e visavam possibilitar a organização e fortalecimento das classes subalternas. Ao longo do tempo, as relações entre o CERIS e tais instituições foram se estreitando, de modo que este se tornou o canal de acesso às entidades estrangeiras de filantropia e por onde estas enviavam seus recursos, o que levou o centro de pesquisa a criar o Fundo de Apoio a Miniprojetos (FAM), em 1979⁷⁰. Com isso, “vemos, através dos processos de solicitação enviados ao FAM-CERIS na década de 80, um apoio significativo aos diversos tipos de organização popular que hoje estão profundamente constituídas, como MST, CUT e PT”.⁷¹

Em Caravelas, ainda na década de 1960, ou seja, antes da criação do FAM pelo CERIS, dentre outros projetos, colocou-se em curso a construção de um hospital regional,

⁶⁹ Ibid, p. 19.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Ibid, p. 25.

uma vez que se fazia nítida a deficiência de serviços de saúde na região. Segundo frei Elias Hooij,

No verão de 1965, dom Filipe fez uma visita de Trabalho a Holanda. Ele tinha procurado o CERIS [...] para fazer um estudo socioeconômico da diocese, o “Extremo Sul da Bahia”. O resultado foi [...] a falta total de infraestrutura da saúde na região. Isso se tornou para dom Filipe uma das suas maiores preocupações e, a partir daí, ele começou a pensar na construção de um hospital regional em Caravelas, sobre os fundamentos de um hospital projeto e abandonado [...] Como resultado positivo, a diocese ganhou do governo da Holanda a construção e o equipamento do Hospital Regional de Caravelas. A fundação governamental “Voluntários da Holanda” assumiu a responsabilidade da mão de obra e enviou, sob um contrato de dois anos, um grupo de 12 voluntários que chegaram a Caravelas na Sexta-Feira Santa de 1966.⁷²

Desta forma, antes mesmo da publicação da pesquisa em livro (que data de 1966), dom Filipe Broers conseguiu na Holanda o apoio e financiamento necessários à construção de um hospital em Caravelas. Apesar de frei Elias Hooij não nos informar, é possível pensar a possibilidade de que alguma instituição católica de filantropia tenha intercedido junto ao governo holandês, a fim de aprovar o financiamento de construção do Hospital Regional de Caravelas, uma vez que a maior parte das agências filantrópicas que mantinham relação com o CERIS estavam ligadas à Igreja Católica, o que aponta para uma possível interação entre interesses institucionais e caritativos. Além disso, a rede europeia de solidariedade católica parecia bastante diversificada, uma vez que podemos observar que a ação voluntária vem de um grupo diferente daqueles já citados, ou seja, dos “Voluntários da Holanda”, segundo Elias Hooij, uma fundação governamental.

A equipe de 12 voluntários era composta de pelo menos um arquiteto e um especialista em cálculo, além de enfermeiras, professoras, assistentes sociais e pelo próprio frei Elias Hooij. Em entrevista concedida à Revista Santa Cruz em 2011, por comemoração de seus 60 anos de presbitério, Hooij informa que “a Rainha da Holanda, ou o ministério do exterior, me enviou como chefe da equipe num contrato de dois anos, com todas as despesas pagas”.⁷³ Em 1968 os voluntários retornaram à Europa e ele, frei Elias Hooij, decidiu permanecer no Brasil e trabalhar ao lado de dom Filipe Broers que o nomeou pároco de Posto da Mata, com a intenção de transformar aquele lugar num centro das paróquias de Nova Viçosa e Mucuri. Após a entrega da obra pelos “Voluntários da Holanda”, “como exigência do Governo

⁷² Ibid, p. 39/40.

⁷³ PROVÍNCIA SANTA CRUZ. *Revista Santa Cruz*. N 2. Belo Horizonte. Ano 75, Abril/Maio, 2011, p. 56.

Holandês, dom Filipe passou o Hospital Regional para uma associação de cidadãos de Caravelas, que o passaram ao Município de Caravelas”.⁷⁴

Em Medeiros Neto, em finais da década de 1970 frei Ronaldo Zwinkels promoveu aparentemente alguns projetos de colonização, com a criação de agrovilas. Os recursos para isto, assim como em Caravelas, vieram da Europa. O período era de expropriação, com violenta expulsão de trabalhadores rurais e pequenos proprietários de suas terras, o que deu origem a sérios conflitos, como verificaremos no capítulo seguinte. Diante deste quadro de violência no campo, a fundação de agrovilas tinha como objetivo

[...] a fixação do homem no campo em vez da sua fragmentação nas periferias das cidades. Assim, a família podia cuidar da própria manutenção e ainda ganhar com a venda dos produtos da roça na feira. Com recursos da Europa, frei Ronaldo conseguiu comprar glebas consideráveis, onde houve intenso movimento de construção e plantação. Um projeto muito importante nessas terras, onde as grandes fazendas sufocam os pequenos povoados e não permitem sua expansão.⁷⁵

As ações da Igreja Católica no Extremo Sul da Bahia, portanto, eram bastante diversificadas e eram realizadas em diferentes âmbitos da vida social e econômica. A promoção caritativa através das agrovilas e do hospital de Caravelas, dentre outros, apontam para a capacidade do grupo de frades da Diocese de Caravelas, de articular uma teia de relações com instituições governamentais ou não, a nível internacional, direcionando capitais estrangeiros aos projetos filantrópicos empreendidos pela igreja local e que eram endossados pelo estudo socioeconômico realizado pelo CERIS nesta diocese. No fragmento acima não há menção alguma de frei Elias Hooij acerca de uma possível colaboração do CERIS neste empreendimento. Entretanto, ao mencionar que entre os objetivos do projeto, havia a expectativa de que os proprietários das pequenas glebas pudessem comercializar seus produtos nas feiras locais, nos permite perceber certa proximidade com as atividades apoiadas pelo FAM-CERIS. De acordo com Brunow,

O FAM apoiou atividades em várias áreas. Procurando estabelecer uma classificação prévia, o suporte do FAM-CERIS destinou-se a experiências de compras comunitárias, beneficiamento da produção agrícola, grupos de produção autônoma, organização de associações, grupos em situação de expulsão de suas casas e suas

⁷⁴ Ibid', p. 44.

⁷⁵ HOOIJ, Elias. *Os “desbravadores” do Extremo Sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011, p.67.

terras, atividades agrícolas, como projetos de produção e comercialização cooperativa.⁷⁶

A descrição de Hooij sobre os frutos das agrovilas nos permitem considerar a similaridade entre este projeto desenvolvido na Diocese de Caravelas e as atividades apoiadas pelo Fundo de Apoio a Miniprojetos do CERIS. É possível que tenha ocorrido um intercâmbio entre o CERIS e frei Ronaldo Zwinkels para a realização da compra de uma faixa de terras em Medeiros Neto e sua respectiva divisão em pequenas glebas aos agricultores da região. Entretanto, salienta Brunow que:

Torna-se necessário questionarmos o quanto essa instituição [CERIS] contribuiu para solucionar os problemas econômicos, sociais e políticos desses grupos sociais que foram auxiliados, pois a intermediação junto aos movimentos populares nem sempre gera resultados positivos. A lógica do voluntarismo, filantropia e caridade que essas instituições católicas carregam dificulta até mesmo a autonomia política desses grupos solicitadores.⁷⁷

Certamente os problemas políticos e sociais daquela parcela de população que foi beneficiada com o recebimento das terras não seriam solucionados, pois, eram necessários outros subsídios a fim de tocar uma produção que permitisse uma renda satisfatória. Além disso, outras demandas como educação, saúde, lazer e dignidade humana não se resolvem automaticamente e, a longo prazo, ações filantrópicas não são suficientes. Desta forma, é pertinente a crítica da autora ao afirmar os prejuízos políticos e sociais de não se desenvolver a autonomia das classes subalternas, no sentido de que estas devem conquistar sua liberdade econômica e social por meio das lutas e engajamento político. Por outro lado, o próprio frei Ronaldo Zwinkels, em entrevista à revista franciscana Santa Cruz, esclarece que em Medeiros Neto atuou com

[...] a criação de comunidades urbanas e rurais; a formação de lideranças; a renovação da Catequese. O religioso e o social se misturaram: Registro civil das crianças; alfabetização de adultos; fundação do sindicato rural; construção de centros comunitários; igreja e agrovilas; lar dos idosos; cerâmica e filtros de água.

⁷⁶ BRUNOW, Vanessa de Oliveira. *Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na década de 1980 no Brasil: Um estudo sobre o movimento popular e a prática social do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 25.

⁷⁷ Op. cit., p. 24.

Guardo boas recordações das viagens longas e difíceis, de jipe, por estradas muitas vezes quase intransitáveis e o contato gostoso com o povo rural.⁷⁸

Nota-se que as ações do frade em Medeiros Neto foram bastante diversificadas e a perspectiva de instrumentalização política dos trabalhadores foi uma das atividades promovidas por frei Ronaldo Zwinkels, com as atividades de alfabetização de adultos e a intervenção na fundação do sindicato de trabalhadores rurais, ambas imperativas ao desenvolvimento da consciência política da população local e à sua organicidade enquanto coletivo de trabalhadores e que comungam de condições de vida semelhantes, bem como de uma identidade cultural e trabalhista. O desenvolvimento do espírito organizativo, porém, perpassava por outros âmbitos, o que levou à criação de centros comunitários (lugares onde realizavam atividades diversas como educação escolar, cursos de corte e costura, de cabeleireiro, etc.), a construção de igrejas e agrovilas. Todas estas iniciativas demandam trabalho em grupo, identidade e espírito associativo, ou seja, atitudes que corroboram para a compreensão do que são interesses e ações coletivas, de modo que se assiste a um entrecruzamento do religioso com o político, uma vez que todas estas ações partem do interior de uma instituição religiosa, mas que se coloca à temporalidade histórica em que as experiências dos sujeitos são tecidas.

Além disso, de acordo com o relato de frei Ronaldo Zwinkels, as atividades paroquiais em Medeiros Neto eram movimentadas, haja vista as diversas ações empreendidas pela igreja local. Também denuncia o estado de carência que a população vivia, uma vez que não tinham acesso, inclusive, a filtros de barro que possibilitassem o consumo de água pura e livre de doenças. O cuidado para com os idosos vai na contramão da política governamental em curso que, nesta região, era pautada na expulsão da população rural para as cidades, sem demonstrar o mínimo de respeito para com a vida. O zelo por aqueles que estão num período especial da vida, em que necessitam de cuidados e assistência denota que não se tratava apenas de preparar a comunidade para a atividade política e sindical, mas, principalmente de humanização e solidariedade, valores que se contrapõem ao espírito do capitalismo.

Dentre outras questões, é alarmante a ausência do Estado em todos os âmbitos da vida social daquela comunidade, de forma que se faz alheio à promoção de melhoria e manutenção de vida das camadas mais pobres do município. Isto pode ser notado no trabalho do frade com

⁷⁸ REVISTA SANTA CRUZ. *Revista dos Franciscanos da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte, ano 76, n 1 Janeiro/Março, 2012, p. 20.

o registro civil, função específica do Estado enquanto instituição que regulamenta a vida em sociedade. Este cenário de carências nos remete à gravidade da situação em torno da prática e vivência da cidadania nestas terras, uma vez que se à população era negada o acesso às repartições responsáveis pelo registro civil, o que se dirá de direitos políticos e sociais, uma vez que a necessidade de a Igreja Católica intervir nos serviços públicos destinados ao cidadão pode indicar que a um contingente significativo de adultos não fossem garantidos direitos mínimos de cidadania. Isto é sintomático da pobreza regional, mas também da situação política a que o país estava submetido sob o duro julgo da Ditadura Civil-Militar, que usurpava da população o direito de manifestar-se nas diferentes esferas da vida social.

Por último, ainda é possível inferir acerca da precariedade das vias de acesso às comunidades rurais, especialmente as mais distantes, um problema regional de longa duração, visto que fora apontado no início deste capítulo como desafio que era enfrentado pelos primeiros frades a interiorizarem pela região em seu ardor missionário. Observa-se, com isto, que mesmo depois de desenvolvidas as estruturas institucionais católicas na região, os religiosos da diocese tiveram de se lançar a desafios cotidianos que eram apresentados em diferentes âmbitos e demandavam da Igreja Católica local, esforços no sentido de possibilitar à população o acesso às necessidades mais básicas como o direito à vida, à terra para plantar e colher, à água potável, aos direitos civis, dentre outros.

Nos capítulos seguintes analisaremos a diversificação das atividades e formas de lutas sociais no Extremo Sul da Bahia, especialmente no que tange aos conflitos de terra em toda a área da Diocese de Caravelas, e como o bispo diocesano e alguns religiosos se comportaram diante dos dilemas que se apresentavam aos mais pobres. Em síntese, examinaremos as lutas sociais em diferentes âmbitos, ou seja, da organização e articulação dos trabalhadores rurais no interior das instituições governamentais, aos seus desdobramentos no campo religioso e das representações.

CAPÍTULO II

CONFLITOS DE TERRAS NO EXTREMO SUL DA BAHIA: EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS ENTRE TRABALHADORES RURAIS E IGREJA A CATÓLICA

Para nós lavradores,
A terra é nosso canto,
Vamos lutar por ela
Com amor no entanto.
A união é importante
A coragem também é,
Exija seus direitos,
Seja homem ou mulher.
Lutemos com fé,
Não sejamos desanimados,
Pois o Cristo Salvador
Está sempre ao nosso lado.⁷⁹

No Brasil a questão da luta pela terra é das mais relevantes para a compreensão da nossa história. Sua caracterização perpassa por diferentes âmbitos da vida social, de modo que vai além da mera distinção que opõem campo e cidade, forma complexa cujas ressonâncias ecoam nas esferas política, econômica e cultural, configurando um desafio àqueles que se propõem a desvelar os nós que a envolvem. Neste sentido, cabe salientar que no interior da estrutura social brasileira, as ações do campesinato ocupam lugar central na esteira da política fundiária, uma vez que vão de encontro aos interesses da fração agrária da classe dominante, da agroindústria e do capital internacional. Sua ação contestadora, em contradição com a legalidade jurídica – resultante de um processo histórico que envolve a construção de mecanismos que viabilizem o controle e a concentração da terra – ou além de sua circunscrição, tem como intento a defesa da manutenção do modo de vida camponês, fator que envolve a inter-relação entre produção econômica, familiar e religiosa.⁸⁰

⁷⁹ Comissão da Pastoral Rural da Diocese de Caravelas. Cantos. Agosto de 1980. *Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas*, Caixa 33, Maço 15.

⁸⁰ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983; Id. *O cativo da terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2015; FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.

Com riqueza de formas e variedades, a luta pela terra empreendida por agentes em distintos lugares e períodos, dá origem a experiências que denotam não apenas sua autonomia de ação, como também sua extensão política. Como vai de encontro a problemas estruturais da sociedade brasileira (que marcam uma longa duração), tem como corolário o envolvimento de diferentes personagens e instituições em uma trama caracterizada por tensões que resultam no confronto de classes, cujos interesses orbitam entre a manutenção do *status quo* da fração agrária da classe dominante – que mantém uma relação em conformidade e ao mesmo tempo contraditória com o modo de produção capitalista⁸¹ – e o direito à terra enquanto lugar de reprodução da vida camponesa, cujos valores constituem alternativa antagônica ao avanço do capitalismo no campo. Nessa perspectiva,

Os camponeses instauram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.⁸²

Assim, diante do paradoxo que o modo de vida camponês apresenta, evidencia-se a importância do estudo das lutas camponesas à compreensão da atualidade brasileira. A análise das experiências plasmadas no processo de luta pela terra, pode contribuir significativamente para o entendimento de sua natureza e caráter, de maneira que seja possível determinar os fatores que influem e permitem o desenvolvimento das experiências em sua especificidade, mas, também na determinação dos aspectos mais gerais da experiência camponesa.

Por outro lado, há que se considerar a participação de sujeitos e instituições no processo de tessitura de tal experiência, o que torna a trama ainda mais complexa, pois

⁸¹ cf. MARTINS, 1983.

⁸² CONSELHO Editorial. Apresentação à coleção. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980, p. 13.

envolve expectativas outras, que não especificamente camponesas. Entre estes, foi significativa a atuação da Igreja Católica, do Partido Comunista Brasileiro e das Ligas Camponesas, dentre outros, enquanto personagens e/ou instituições que atuaram junto ao campesinato, ora concorrendo entre si à direção do mesmo, ora construindo alianças,⁸³ no intuito de melhor atender às expectativas daqueles que almejam a permanência ou o acesso à terra, sem, contudo, perder de vista sua particularidade enquanto sujeito, individual ou coletivo.

Neste sentido, considerando a importância das lutas camponesas pela terra e sua relação, entre outros, com a religião – em especial, a Igreja Católica –, neste capítulo pretendemos analisar as experiências de lutas construídas por trabalhadores rurais no Extremo Sul da Bahia, juntamente com a Igreja Católica na Diocese de Caravelas,⁸⁴ num contexto em que conflitos emergiam em torno da questão fundiária em todo o Brasil, a fim de compreender de que maneira foi constituída a organicidade da luta pela terra na região. Em outras palavras, nosso objetivo é analisar como trabalhadores rurais e Igreja Católica desenvolveram mecanismos que viabilizassem a resistência daqueles e aquelas que habitavam o campo, ante à introdução da monocultura do eucalipto na região, situação configurada pela grilagem e violência contra os homens e mulheres que dependiam da terra para a perpetuação de seu modo de vida.

EXPERIÊNCIA: UM PROCESSO QUE VAI DA GERMINAÇÃO À COLHEITA

Para a análise do processo de construção das experiências de lutas dos camponeses e sua articulação com a Igreja Católica no Extremo Sul da Bahia, tomaremos como perspectiva teórica as reflexões do historiador inglês, Edward Palmer Thompson, acerca do conceito de experiência, para quem a experiência é uma categoria dialética, atravessada por determinações de ordem material, mas, também cultural, psíquica, política, dentre outras. Portanto com a análise a partir deste prisma, buscaremos investigar dialeticamente as relações entre

⁸³ MARTINS, op. cit.

⁸⁴ A Diocese de Caravelas foi fundada em 1962, desmembrando-se do bispado de Ilhéus, e compreendia uma área de 26.924 Km², com população de aproximadamente 270.000 habitantes, distribuída entre as cidades de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri, Medeiros Neto e Itanhém, as quais somavam um total de sete paróquias. Cf.: <http://dioceseteixeiradefreitas.com.br/novo/index.php/nossa-diocese/historia>. Acesso em 25 de julho de 2013. Em 1983, a sede da diocese foi transferida para Teixeira de Freitas, de forma que passou a denominar-se Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas. Cf.: HOOIJ, Elias. *Os “desbravadores” do extremo sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – Raízes e frutos*. Belo Horizonte, Província Santa Cruz, 2011.

indivíduos e estruturas, de maneira que seja possível perceber o conjunto de tensões aí elaboradas. Assim, as experiências de lutas de camponeses e Igreja Católica no Extremo Sul da Bahia emergem do antagonismo entre os interesses de classe destes sujeitos e aqueles das classes dominantes, representados na dinâmica capitalista em curso e viabilizada pela política econômica empreendida pelos governos militares e, em especial, pelo governo da Bahia. Trata-se, desta maneira, de um contexto em que a luta de classes está na ordem do dia e, portanto, faz-se necessário uma reflexão sobre os conceitos de classe e luta de classes. Neste sentido, Thompson salienta que a classe é

[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. [...] Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como ocorre efetivamente [...] nas relações humanas.⁸⁵

Dessa forma, a classe social não está dada aprioristicamente, ao contrário, é resultado de sua própria experiência, de um fazer-se. Assim, determinada pelas condições históricas, não pode ser imaginada estaticamente, mas em movimento, marcada pelas relações sociais de produção em que os sujeitos estão envolvidos e das quais emanam tensões diversas, portanto, dialeticamente determinada. Com isso, o processo do qual se origina a classe “se deve tanto a ação humana como aos condicionamentos. A classe operária [trabalhadora, camponesa] não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.⁸⁶ Em se tratando de um contexto em que trabalhadores vivenciam experiências comuns, a nossa reflexão segue na perspectiva thompsoniana de que o fazer-se

[...] classe acontece quando alguns homens [e mulheres], como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus membros entre si, e contra outros homens [e mulheres] cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.⁸⁷

Neste sentido, concordamos com Thompson, quando sublinha

[...] o fato de a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de “luta de classes”. A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouco, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico,

⁸⁵ THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da vida*. Vol 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 9.

⁸⁶ *Ibid*, p. 9.

⁸⁷ *Ibid*, p. 10.

pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes.⁸⁸

Somos, portanto, convidados a olhar o ambiente, historicizado, ou seja, a partir das múltiplas determinações que influem sobre este e o caracterizam, de modo que, como salienta Thompson, ao examinarmos as evidências, não as tomemos isoladamente, mas, em conjunto a acontecimentos inter-relacionados (determinantes e determinados reciprocamente), uma vez que estas não se subordinam ao isolamento, agitando-se bruscamente, em função de sua imersão no conjunto de inter-relações que mantém com outros acontecimentos.⁸⁹

Nesta perspectiva, porém, sem abordar o conceito de experiência, Marx reconhece que os seres humanos são “atividade sensível”, contudo, salienta que não devem ser tomados isoladamente, mas no conjunto de conexões sociais que estabelecem com outros seres humanos, uma vez que, o conhecimento das condições de existência impostas pelo ambiente social, é fundamental para que se possa alcançar os indivíduos em sua concretude,⁹⁰ o que significa que, só é possível compreender a construção das experiências de trabalhadores rurais e Igreja Católica na Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, se levarmos em consideração as circunstâncias em que viviam estes indivíduos, em conexão com as múltiplas inter-relações que estabelecem com outros indivíduos, classes e instituições.

Portanto, é com base na perspectiva dialética do conceito de experiência que pretendemos analisar as lutas pela terra no Extremo Sul da Bahia, de maneira que possamos apreciar, no conjunto das transformações ocorridas no meio rural em diversas regiões do Brasil durante a Ditadura Civil-Militar, o plasmar das experiências dos sujeitos aí localizados.

⁸⁸ THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 274.

⁸⁹ Idem. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

⁹⁰ MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo, Boitempo, 2007.

O EXTREMO SUL E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

As experiências de lutas de trabalhadores rurais e Igreja Católica pela posse da terra no Extremo Sul da Bahia foram tecidas num contexto de profundas transformações socioeconômicas, levadas a cabo pela ditadura que se instituiu com o golpe de 1964. Entretanto, cabe salientar que, no tocante às lutas pela terra, estas são desnudadas e ganham novos contornos ainda com a abolição do sistema escravista, processo que tornou agudas as contradições que envolviam as relações entre latifundiários e trabalhadores do campo, desde então, demarcando um doloroso movimento de expropriação e exploração econômica destes trabalhadores, mas também de intensificação de conflitos e diversidade nas formas das lutas protagonizadas por estes. José de Souza Martins⁹¹ aponta que as lutas pela terra ocupam um lugar dos mais importantes na nossa história do tempo presente, porém, destaca que há um descompasso entre o avanço destas e sua articulação aos partidos políticos. Defende o autor, que uma organização de tipo partidária é imprescindível para a unidade do campesinato enquanto sujeito social e político, haja vista sua ampla diversificação, uma vez que o modelo de estrutura partidária propicia coesão – o que hoje talvez seja identificável na estrutura organizativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, apesar da ausência de unificação de tipo partidária,⁹² as lutas avançam e

Esse fato adquire o seu sentido na história de um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso – primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição. Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos.⁹³

⁹¹ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

⁹² Ressaltamos que nossa análise se restringe a um período que antecede a emergência do MST, enquanto movimento de organização e unificação das lutas camponesas.

⁹³ MARTINS, op.cit., p. 9/10.

Diante dos desafios apresentados pelas lutas empreendidas por trabalhadores rurais de todo o Brasil, são indicadas já em 1946 várias propostas de reforma agrária.⁹⁴ Em diferentes regiões do país – como apontam Paulo Ribeiro da Cunha,⁹⁵ em seu texto sobre as ocupações de terras em Trombas, Goiás e Antonio Torres Montenegro,⁹⁶ em seu estudo sobre as Ligas Camponesas em Pernambuco –, a força dos trabalhadores rurais reverberou, indo de encontro aos interesses da fração agrária da classe dominante, assombrada pelo fantasma da reforma agrária.

Contudo os temores dessa fração da classe dominante brasileira foram acalentados com a emergência do golpe militar de 1964, que

[...] significou a destruição das mais expressivas conquistas dos trabalhadores brasileiros em suas lutas precedentes. Representou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade do emprego, mediante a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Significou a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização do petróleo, além da inviabilização da reforma agrária, arduamente reivindicada por trabalhadores rurais de todos os cantos. Representou, em suma, o desmantelamento, pela violência explícita, de todas as organizações populares [...] Dentre as frações da classe dominante mais envolvidas com a urdidura do golpe, destacou-se a burguesia agrária, premeada entre duas frentes de pressão: o recrudescimento do movimento social rural organizado e o projeto de reforma agrária do presidente Goulart. A desigual estrutura fundiária brasileira fora desnudada, e os grandes proprietários a isso reagiram duramente, por meio de suas entidades de classe, sobretudo a SNA e a SRB [...]⁹⁷

Entretanto, é importante salientar que “o golpe não se deu como reação exclusiva aos projetos de reforma agrária do presidente deposto, sob cujo radicalismo aparente se encontravam medidas tímidas e moderadas”,⁹⁸ distantes de representar a desestruturação do latifúndio. Por outro lado,

O vulto da reação deve ser entendido, sobretudo, como resultado da mobilização dos trabalhadores rurais, que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária na marra, indicativa de potencial ruptura das alianças tradicionais que sustentavam as formas de dominação no campo.⁹⁹

⁹⁴ CUNHA, Paulo Ribeiro da. Trombas: um ensaio revolucionário. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. v1. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo. Editora UNESP, 2009, pp. 57-70.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo. Contexto, 2010.

⁹⁷ MENDONÇA, Sonia Regina. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010, p. 37-38.

⁹⁸ Ibid, p. 40.

⁹⁹ Ibid.

Com isso, os movimentos de luta pela terra, assim como movimentos sociais urbanos, sindicatos e partidos políticos de esquerda foram alvo de forte repressão. Sua defesa era por maior autonomia para a classe trabalhadora, penalizada com a inflação e o arrocho salarial e conjugava-se às demandas por saúde e educação.¹⁰⁰ O cenário político e social delineado pela projeção de conflitos classistas, sofreu uma brusca intervenção, caracterizada pela força das armas. No Extremo Sul da Bahia, em meados da década de 1970, como indicativo dessa intervenção autoritária, estava em curso uma dinâmica de expropriação da terra em que habitavam trabalhadores rurais, que se dava, especialmente, em virtude da implantação da indústria do eucalipto que viria a se efetivar nos anos 1980, assim como das usinas destinadas à produção do álcool, cuja finalidade era atender à demanda da indústria automotiva, incentivada pelo Pro-Álcool. No entanto, a violência – física e simbólica – que se abatia sobre as populações rurais nesta parte da Bahia, era acompanhada de ações de resistência protagonizadas pelos trabalhadores rurais e pela Igreja Católica na Diocese de Caravelas, que iam da luta armada às articulações no interior de instituições que representavam os interesses do Estado.

Na base desse conjunto de ações e reações – que alcançavam também o Extremo Sul baiano em meados dos anos 1970 –, verifica-se, conforme Luna e Klein,¹⁰¹ o empenho dos governos militares em realizar modificações na política econômica, cujos objetivos eram: a) viabilizar a concentração fundiária, b) aumentar as exportações e garantir maior rentabilidade aos exportadores – com desvalorizações periódicas do câmbio –, e c) incentivar a produção facilitando o acesso ao crédito (para o setor privado), bem como a subsídios e benefícios fiscais. Todos esses incentivos foram direcionados também ao setor rural, no intuito de aumentar a produção de alimentos, haja vista seu alto custo à classe trabalhadora urbana que sofria com os efeitos da inflação e do arrocho salarial e, de forma mais significativa, promover o crescimento da agroindústria, cujo produto era voltado à exportação.¹⁰²

Todavia, esta política econômica, ao contrário de promover o bem-estar de todas as classes sociais, empenhava-se em garantir um ambiente social estável e que fosse viável à expansão do capitalismo, de modo a atender ao necessário apaziguamento da classe trabalhadora, cuja ação era resultado de uma receita que combinava repressão e oferta de

¹⁰⁰ MENCONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 5 ed. São Paulo, Ática, 2006.

¹⁰¹ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, pp. 92/111.

¹⁰² Ibid.

alimentos a melhores preços. Por outro lado, cabe questionar até que ponto havia de fato uma promoção do setor responsável pela produção de alimentos com vistas a aumentar a sua oferta no mercado, pois, como indicam alguns documentos do arquivo da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, durante o processo de introdução da eucaliptocultura nesta região, muitas terras dedicadas à agricultura foram avassaladas por empresas reflorestadoras para a plantação de eucalipto, o que coloca em dúvida aquilo que é apresentado como uma tentativa dos militares de conter a inflação dos alimentos. Segundo uma edição extra do Boletim Diocesano Caravelas, publicada possivelmente em finais da década de 1970¹⁰³,

Várias são as companhias que nos últimos anos estão atuando na região. [...] Entre elas a mais conhecida: Flonibra (Florestamento Nipo-Brasileiro), que tem seu segundo e terceiro distrito dentro de nossa diocese. [...] O projeto (se não mudou ainda) prevê a implantação de eucaliptos em cerca de 400.000 hectares. As terras foram compradas, na maioria das vezes por intermediários. [...] Muitas vezes os posseiros se deixaram convencer que a terra valia pouco, que no Norte havia melhores condições, que não adiantava ficar no lugar pois logo tudo seria tomado pelo eucalipto, como de fato muitos se acharam cercados, e aos poucos, cada vez mais isolados. [...] Basta visitar os municípios de Mucuri, Nova Viçosa e outros no litoral. [...] Assim as reflorestadoras estão ocupando certas áreas quase por completo, mesmo as terras agricultáveis, impossibilitando outras culturas. [...] Diz o documento de um órgão oficial: “onde pequenos e médios proprietários demoram 10 a 15 anos para legalizar suas terras, as estruturas poderosas das firmas, permitem grande aceleração e pressões para conseguir as terras, mesmo quando estão sendo cultivadas.”¹⁰⁴

Se olharmos de forma pormenorizada, é possível perceber que a região se tornou alvo de grandes empreendimentos, ensejando a chegada de várias companhias cujo objetivo era explorar os recursos que a terra tinha a oferecer, como a demanda era pela produção de itens agrícolas em larga escala, houve uma priorização de atividades monocultoras, como o eucalipto que tratou de conquistar territórios cada vez maiores. Sua expansão, por seu turno, ocorria com a anuência das instituições responsáveis pelo controle e legalização fundiária, situação, em contrapartida, dificultada aos pequenos e médios proprietários que tentavam legalizar suas terras.

Verifica-se, com isso, que a produção de alimentos nesta região perde espaço, pois tal postura implicava em substituição da produção alimentos – atividade realizada pelos

¹⁰³ Como base para nossa justificativa, levamos em consideração informações como a da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Medeiros Neto (Bahia), que ocorre em 1978, juntamente com alguns outros que foram fundados no território da Diocese de Caravelas. A forma como o texto é escrito, dá a entender que este evento não se distancia do período em que o texto é publicado.

¹⁰⁴ Boletim Diocesano Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras. [s/d]*, pag. 8. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

trabalhadores rurais e pequenos proprietários que habitavam a região –, pela monocultura do eucalipto, matéria-prima para a fabricação de papel e celulose. Além disso, ao informar que as terras eram adquiridas por meio da interferência de terceiros, o documento deixa uma lacuna acerca de como estas eram de fato negociadas. Porém, é possível notar em outra matéria do mesmo boletim, que a aquisição de terras para o plantio do eucalipto se dava em boa medida através da grilagem, uma prática que mantinha correlação com os projetos de exploração econômica voltados para a região. Em outras palavras, o informativo da Diocese de Caravelas nos informa que

A abertura da BR 101 atraiu a concentração de muito dinheiro, promovida por empresas (em geral do Sul) que através de estudos, descobriram grandes possibilidades para explorar a região. **Isso trouxe como consequência uma verdadeira corrida para adquirir terras. Inúmeros foram (e ainda são) os casos de grilagem, expulsão.**¹⁰⁵ [...] Ao longo do asfalto surgiram rapidamente serrarias e indústrias madeireiras, vindo[as] do Espírito Santo. Mais tarde surgiram os projetos agro-industriais, como reflorestamento. No litoral se implantaram os frigoríficos em busca das riquezas do mar.¹⁰⁶

Portanto, a aquisição de terras para a monocultura do eucalipto envolvia diferentes ações, que iam da estratégia de inviabilizar a pequena propriedade, cercando-a por todos os lados – o que pressionava o pequeno proprietário, posseiro e agricultor a negociarem suas terras –, à grilagem, práticas estas que constituem ações violentas e que se interligam a uma rede que envolve grileiros, grandes empresários da agroindústria e até mesmo o governo federal, enquanto financiador e fomentador de projetos que almejavam alavancar a agroindústria no Brasil e na Bahia. Além disso, pode-se perceber que tal projeto não nasce pronto e acabado: a derrubada de florestas e a instalação de madeireiras indicam para diferentes momentos e tipos de atividade produtiva. Neste sentido, é possível considerar que o desenvolvimento da região era planejado conforme os desdobramentos da dinâmica econômica local, em interação com os planos da economia e política a nível estadual e nacional. No próximo capítulo analisaremos como o desmatamento tornou-se um problema, ou mais provavelmente, um pretexto para a aprovação do governo baiano à instalação da indústria de eucalipto e celulose no Extremo Sul do Estado.

A chegada de capitais de outras regiões do Brasil no intuito de explorar as terras baianas do Extremo Sul segue em conformidade com a política de desenvolvimento industrial

¹⁰⁵ Grifo nosso.

¹⁰⁶ Boletim Diocesano de Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras. [s/d]*, pag. 2. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

da Bahia. Ao tratar do projeto de criação do polo industrial de Aratu durante a década de 1960, Pessoti¹⁰⁷ salienta que o governo baiano lançou mão de uma série de incentivos.

A sistemática de atração empresarial inaugurada em 1967 baseou-se na concessão de terrenos infraestruturados e benefícios fiscais generosos. Como inexistia vocação empresarial-industrial na Bahia, a solução encontrada foi a de “atração de empresários” do sul e do sudeste do país.¹⁰⁸

Isto nos permite considerar a possibilidade de que as empresas do sul e sudeste que se dirigiram ao Extremo Sul da Bahia, não tenham chegado à região por acaso, mas que a instalação destas – que teve por base estudos acerca das possibilidades de exploração da região –, tenha ocorrido a partir de iniciativas do próprio Governo da Bahia, uma vez que importava viabilizar a industrialização não somente das regiões próximas à capital, mas do estado como um todo. Em corroboração a esta perspectiva, Pessoti afirma que

[...] qualquer indústria que estivesse disposta a ali [Aratu] se localizar era recebida entusiasmamente pelas autoridades baianas que, nessa época, realizavam frequentes viagens de divulgação e promoção do Centro, além de promoverem generosas recepções aos empresários convidados a conhecer a região. [...] O resultado desse processo foi a implantação de um número expressivo de empresas, filiais de fábricas do eixo Sul-Sudeste, com o objetivo de explorarem todas as vantagens oferecidas. Incentivos fiscais oriundos do governo federal e investimentos em infraestrutura para as instalações industriais por parte do governo estadual, concentrada em uma área próxima à capital, que também passou a oferecer facilidades portuárias, rodovias, ferrovias, além de energia e água, são exemplos dessas vantagens.¹⁰⁹

Certamente não se trata de transpor o modelo de atração de investimentos industriais originalmente pensado para a região de influência da capital. Todavia ao considerarmos a forma como foi projetado o desenvolvimento econômico da região da Diocese de Caravelas, a análise de Pessoti lança luz acerca dos incentivos à instalação das indústrias de reflorestamento, papel e celulose no Extremo Sul do estado, uma vez que

[...] a espacialização da estrutura produtiva industrial se diversificou adentrando pelo interior do estado [...] A ideia era promover a instalação de polos industriais que induzissem o crescimento econômico nos mais diversos territórios do estado,

¹⁰⁷ PESSOTI, Gustavo Casseb. As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro. In: ZACHARIACHES, Grimaldo Carneiro (organizador). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador, EDUFBA, 2014. pp. 151-181.

¹⁰⁸ Ibid, p. 166.

¹⁰⁹ Ibid.

gerando, com isso, uma dinâmica que contribuísse com o desenvolvimento econômico da região beneficiada.¹¹⁰

Logo, era necessário lançar mão de incentivos e benefícios que tornassem a região atrativa ao investimento de capitais, de forma a promover a industrialização do Extremo Sul. Todavia, cabe considerar que era uma iniciativa que vinha de cima e não tinha por pressuposto as expectativas da população local, de maneira que não havia a participação dos habitantes locais nas decisões governamentais para a industrialização regional. Podemos verificar a ausência e o silenciamento das vozes locais em tal projeto, quando o informativo diocesano denuncia que houve “inúmeros casos de grilagem e expulsão” das populações rurais das suas terras. Pode-se considerar, desta forma, que o projeto em curso tinha como prerrogativa, a concentração de riqueza e não trazia em seu bojo qualquer perspectiva de diversificação econômica e de distribuição de renda. Dentre outras coisas, para garantir a viabilidade dos projetos industriais para a região, investiu-se em uma infraestrutura que possibilitasse não somente o plantio, como também o escoamento do eucalipto. Para isto, realizou-se: a) a liberação das terras por meio da expulsão das pessoas que as habitavam – fosse pela compra ou violência –; b) a devastação das florestas pelas madeiras e c) a abertura da rodovia BR 101, via essencial para o escoamento da produção.¹¹¹

Todavia, tal o projeto não ocorria sem que houvesse uma postura crítica por parte daqueles que não gozavam dos benefícios concedidos pelo governo baiano. Neste sentido, observa-se, na mesma edição do boletim diocesano, o empenho dos desassistidos pela política econômica do Estado em denunciar o jogo de poder que os impediam de acessar os incentivos e benefícios oferecidos aos grandes investidores. Em outras palavras, significa que aos pequenos proprietários e agricultores há

- Grande dificuldade para conseguir empréstimos¹¹² pois as terras não são legalizadas (e é difícil o pequeno conseguir legalização). Outros mais fortes aproveitam desta situação.
- O que deixou os agricultores revoltados foi quando os próprios órgãos técnicos de início mostraram pouco interesse e não davam assistência às experiências dos pequenos que estavam dando certo, só porque não correspondiam aos planos oficiais. Parece que mais tarde se interessaram.
- Quanto a grilagem: aconteceram barbaridades e ainda acontecem. Muitos e muitos foram expulsos de suas posses; outros que trabalhavam em terra alheia ficaram na rua; outros continuaram trabalhando mas sem nenhuma garantia.

¹¹⁰ Ibid, p. 167.

¹¹¹ Retomaremos este ponto no capítulo seguinte.

¹¹² O texto original sofreu algumas alterações gramaticais com a finalidade de facilitar a compreensão do leitor.

- E QUANDO O PEQUENO QUER PROCURAR OS SEUS DIREITOS NÃO SABE A QUEM SE DIRIGIR;¹¹³

Impedir que estes sujeitos usufríssem dos mesmos benefícios destinados aos investimentos do grande capital, impossibilitava a emergência de qualquer iniciativa econômica que representasse óbices ao projeto capitalista em curso no país e que se projetava, assim como em outras regiões do Brasil, também no Extremo Sul da Bahia. Um modelo de economia alternativa, com incentivos financeiros e estruturais possibilitaria a emergência de forças que fizessem frente à política econômica do governo baiano e, por extensão, dos governos militares.

Desta forma, a análise técnica que endossaria os financiamentos às atividades econômicas que se apresentavam, tinham, possivelmente, parâmetros previamente definidos, cuja elaboração visava a garantia de vitória por parte das iniciativas do grande capital. Enquanto ao trabalhador rural e pequeno proprietário são negadas a legalização de suas terras e subsídios para a lavoura, aos negócios da classe dominante os benefícios chegavam de forma satisfatória, haja vista o crescimento e expansão da indústria do eucalipto, de maneira que é possível perceber no bojo desta política, a configuração de um jogo de cartas marcadas. A legitimidade da posse da terra é, pois, relativizada conforme o lugar ocupado pelos sujeitos na estrutura social e econômica. Esta situação não é somente crítica, mas agudiza-se com a crescente violência que se aplaca sobre o campo, com, a cada vez mais frequente, expulsão das populações rurais de suas terras.

Além da violência empregada nas atividades de grilagem, o informativo da Diocese de Caravelas denuncia a negação a direitos básicos como a cidadania, uma vez que os pequenos proprietários e trabalhadores rurais não possuem acesso a informações que os possibilitassem denunciar as injustiças que sofriam diante das repartições públicas responsáveis por litígios de terras e outros. Como a denúncia parte de um instrumento para a publicação de notícias e informações de interesse religioso, verifica-se que aqueles sujeitos recorrem a uma instituição que tentava se aproximar da população local, como vimos no capítulo anterior. Neste caso, é a Igreja Católica, através de seus agentes locais que atua em auxílio aos trabalhadores rurais vítimas da violência no campo, apresentando-se, do ponto de vista institucional como aliada de significativo poder nas lutas em curso, mas também como expressão de religiosidade, quando consideramos o aspecto espiritual que compõe as religiões, questão que abordaremos

¹¹³ Boletim Diocesano Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras. [s/d], pag. 9.* Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03. Grifo do autor.

no próximo capítulo. Os pequenos proprietários encontram, portanto, na Igreja Católica na Diocese de Caravelas, por meio de seus agentes e instrumentos, a maneira de tornarem públicos os dissabores vivenciados em seu cotidiano, como resultado de uma política econômica empreendida às custas das populações locais.

FOGO E CONTRAFOGO NA ESTEIRA DAS LUTAS PELA TERRA

A indústria do eucalipto não era o único projeto em curso na região; havia, no litoral, a implantação de frigoríficos que tinham o objetivo de explorar não apenas as riquezas do mar, mas, também a mão de obra dos pescadores, o que ocorria, estrategicamente, através da desvalorização do pescado. Funcionando como um *modus operandi* que buscava garantir o sucesso do empreendimento, aos pescadores eram negados os atendimentos mais básicos, como é possível perceber neste fragmento do boletim, intitulado “Nosso pão é o peixe, nossa roça é o mar”:

Há mais ou menos um ano, um grupo de pescadores [de Alcobaça] se reuniu para refletir sobre sua vida. Como atividade resolveram fazer uma consulta informal aos companheiros sobre as dificuldades do “pescador” [...] Perceberam que o sofrimento era comum: - vida perigosa; - condição fraca, doenças, filhos sem escola; - exploração na venda do peixe, etc... [...] O problema mais sentido por todos foi o precário atendimento “médico-hospitalar”, por isso o grupo fez uma coleção de fatos, organizou um abaixo-assinado e enviaram ao FUNRURAL e a outros órgãos ligados à Pesca.¹¹⁴

O conhecimento a que aqueles pescadores chegaram acerca de suas condições de vida é resultante do compartilhamento de suas experiências individuais, de forma que é possível verificar a carência de acesso às condições básicas de vida como saúde, educação, salário e vida digna. Entretanto, um elemento se destaca ante aos demais, que é a deficiência em assistência médica e hospitalar. A saúde para aqueles sujeitos, apesar de a reconhecerem como um direito básico, na prática era um serviço inacessível, de maneira que possivelmente os membros da comunidade definhavam ante à proliferação de doenças e epidemias. Ao reconhecerem a precariedade de suas condições de vida, aqueles trabalhadores decidiram coletar dados que corroborassem com a denúncia que enviariam ao FUNRURAL na forma de abaixo-assinado, na expectativa de que tais carências fossem sanadas.

¹¹⁴ Boletim Diocesano Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras. [s/d], pag. 12.* Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

É importante notar que a ação ganhou sentido, a partir do momento em que os pescadores de Alcobaça decidiram realizar algumas entrevistas, ainda que informalmente, com seus pares, a fim de conhecer as condições de vida da comunidade. Possivelmente tal decisão partia da hipótese de que a situação era precária e sua constatação demandava o levantamento de dados acerca da situação daquela comunidade de pescadores e que se materializou na emissão do abaixo-assinado. Além do mais, podemos observar também que a iniciativa de construir um determinado conhecimento sobre as condições sociais da comunidade, pressupõe, de antemão, certo nível de organização do grupo, postura política que se plasmava diante das circunstâncias com as quais se deparavam e que percebiam a necessidade de transformação. Desta forma, tal situação provocava naqueles sujeitos o desejo de mudança das condições sociais e econômicas daquela comunidade, levando-os a construir uma experiência organizativa, cujo objetivo naquele momento, era comunicar ao FUNRURAL, instituição que concebem como responsável por promover a melhoria de suas condições de vida, a insatisfação da comunidade diante quadro em que se encontravam.

Além do mais, a situação a que aquelas pessoas estavam sujeitas nos permitem questionar se esta resultava da ineficiência dos serviços públicos, ou se era corolário de um modo de operação cuja finalidade fosse tornar os pescadores vulneráveis à exploração capitalista. Por outro lado, também contribuem com a hipótese de que os incentivos e subsídios dos governos militares eram destinados à classe dominante, sempre assistida pelos recursos governamentais. Por sua vez, as experiências em comum compartilhadas por aqueles sujeitos corrobora com a percepção de que, a reprodução das condições socioeconômicas em que se encontravam, viabilizava sua exploração pelas grandes empresas, como no caso dos frigoríficos com a desvalorização do pescado. O sentido organizativo que emerge no intuito de reclamar por melhorias na qualidade dos serviços públicos ofertados à comunidade, não se desenvolve sem o reconhecimento da existência de laços identitários entre aqueles sujeitos.

Desta forma, como característica de identidade pode-se conceber desde a exploração do trabalho e a defasagem dos salários, às condições de moradia, segurança, saúde, educação, entre outros. Além disso, elementos culturais como a religião também atuam como elos de identidade. Neste caso, a denúncia da situação específica dos pescadores de Alcobaça em um veículo de comunicação da Diocese de Caravelas, pode indicar para as práticas religiosas daqueles sujeitos, bem como para um tipo de cultura organizativa que perpassa pelos elos institucionais com a Igreja Católica.

Por seu turno, o reconhecimento do antagonismo de interesses entre os pescadores e donos de frigoríficos – o que provavelmente refletia na política da Colônia de Pescadores de Caravelas – contribuiu com a decisão por parte dos pescadores de Alcobaça em concorrer à direção da Colônia de Pescadores de Caravelas e Alcobaça, cuja sede funcionava em Ponta de Areia, no município caravelense. Diante, pois, das condições de vulnerabilidade social e exploração econômica, os pescadores continuaram

[...] a caminhada [e] concluíram que esta situação dependia, em grande parte, da não atuação da Diretoria da Colônia e que era necessário muda-la aproveitando o tempo das eleições da mesma associação. [...]

- Nesta altura o grupo sentiu a necessidade de se unir aos demais companheiros, para assumirem juntos a caminhada e garantir a candidatura dos “colegas candidatos” dispostos a lutar em favor da classe. [...]

- A chapa foi aceita pela Colônia e marcada a data das eleições da nova Diretoria. Porém, dias antes, o Presidente recebeu um telegrama da Federação cancelando as eleições [...]

- O grupo não desanimou. Ao contrário cresceu na consciência de sua situação. Querem entender o “porque” destes fatos!

Se questionam: “Se na Colônia existe quem manda e desmanda, porque há eleições? De quem é essa Colônia?....

Estão fazendo de nós pescadores “otário” (=bobos)? [...]

“Nós não podemos parar, porque se estão nos dominando, vão nos dominar ainda mais”.

- Uns 10 pescadores se comprometeram de semanalmente se encontrar para conhecer melhor os objetivos e finalidade da Colônia e posteriormente fundar uma própria, independente de Ponta de Areia [...]

Está havendo ameaças de pessoas contrárias a este caminhar, amedrontando os pescadores dizendo:

- que estas reuniões são “clandestinas” e “subversivas”.

- que levariam a nada porque foram realizadas sem o conhecimento das autoridades competentes e fora da sede da Colônia.

- que o grupo tinha segundas intenções, etc....

“Mexeram os pauzinhos impedindo as eleições....” [...] ¹¹⁵

É possível notar que o ambiente é marcado por contradições e em meio a estas encontra-se a colônia de pescadores. A inoperância de que é acusada a entidade, mais especificamente sua direção, permite que se questione a possibilidade de alianças entre a direção da colônia com os frigoríficos, uma vez que, segundo denunciam, a instituição se fazia indiferente ante às condições de vida dos pescadores. Todavia, a solução encontrada perpassava pela via da organização política e do reconhecimento daqueles sujeitos enquanto classe social, cuja ação se reflete no ato de concorrer à liderança da colônia, ou seja, concebiam que a transformação de sua situação social só ocorreria com a mudança de postura

¹¹⁵ Boletim Diocesano Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras*. [s/d], p. 12-13. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

política da colônia, que para aqueles sujeitos deveria atuar na defesa dos interesses dos pescadores junto a seus empregadores.

Revela-se, todavia, no interior daquela colônia de pescadores o delinear de um conflito de interesses, haja vista as estratégias de inviabilização do processo eleitoral à direção da colônia ante a concorrência que se apresentava com a inscrição da chapa dos pescadores de Alcobaça. O documento não deixa claro se houve interferência dos frigoríficos na desarticulação das eleições, contudo, permite perceber que a postulação de uma chapa concorrente representava inconveniências a sujeitos ou grupos que se encontravam em outros níveis na hierarquia organizativa das colônias, de forma que a anulação do processo eleitoral ocorreu de maneira impositiva e sem justificativa, um ato tipicamente autoritário, nada estranho à conjuntura política que o país vivenciava. Por sua vez, constatado tal conflito os pescadores se colocaram a questionar o autoritarismo que levou ao cancelamento das eleições, o que fortalecia as convicções do grupo de que a colônia não operava em favor dos interesses dos pescadores.

A quem pertence a colônia? Perguntam os pescadores. O questionamento é incisivo e torna patente o conflito de interesses. Como a demanda por justiça social e melhores condições econômicas se faziam presentes no cotidiano daqueles sujeitos, decidiram por reunirem-se no intuito de aprofundarem a reflexão acerca dos problemas da comunidade e a partir disto conceberem soluções e ações aos problemas locais. Importava naquele momento, construir instrumentos que viabilizassem a emancipação daqueles sujeitos, romper as amarras que perpetuavam a dominação a que estavam submetidos. O caminho a percorrer seria a fundação de uma colônia própria, independente dos conchavos políticos e econômicos que garantiam a concentração de riqueza aos donos de frigoríficos, relegando ao pescador a sobrevivência em meio à calamidade. A audácia dos pescadores de Alcobaça foi, contudo, concebida como ameaça à ordem pública, sob a acusação de que as reuniões daqueles sujeitos eram de cunho subversivo, conotação que durante a Ditadura Civil-Militar significava que a segurança nacional estava em perigo e o seu remédio era a repressão, ação que se fazia perceber nas diversas ameaças recebidas pelo grupo, como denuncia o documento. Toda esta movimentação demarcada por contradições nos permite perceber que em Alcobaça e Caravelas, os mecanismos de controle da ordem social operavam conforme os interesses das classes dominantes e dos governos militares, de modo que à menor possibilidade de organização autônoma dos trabalhadores, um sinal de alerta era enviado, cuja resposta era

percebida nas ameaças e intervenções nos processos eleitorais da Colônia de Pescadores de Caravelas.

Por sua vez, ao considerar as deficiências nas condições de vida dos pescadores de Alcobaça e Caravelas, bem como dos trabalhadores rurais no Extremo Sul baiano, como já apontado em momento anterior, verifica-se que estas não se diferenciavam das condições sociais e econômicas a que estavam sujeitas a população brasileira de forma mais ampla. A escassez caracterizava o cenário social e econômico do país, de forma que se fazia notar em diferentes seguimentos econômicos. A este respeito, Paul Singer,¹¹⁶ em *As Contradições do Milagre*, aponta que no início da década de 1970, o Brasil enfrentava um cenário de insuficiência que abarcava não somente o mercado de bens industrializados, a exemplo do de automóveis, mas, também o de alimentos como: leite, carne e feijão. À perspectiva de que no Brasil desenvolveu-se um forte mercado de produção e consumo, Singer enfatiza que

Há, no entanto, já vários sinais de que o Milagre se aproxima do seu fim. São sintomas de inflação reprimida, que começaram a aparecer no ano passado, quando pecuaristas, frigoríficos e açougueiros reduziram a oferta de carne, em protesto contra os preços oficiais, julgados insuficientes. Este ano [1973] os mesmos sintomas voltam a aparecer, de forma mais aguda e, sobretudo, generalizada. Faltam à mesa do consumidor, ao lado da carne, o leite e (durante um período) o feijão, produtos considerados essenciais à dieta popular [...]¹¹⁷

Além disso, este quadro alcança outros setores. Conforme salienta o autor,

[...] há escassez de matérias-primas: os fabricantes de refrigeradores estão produzindo 15% abaixo de sua capacidade devido à dificuldade de obter matérias-primas; também para a fabricação de motoniveladoras faltam componentes (transmissões) e matérias-primas (aços fundidos e forjados, metais não ferrosos e ligas); a produção de papel está contida por falta de celulose, tendo sido suspensa a exportação e liberadas as importações; teme-se a falta de papel para imprensa; a agricultura, estimulada por generosos aumentos de preços mínimos e injeções de crédito não consegue aumentar sua capacidade de produção pois faltam insumos essenciais: a produção de tratores caiu 7% entre junho e julho e de outros 3,1% entre julho e agosto, devido à falta de matérias-primas e componentes; também há falta de fertilizantes e até de defensivos agrícolas, sendo a produção destes contida pela falta de embalagens [...]¹¹⁸

Observa-se, desta forma, que as contradições que envolviam a política econômica em curso no país, produziam um desequilíbrio que tentava ser contornado por meio da importação de matéria-prima, numa tentativa de conter os impactos do processo inflacionário

¹¹⁶ SINGER, Paul. *As contradições do milagre*. [s/d]. cf.: <https://www.passeidireto.com/arquivo/6167922/as-contradicoes-do-milagre---paul-singer>. Acesso em 30/06/2016.

¹¹⁷ Ibid, p. 60.

¹¹⁸ Idem.

que se projetava no cenário nacional. Porém, este jogo tornava a economia do país vulnerável aos humores do mercado internacional, sujeitando-a à inflação internacionalizada, o que conseqüentemente provocaria a elevação dos preços no interior de economias nacionais, como a nossa. Diante desse quadro, não é difícil imaginar as soluções políticas para a economia, que tinham como alvo regiões rurais – com potencial para atender à demanda de produção de matérias-primas –, ainda não inseridas em uma economia de tipo capitalista. Tal solução operava não somente no sentido de garantir a concentração da terra, condição para os projetos da agroindústria e latifúndio pecuarista, como propiciava a liberação de mão-de-obra para a indústria, o que resultava em barateamento dos custos salariais e ampliação do contingente de reserva de mão de obra.

É possível notar que esta dinâmica econômica não se desenvolvia sem a contrapartida de trabalhadores rurais e da Igreja Católica que, em articulação, operavam no intuito de esclarecer e instrumentalizar os sujeitos para a luta nas diversas frentes que empreendiam. Neste sentido, como veremos a seguir, os instrumentos de que dispunham, serviam não apenas como meios para a denúncia, como também para a formação política dos trabalhadores rurais no Extremo Sul da Bahia. Isto fica patente no fragmento do Caderno do Trabalhador de 1984 elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, cujo título, “A luta pela reforma agrária” contribui para descortinar as ações da fração agrária da classe dominante, beneficiária dos incentivos governamentais. Assim, o texto alerta que

Para o governo, o importante não é a distribuição de terras mas a “modernização da agricultura”.

Essa modernização deve ser feita por grandes empresas.

Por que pelas grandes empresas?

– ela tem dinheiro e aí pode comprar máquinas, adubos, inseticidas, etc., ajudando assim a indústria;

– a empresa produz coisas para exportar, ajudando assim a pagar a dívida externa.

O pequeno só produz alimentos para o consumo nacional.

O governo é grileiro também de outros jeitos.

Por exemplo nos projetos de barragens.

Hoje, só na Bahia, tem 12 mil famílias ameaçadas de expulsão por projetos de barragem.

O governo ainda é grileiro quando financia projetos agropecuários.

Grande parte das terras adquiridas para estes projetos é conseguida por grilagem.

Então o financiamento ajuda a grilagem.

Em 1979 o ministro Delfim Neto escreveu o seguinte em um jornal:

“Se a agricultura não liberar rapidamente mão-de-obra para a indústria, o processo de desenvolvimento também vai entrar em colapso, porque vai ter aumento rápido de salários no setor industrial.”

Neste artigo do jornal ele queria dizer o seguinte

- que devia encontrar jeitos de expulsar [o] povo do campo para a cidade
 - que assim ia sobrar mão-de-obra na cidade (desemprego)
 - e assim os salários na indústria iam baixar
 - e com isso as indústrias iam ter mais lucro.
- Vocês não acham diabólico esse raciocínio?¹¹⁹

Ao analisarmos o documento, percebemos que seu objetivo é denunciar o modelo perverso de desenvolvimento econômico que estava em curso no país, uma vez que sua finalidade era possibilitar não apenas o crescimento da economia em moldes capitalistas, mas de garantir, sobretudo, a concentração da riqueza. Deixava-se de considerar, portanto, qualquer possibilidade de que fosse empreendido um planejamento que levasse em conta a inclusão de sujeitos de diferentes níveis sociais e econômicos, de forma que fosse possível promover a diversificação econômica concomitante ao desenvolvimento social. Como vimos, o governo federal e governo da Bahia se empenharam em garantir as condições para que os negócios dos setores burgueses fossem levados a cabo. Desta forma, dispor de bens e capitais era uma prerrogativa apenas no sentido de que havia um perfil predeterminado do tipo de investidor/beneficiário a quem as benesses governamentais deveriam alcançar, ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico foi concebido no intuito de privilegiar uma classe social específica: a dos grandes industriais e latifundiários.

Ao considerarmos essas prerrogativas, percebe-se que as possibilidades de ascensão social e econômica de pequenos produtores e trabalhadores rurais – pessoas cuja vocação é o trabalho com a terra – eram bastante limitadas, quando não, inexistentes, assim como o incentivo aos seguimentos produtivos que atuavam no sentido de suprir as demandas do mercado interno, como da produção de alimentos. Neste sentido, a crítica da CPT da Diocese de Caravelas/Teixeira de Freitas através do Caderno do Trabalhador nos ajuda a compreender como foi forjado o cenário de escassez que denuncia Paul Singer, quando analisa as contradições do milagre econômico brasileiro.¹²⁰ A emergência de um ambiente caracterizado pela insuficiência de itens básicos, seja ao abastecimento interno ou aos insumos industriais, é resultante de um programa político para a economia que era pautado em atender a necessidades específicas do mercado internacional, como o de papel e celulose. Subsidiar condições socioeconômicas favoráveis à melhoria da qualidade de vida da população, no entanto, não estava entre as prioridades para o desenvolvimento nacional.

¹¹⁹ Caderno do Trabalhador. *A luta pela reforma agrária. CPT Teixeira de Freitas/Caravelas (Bahia)*, 1984, p. 9. (grifo nosso). Arquivo da Fundação Padre José Koopmans (FUNPAJ).

¹²⁰ SINGER, Paul. As contradições do milagre. [s/d]. cf.: <https://www.passeidireto.com/arquivo/6167922/as-contradicoes-do-milagre---paul-singer>. Acesso em 30/06/2016.

Por seu turno, o governo baiano, contrariamente às demandas por política social, tratou de investir capitais num programa que intencionava promover a industrialização do estado e para isto, tornava-se imperativa a produção de uma matriz energética que garantisse o sucesso e consolidação da industrialização da Bahia. Em nome de um modelo de crescimento econômico que, como vimos, beneficiava a uma classe social específica, sacrifícios não seriam poupados e, neste sentido, a palavra sacrifício não era tomada metaforicamente, mas de forma literal. Na esteira deste projeto de desenvolvimento,

Em julho de 1971, o Ministério das Minas e Energia decidiu sobre a construção da barragem de Sobradinho na divisa dos municípios de Juazeiro e Casa Nova [...] O propósito do empreendimento foi redirecionado quando se acirrou a crise do petróleo, onde a manutenção e a instalação de termelétricas seria mais um ônus para o Governo. Desta forma, a geração de energia, utilizando os recursos hídricos, tornava-se prioridade [...] A construção da barragem e a formação do lago Sobradinho cobrindo uma área de 4.250 Km² e acumulando 34 bilhões de metros cúbicos de água impôs o deslocamento de aproximadamente setenta e duas mil pessoas que habitavam aquela região. Os municípios de Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova seriam inundados em consequência da obra.¹²¹

Como resultado desse investimento que promovia a construção de barragens com o objetivo de ampliar a matriz energética baiana, houve o desalojamento de milhares de famílias de seus locais de origem, o que provocou um saldo social negativo à população baiana. Em outras palavras, significa que “na ordem do dia estavam projetos que visavam o desenvolvimento do capitalismo, sem, no entanto, considerar as necessidades básicas da maioria da população carente, principalmente a do campo e dos atingidos por barragens”.¹²² A este respeito, Charlene Brito afirma que

Enquanto o governo investia grandes somas de dinheiro nas construções de barragens, pouco ou quase nada dessa verba chegava às mãos daqueles que viram suas vidas transformadas, negativamente, após a implantação dos projetos. As consequências foram drásticas tanto para os que viviam à beira do rio e retiravam o sustento dele, seja da pesca ou da agricultura, quanto para o meio ambiente, quando crimes ecológicos foram cometidos com a devastação de áreas.¹²³

¹²¹SILVA, Margarete Pereira da. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Vol. 1. Salvador, EDUFBA, 2009, p. 249-250.

¹²² BRITO, Charlene José de. A luta pela terra na Bahia: a atuação da Cediter e da CPT durante a ditadura militar. In: ZACHARIACHES, Grimaldo Carneiro (organizador). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador, EDUFBA, 2014, p. 222.

¹²³ Ibid, p. 223.

Os projetos para o desenvolvimento industrial da Bahia tinham uma forma de operar determinada, que consistia, essencialmente, na expulsão de populações rurais e ribeirinhas de suas terras, afastando-as do meio ambiente em que haviam forjado seus modos de vida particulares, sua cultura e sua forma de organização social, com base em valores construídos ao longo de gerações.

O cabedal cultural construído durante os anos de convivência e reciprocidade, as relações de trabalho, os laços de parentesco das populações sanfriscanas e dos pequenos proprietários atingidos pela construção da barragem Pedra do Cavalo eram imediatamente relegados ao esquecimento, em outras palavras, não eram considerados durante a retirada da população desalojada, nem mesmo na transição para as agrovilas, como foi o caso dos sanfranciscanos. Eles eram apenas deslocados de suas pequenas propriedades, nas quais viviam organizados a sua maneira, para um modelo de vida padronizado, inventado pelas agências governamentais.¹²⁴

Os custos à incrementação do capitalismo em diferentes regiões do estado da Bahia iam da expropriação dos meios de produção de que dispunham as classes subalternas, à condenação do modo de vida, cultura e religião, uma vez que a expulsão dos seus lugares de origem tinha como efeito colateral a desestruturação do seu *ethos*. No curso deste processo de desorganização das comunidades locais, o Estado aparece como instituição fomentadora da grilagem e de toda a cadeia de violência que acompanha tal prática, uma vez que, a concessão de benefícios aos projetos dos grupos privilegiados desencadeou uma corrida pela posse da terra sem precedentes, como ocorreu no Extremo Sul baiano, cujo corolário, a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras (em muitos casos estabelecidos há gerações), lançou as populações rurais na amarga posição de desempregados e passaram a constituir o exército de reserva de mão-de-obra que favorecia a manutenção dos baixos salários da classe trabalhadora e, por sua vez, garantia a concentração da riqueza nas mãos daqueles que foram escolhidos pelo Estado para levar em frente a industrialização baiana e com ela, os custos sociais: o subdesenvolvimento de grande parcela da população.

Em suma, o governo da Bahia, empenhado em possibilitar o sucesso do modelo de produção de que se tornara partidário, tratou de investir em diversos segmentos econômicos como a indústria, metalurgia, energia e agroindústria.¹²⁵ No Extremo Sul do estado, com o objetivo de fomentar a reprodução de relações capitalistas no campo, a política econômica do

¹²⁴ Ibid, p.224.

¹²⁵ PESSOTI, Gustavo Casseb. As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro. In: ZACHARIACHES, Grimaldo Carneiro (organizador). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador, EDUFBA, 2014. p. 151/181.

governo baiano – combinada à abertura da BR 101 –, provocou a valorização das terras, despertando o interesse de indivíduos e empresas em colher as benesses do Estado ou de simplesmente lucrar com especulação que, por sua vez, fizeram da violência uma linguagem, cujas regras gramaticais destoavam das aspirações de posseiros, meeiros, pequenos proprietários, pescadores e outros, de continuarem a habitar as terras que cultivavam.

Entretanto, o escancaramento de tais contradições desnudava a disparidade de interesses entre grileiros e trabalhadores rurais que, agarrados a suas terras, encontraram no bispo de Caravelas, dom Filipe Tiago Broers, frades, pastorais católicas e sindicatos, aliados nas lutas que se projetavam. Desta forma, cabe chamar atenção para a importância do engajamento dos religiosos nas lutas sociais no campo, uma vez que a atuação destes vai além de atividades intelectuais, envolvendo-se diretamente nos conflitos em favor dos camponeses, em diferentes pontos do Extremo Sul da Bahia, como: a) denunciante da violência que imperava, b) articulador dos interesses dos camponeses junto as instituições públicas, e c) no enfrentamento direto, o que resultou em ameaças de morte, perseguição e vigilância secreta pela ditadura. A este envolvimento de membros da Igreja Católica em lutas sociais no Brasil, durante a década de 1970, Eder Sader acentua que

[...] a crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade. Os grupos cristãos que assim agiram encontraram-se com profundas e difusas aspirações presentes na sociedade, às quais faltavam formas para ganhar corpo.¹²⁶

Na Diocese de Caravelas o compromisso social de religiosos os levaram a situações limites nos embates que travaram em favor das classes subalternas, especialmente no que tange aos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Em Itanhém, na fronteira com Minas Gerais, o padre José Koopmans – holandês, assim como dom Filipe Broers e outros religiosos –, foi alvo direto dos ataques de fazendeiros, como se pode observar na carta aberta que enviou às comunidades católicas de Itanhém e que extrapolou os limites do município. Sobre os eventos que lá se processaram, José Koopmans nos diz o seguinte:

CAROS AMIGOS:
TODOS VOCÊS ESTÃO A PAR DOS ACONTECIMENTOS EM NOSSO
MUNICÍPIO DE ITANHÉM. É CLARO QUE SEMPRE TEM MUITAS

¹²⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 151.

FOFOCAS. É POR ISSO QUE ME SINTO OBRIGADO DE ESCLARECER VOCES SOBRE OS VERDADEIROS ACONTECIMENTOS. O QUE ACONTECEU NA VERDADE?? AQUI VEM A RESPOSTA:

1º BOMBAS E FOGUETES CONTRA A IGREJA MATRIZ DE ITANHÉM

2º AMEAÇAS CONTRA O VIGÁRIO EM ITANHÉM

3º PERSEGUIÇÕES E CALÚNIAS DE BAIXO NÍVEL CONTRA O VIGÁRIO E OUTRAS PESSOAS EM ITANHÉM

4º ESPANCAMENTO DE UM TRABALHADOR RURAL POR FAZENDEIROS EM IBIRAJÁ

5º AMEAÇAS DE MORTE CONTRA O TRABALHADOR, O ADVOGADO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E O VIGÁRIO EM IBIRAJÁ

MAS MEUS AMIGOS, SABEMOS QUE NÃO ESTAMOS SOZINHOS. ALÉM DE TER A CERTEZA QUE DEUS NOSSO PAI ESTÁ AO NOSSO LADO, RECEBEMOS O APOIO DE:

_ DOM FILIPE TIAGO BROERS, BISPO DA DIOCESE DE CARAVELAS

_ DOM ANTONIO ZUQUETO, BISPO AUXILIAR DE TEÓFILO OTONI [Minas Gerais]

_ COMISSÃO¹²⁷ DA JUSTIÇA E PAZ DA DIOCESE DE TEÓFILO OTONI

_ PAROQUIA DE MEDEIROS NETO – IBARAPOÃ – TEIXEIRA DE FREITAS E ITABELA

_ P.M.D.B DO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO

_ PARTIDO DOS TRABALHADORES (P.T) DE ITANHÉM [...]

_ COMISSÃO DA PASTORAL DE TERRA, NORDESTE III – SALVADOR

_ COMISSÃO DA PASTORAL DE TERRA NACIONAL – GOIANIA [...]

_ ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SESSÃO BAHIA, SALVADOR

_ JORNALISTAS DE VÁRIOS JORNAIS ATÉ DE JORNAIS INTERNACIONAIS [...]¹²⁸

Os acontecimentos em Itanhém nos ajudam a perceber o quadro de violência que havia se projetado na região. A emergência de tal situação se deu em virtude de um processo movido pelo trabalhador Sebastião de Assis Barbosa, contra o dono da fazenda Bom Jardim, Sebastião Tatagiba, em 1982. O litígio teve como motivo a recusa de Tatagiba em pagar uma indenização de 500 mil cruzeiros ao trabalhador, por haver vendido a terra em que Sebastião Barbosa trabalhava e na qual possuía uma série de benfeitorias, como: 12 tarefas de café, 200 braças de cerca, roças de banana, hortaliças, mandioca e lavoura branca. A proposta de Tatagiba era que Sebastião Barbosa aceitasse uma pequena parte de uma terra que era de Tatagiba, porém, ao que parece, com problemas de escrituração, uma vez que os documentos apontam que o fazendeiro queria pagar a dívida com uma terra “encrecada”, ao que recebeu uma negativa do trabalhador. Sebastião Barbosa decidiu reclamar a dívida de Tatagiba junto

¹²⁷ Esse texto sofreu pequenas alterações em relação ao documento original com a finalidade de melhorar a compreensão do leitor.

¹²⁸ KOOPMANS, Padre José. *Carta aberta as comunidades de Itanhem*. [s/d]. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 06. / Transcrição em caixa alta conforme documento original.

ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itanhém, desencadeando uma série de ações violentas, como as referidas pelo padre José Koopmans.¹²⁹

Como informou padre José (como era conhecido na região), ele, o advogado e o trabalhador rural conseguiram o apoio de diferentes setores sociais, na Igreja Católica e fora dela, o que levou o caso a repercutir na imprensa baiana. Como estavam impossibilitados de permanecerem em Itanhém, estes três homens se dirigiram à sede da FETAG em Salvador, onde concederam uma entrevista coletiva e que foi noticiada pelo jornal A Tarde em 11 de agosto de 1982. Segundo o A Tarde

O trabalhador rural de Itanhém, Sebastião Assis Barbosa – “Tião” –, o padre José Koopmans, da paróquia local, e o advogado Gil Nunes Maia, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, estão ameaçados de morte, segundo denunciaram ontem, em entrevista coletiva [...] Na entrevista, concedida na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia (Fetag) [...] segundo o advogado Gil Nunes-maia, a violência dos fazendeiros contra os trabalhadores rurais cresceu depois da chegada da juíza e da vitória do lavrador Adrião de Souza Almeida que ganhou uma indenização de Cr\$420 mil numa ação movida na justiça contra Joventino Moreira. Os fazendeiros estão acostumados a despedir os trabalhadores sem dar qualquer tipo de indenização e agora temem que os empregados demitidos reivindiquem seus direitos, através da justiça, esclarece Gil Nunes-maia. [...] Além disso, os proprietários de terra voltam-se, também, contra a Igreja. No momento, Tião não pode comparecer à fazenda “Bom Jardim”, o advogado, do mesmo modo, não aparece à sua [casa] em Itanhém, o padre está ameaçado e o Sindicato de Trabalhadores Rurais não pode fazer reunião. Em Salvador, eles denunciaram as ocorrências através da imprensa e ao Departamento de Polícia do Interior (Depin) vão pedir segurança de vida e nomeação de um delegado especial para instaurar o inquérito e apurar o fato.¹³⁰

Verifica-se que, ao mesmo tempo em que há um direcionamento das políticas de Estado em favor dos setores dominantes da sociedade baiana, ocorre na via contrária uma articulação de grupos sociais ligados às classes subalternas, no sentido de fazer frente à manutenção de formas de poder e de exploração do trabalho que impunham aos trabalhadores rurais, prejuízos que comprometiam sua subsistência. A denúncia aos ataques em Itanhém aponta para o esgotamento deste modelo de relação, uma vez que a articulação dos trabalhadores rurais em torno de um sindicato da categoria, em conjunto com a força institucional da Igreja Católica no sentido de combater o *modus operandi* de exploração e caminhar em direção à justiça social. A capacidade de construir relações com outros setores, que resultaram na ampliação da denúncia revela que na Bahia havia uma rede engajada no

¹²⁹ ACONTECIMENTOS NA PARÓQUIA DE ITANHÉM-BA, [s/d]. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 06.

¹³⁰ A TARDE. Marcados para morrer: Padre, advogado e lavrador. 11 de agosto de 1982. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 06.

combate às injustiças perpetradas pelos governos militares, em combinação com mandes e desmandes dos chefes locais, como no caso de Itanhém.

O comprometimento do pároco de Itanhém com as causas dos trabalhadores rurais anuncia que na Diocese de Caravelas, as forças institucionais da Igreja Católica operavam em favor de seguimentos sociais em situação de vulnerabilidade. Seu posicionamento favorável aos trabalhadores rurais, contudo, compõe um quadro mais amplo de setores da Igreja Católica envolvidos em questões sociais e que se assentavam teologicamente na Teologia da Libertação. Segundo Margarete Pereira da Silva, apesar da Igreja Católica ter apoiado abertamente o golpe militar de 1964, por seu temor ao avanço do comunismo e pela tentativa de combater a influência das Ligas Camponesas no campo, na década seguinte esta postura se inverteu, de modo que tornava necessário o combate ao regime que se instalou após o golpe, visto que membros do corpo eclesiástico da igreja também se tornaram vítimas da repressão. Esta situação propiciou o fortalecimento da ala progressista da Igreja Católica e teve como condicionantes ao seu fortalecimento

[...] a prática política da ditadura que acelerou o processo de exploração das massas trabalhadoras, a violenta repressão, a repressão sobre a própria Igreja, o novo clima eclesiástico internacional que se criou através do Concílio Vaticano II e o fenômeno denominado “terceiromundismo”, que representou um olhar da Igreja européia sobre as contradições da América Latina, em particular o Brasil; a necessidade de defender-se da repressão e a prática pastoral de ligar-se aos problemas do povo e o desenvolvimento da teologia da libertação.¹³¹

Assim, a atuação de padre José Koopmans em Itanhém junto ao sindicato de trabalhadores rurais não se caracteriza como caso isolado, mas em conjunto a atividades de religiosos em diferentes partes do país que optaram por fazer da igreja romana, uma igreja dos pobres e injustiçados. Por seu turno, isto representou o engajamento, organização e fortalecimento das classes subalternas, uma vez que puderam contar com formas e métodos de organização institucional, como os sindicatos. A fundação do sindicato local que passou a dispor de um advogado para a defesa das causas particulares dos trabalhadores rurais de Itanhém, indicava que daquele momento em diante, os grandes proprietários de terras assistiriam ao combate dos modos tradicionais de dominação, que ignoravam as leis e desafiavam autoridades. A reação dos fazendeiros foi clara: ameaça às vidas do trabalhador,

¹³¹ SILVA, Margarete Pereira da. *O bispo de Juazeiro e a ditadura militar*. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Vol. 1. Salvador, EDUFBA, 2009, p. 247.

advogado e padre, estendendo-se ao sindicato de trabalhadores rurais com a proibição de se realizar reuniões. Estes acontecimentos apontam para um quadro de forte repressão no Extremo Sul do estado, que contava com a conivência de delegado e policiais que atuavam em cumplicidade com as atividades paralelas de pistoleiros.

Além disso, demonstra também o engajamento não somente do pároco de Itanhém nas lutas dos trabalhadores, como também de diferentes paróquias, movimentos e pastorais católicas, com posicionamento favorável do bispo de Caravelas. Assim, o teor da carta e da notícia publicada no jornal A Tarde nos possibilita perceber não somente a intensidade dos conflitos que se projetavam em diferentes pontos do Extremo Sul do estado, como também demonstram que estes sujeitos não estavam isolados nos combates que travavam, uma vez que lançavam mão de uma diversificada rede de setores sociais, que operava no sentido de fazer comunicar, em distintos lugares, a violência imperante na Diocese de Caravelas, de forma a transpor fronteiras, o que indica para a capacidade organizativa de religiosos e trabalhadores rurais. Além do mais, a reação dos fazendeiros é sinal de que a organização de trabalhadores rurais e o apoio da Igreja Católica criava obstáculos não somente à exploração do trabalhador rural, como ameaçava a manutenção do latifúndio como parâmetro de propriedade, resultando em represálias, cujo objetivo era frear o processo organizativo dos trabalhadores rurais de Itanhém, que encontravam no sindicato e na Igreja Católica as vias para fazer frente às injustiças sofridas no campo do trabalho.

Esta reação dos fazendeiros, entretanto, constituía um quadro mais amplo que se estendia à política de desenvolvimento econômico e de segurança nacional perpetrada pelos governos militares. Neste sentido, cabe dizer que na Diocese de Caravelas, a repressão não se abateu somente sobre o padre José Koopmans, mas teve também como alvo o próprio bispo diocesano, acusado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) de subversão. Conforme um documento confidencial de 11 de abril de 1979

[...] Residem em CARAVELAS/BA, atualmente, cinco holandeses, pertencentes à Diocese local: Bispo D. FELIPE THIAGO BROERS, Frei OSCAR e três assistentes sociais [...] Cerca de cem indivíduos, dentre holandeses e pertencentes à Ordem Religiosa SÃO JOSÉ, que tem sede no RIO GRANDE DO SUL, estão desempenhando atividades diversas na região do extremo-sul da Bahia [...] A Diocese exerce grande influência na região, através de D. FELIPE e D. VILMA, possuindo inúmeras propriedades. Mantém, em vários municípios, cursos de corte e costura, higienização, cabeleiros, primeiros socorros, etc., sendo que, nas cidades de ILHÉUS e ALCOBAÇA/BA, existem balneários onde são ministrados cursos de liderança para médicos, advogados, professores, juizes e gerentes de bancos. Os participantes são considerados instrutores ou “cursilhistas”, usando como símbolo

um crucifixo com uma pomba [...] D. FELIPE é radicalmente contra o governo brasileiro, aproveitando os sermões para fazer críticas contundentes, inclusive incitando a população a subverter a ordem [...] O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cuja criação será oficializada em 19 Abr 79, praticamente já tem seu primeiro presidente indicado por D. FELIPE. Haverá tão somente uma eleição para homologação do candidato único [...]¹³²

O conteúdo do documento nos possibilita compreender que havia não somente o conhecimento, como o controle minucioso das atividades exercidas pela Igreja Católica no âmbito territorial da Diocese de Caravelas. Indica também a preocupação dos governos militares com o engajamento de sujeitos ligados a diversos setores da sociedade civil como médicos, advogados, juízes, professores e bancários, ou seja, formadores de opinião e capazes de atuar junto ao trabalho social realizado por dom Filipe Broers. Este levantamento do perfil dos participantes nas formações oferecidas pela Igreja Católica em Ilhéus e Alcobaça, nos permite ainda, perceber a ampla rede de setores sociais – funcionários públicos, profissionais liberais, bancos e comércio, imprensa (como no caso do padre José Koopmans) –, a que o bispo de Caravelas e os trabalhadores rurais estavam ligados e que permitiam uma ampla mobilização e publicização das denúncias em torno da violência no campo e das injustiças sociais em todo o Extremo Sul do estado.

Essa rede, sob a orientação de dom Filipe Broers poderia, conforme o discurso do SNI, representar um grande perigo aos projetos econômicos que se instalavam no Extremo Sul da Bahia, já que descreve o bispo de Caravelas como um sujeito de ideias subversivas. Entretanto, o SNI retoricamente tenta deslegitimar o compromisso da Diocese de Caravelas com as lutas empreendidas pela classe trabalhadora, uma vez que aponta para as diversas propriedades que a Igreja Católica possuía em Ilhéus e Alcobaça, de forma a insinuar algum tipo de vida luxuosa dos religiosos, sem, contudo, descrever os aspectos estruturais das mesmas, resignando-se à mera nomenclatura. O silogismo do discurso é desacreditado, todavia, quando aponta para as diversas ações de cunho social realizadas pela igreja no interior de suas propriedades, de maneira que o jogo que tenta fazer, quebra o relativismo com que julga a legitimidade da ação.

O discurso do SNI tenta impor ao bispo de Caravelas, sobretudo, a pecha de baderneiro, provavelmente no intuito de enquadrá-lo na lei de segurança nacional, uma vez que o bispo era um dos apoiadores e articuladores das ações de trabalhadores rurais contra a

¹³² SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação nº 0028/116/ASV/79. 11 de abril de 1979. *Acervo digital sob a guarda do Laboratório de História e Memória das Lutas Sociais (LABELU)*. Universidade Estadual de Feira de Santana, p. 1 e 2.

grilagem e violência no Extremo Sul da Bahia. Segundo Grimaldo Carneiro Zachariadhes, qualquer

Manifestação social contrária ao Regime não era permitida, os direitos fundamentais do cidadão foram constantemente violados, a tortura se tornou prática corrente contra os opositores do Governo e qualquer oposição, por mais moderada que fosse, poderia ser enquadrada como um caso de Segurança Nacional.¹³³

Como a questão da terra foi tratada nestes termos e como dom Filipe Broers com alguns membros do clero local tenham se envolvido nas lutas rurais em favor dos trabalhadores do campo, não é de se surpreender o interesse do SNI por suas atividades. Para compreendermos o papel desta instituição, Mariana Joffily nos informa que

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pelo presidente general Humberto de Alencar Castello Branco, em 13 de junho de 1964, e dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva. Em pouco tempo ramificou-se, possuindo agências regionais em diversos pontos do país. A partir de julho de 1967, passou a contar também com as informações recolhidas pelas Divisões de Segurança e Informações (DSIs) [...] Sua existência testemunha a preocupação com a dissidência política e a aposta na coleta de informações como instrumento de controle [...] Esses órgãos não atuavam propriamente na repressão política. Entretanto, forneciam dados sobre indivíduos perseguidos, oferecendo instrumentos para uma condução mais eficaz dos interrogatórios realizados sob tortura pelos agentes repressivos.¹³⁴

Dom Filipe Broers, portanto, era controlado de perto pelos militares por causa de sua atividade política e social junto aos trabalhadores rurais e outras categorias na Diocese de Caravelas. A forma como o SNI apresenta as informações sobre as atividades do bispo de Caravelas indica uma tentativa de caracterizá-lo com um sujeito perigoso à segurança nacional, visto que suas ações seguiam na contramão dos projetos dos governos militares de desenvolvimento econômico e de concentração da riqueza, com profundos impactos sobre a classe trabalhadora nacional, fosse no campo ou na cidade.

Por sua vez, considerando a negligência do delegado de Itanhém em garantir a segurança do padre José Koopmans durante a celebração de uma missa em Ibirajá e o espancamento do trabalhador rural de Itanhém a mando de seu patrão, podemos perceber as

¹³³ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

¹³⁴ JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 160.

conexões entre as atitudes locais e a política de segurança nacional. A este respeito, Joffily salienta que

No campo, os grandes proprietários, por intermédio de suas milícias privadas, uniram esforços com as forças policiais e militares do Estado para perseguir, prender, torturar e, em alguns casos, assassinar camponeses que procuravam organizar-se para melhorar suas condições de trabalho. As vítimas da luta pela terra, em geral mortas por jagunços, foram num crescendo que se prolongou para além da ditadura, até 1987.¹³⁵

A análise das atividades do SNI e sua relação com a Lei de Segurança Nacional indica seu comprometimento em garantir a manutenção da ordem social no Extremo Sul baiano, uma vez que se detém particularmente sobre as iniciativas da Igreja Católica direcionadas à formação dos trabalhadores da região e sua possível ameaça à ordem vigente. Em outro trecho do documento que analisamos, o SNI observa que

[...] Atualmente as oportunidades de trabalho são oferecidas, em sua maior parte, pela indústria madeireira, agricultura primitiva, e as atividades de pesca, esta última, formando ainda um grupo bastante numeroso. [...] Esta realidade social foi amplamente estudada nas assembleias diocesanas da Diocese de Caravelas, visando subsídios para uma ação pastoral, cujo objetivo principal, segundo seus idealizadores, é a “evangelização e conscientização no meio dos operários”: pescadores, trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. Desta forma, destacaram-se as seguintes prioridades: 1) Criação das Comunidades Eclesiais de Base e 2) Formação de agentes e líderes para estas comunidades. Para conseguir a realização desses objetivos, D. FELIPE TIAGO BROERS, Bispo de CARAVELAS, religioso holandês de tendência progressista, idealizou a “Equipe Diocesana de Assessoria Pastoral” constituída atualmente de 3 padres missionários do Sagrado Coração da província belga, uma voluntária austríaca e uma religiosa das Irmãs de S. José. A equipe de assessoria fez um estudo de situação da região, orientado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de Salvador, já tendo efetivado as seguintes providências: a) Fundou 3 sindicatos rurais na região; b) Enviou 2 líderes para um curso de formação missionária organizado pelo C.O.M. (Centro de Orientação Missionária) da diocese de CAXIAS DO SUL no RIO GRANDE DO SUL, com duração de 6 meses, sendo que os mesmos já retornaram à região [...]¹³⁶

Ao que se pode ver, os agentes do SNI consideram extremamente preocupante a articulação entre a Igreja Católica e as diferentes categorias trabalhistas no intuito de se organizarem para o estudo e compreensão do ambiente socioeconômico em que estavam inseridos, bem como o desenvolvimento de estruturas que possibilitassem uma intervenção coletiva e organizada daqueles sujeitos, no sentido de atuar na transformação do meio social e

¹³⁵ JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 168.

¹³⁶ Ibid, p. 4/5.

econômico. Os agentes de espionagem e controle sabiam que a orientação ideológica do movimento que se forjava no Extremo Sul da Bahia não seguia no sentido de construir o consenso em torno das políticas empreendidas pelos governos militares, mas na direção contrária, em contestação às formas de dominação instituídas a ferro e fogo.

Romper, pois, com tal configuração dos campos econômico e social que foi imposta à sociedade brasileira, significava promover o amplo debate acerca de como foi construída a arquitetura destes campos, no intuito de conceber a melhor forma de desmontá-la, ainda que esta não fosse a intenção declarada, todavia, o modo operar dos movimentos que passavam a se constituir não lograria sucesso, sem levar em conta a superação do estado de repressão que se instalara no país. Isto era motivo mais que suficiente para que os agentes secretos do SNI caracterizassem de forma alarmante as atividades desenvolvidas pela Diocese de Caravelas.

Por seu turno, esse tipo de postura controladora não se deu exclusivamente no Extremo Sul da Bahia e especificamente sobre o bispo de Caravelas. Na capital baiana, outros seguimentos religiosos também estiveram sobre o rígido controle do aparelho repressivo da Ditadura Militar. Mais especificamente, um grupo de jesuítas que desafiaram a ditadura com seus escritos e análises sobre a conjuntura política e social do Brasil, estiveram na mira dos militares. Ainda na produção de informações sobre a Diocese de Caravelas, o SNI deixa entrever uma possível relação entre a diocese de Dom Filipe Broers e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em Salvador, dirigido por jesuítas, quando refere-se a um estudo realizado pelo CEAS acerca da situação da região.¹³⁷ Em sua pesquisa sobre as atividades dos jesuítas responsáveis pelo CEAS, cuja produção intelectual corroborou com a crítica aos governos militares no Brasil, Grimaldo Zachariadhes argumenta que estes jesuítas ganharam posição de relevo entre os seguimentos sociais de esquerda na Bahia e a repressão militar se abateu sobre o CEAS não somente por meio do controle e vigilância, como também com ameaças aos seus membros de expulsão do país. Além do mais, na Bahia a violência dos militares se aplacou sobre diferentes grupos contrários ao regime militar e muitos deles se relacionaram com o CEAS em um momento ou outro. Em face da resistência e oposição à Ditadura Civil-Militar representada por grupos distintos,

¹³⁷ Acreditamos que o estudo que o SNI se refere seja aquele realizado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS), já tratado no primeiro capítulo deste trabalho. Para reforçar nossa hipótese, partimos da ausência de referências ao CEAS na documentação que consultamos até o momento nos arquivos da Cúria da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas. Todavia, não descartamos a possibilidade de que tenha sido realizado algum tipo de estudo sobre a região empreendido pelo CEAS, o que no momento carece de descobertas de documentos que indiquem a realização de tal estudo pelos jesuítas de Salvador.

[...] A repressão continuava sendo usada contra setores civis que se organizassem contra o Governo, fosse para lutar por melhores condições de vida ou para lutar pela volta ao regime democrático. As prisões e as invasões eram rotineiras. Então, esses setores viam no CEAS um *lugar seguro* contra a repressão dos militares. É evidente que, durante uma ditadura, dificilmente existiria um lugar totalmente seguro. Porém, esses setores percebiam que a ligação orgânica do CEAS com a Igreja Católica oferecia uma maior proteção contra a ação dos militares do que em outros lugares. O fato é que, durante o Regime Militar, em momento algum o CEAS foi invadido. Mas isso não implica dizer que a repressão não fosse chegar a alguns de seus membros.¹³⁸

As atividades do CEAS, assim como as da Igreja Católica na Diocese de Caravelas ocorreram na conjuntura da Ditadura Civil-Militar e seu engajamento os colocaram na mira dos militares. Em Salvador, o CEAS se transformou num centro onde as esquerdas se reuniam, tornando-o ainda mais visado pela repressão, o que nos leva a indagar acerca do posicionamento dos militares diante de experiências semelhantes em outras regiões da Bahia. Sobre este aspecto é possível observar que na Diocese de Caravelas, a repressão não se omite ao confronto com a Igreja Católica e vai além de uma vigilância sistematizada – em descrever o perfil dos sujeitos envolvidos nos cursos promovidos pela igreja e seu possível impacto político sobre a sociedade baiana na região Extremo Sul. Neste sentido, nota-se que a repressão transcendeu a fronteira entre Estado e Igreja, quando policiais militares invadiram a casa onde residiam os religiosos em Teixeira de Freitas, provocando uma reação enérgica de dom Filipe Broers, que publicamente não apenas repudiou, como denunciou a

[...] invasão da residência dos padres em Teixeira de Freitas no dia 7 de outubro, por parte de um oficial de justiça, dos grileiros e policiais armados com ostentação. Entraram sem pedir licença e sem nenhuma consideração e respeito pelos moradores e donos da casa, obrigando um animador das comunidades de igreja, a assinar declarações e acusações em uma folha em branco. Sendo que horas antes, cercaram a casa deste mesmo animador, intimidando seus familiares e vizinhos. Mais uma vez perguntamos: a grileiros, compete a missão de polícia? E à própria polícia é permitido entrar armada e com toda ostentação numa casa residencial, onde não há nenhum criminoso? Repudiamos e deploramos todos estes fatos, pois são atentados contra a dignidade, os direitos e a tranquilidade de toda pessoa humana [...].¹³⁹

O *modus operandi* que se apresenta segue conforme as considerações de Joffily¹⁴⁰ a respeito da forma como a repressão militar se abateu sobre as populações rurais, combinando o aparato policial repressor, com forças milicianas que operavam no intuito de suprimir as

¹³⁸ ZACHARIADHES, op. cit., p. 107.

¹³⁹ Carta aberta ao povo, ao governador e à imprensa. Dom Filipe Tiago Broers, 22 de outubro de 1980. *Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas*, Caixa 33, Maço 15.

¹⁴⁰ JOFFILY, Mariana. *O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

iniciativas de organização popular e luta por justiça. Esta forma de controle corrobora com a análise da autora, de que as informações dos grupos sociais que se organizavam nas diferentes partes do país eram coletadas pelo SNI e fornecidas aos sujeitos e instituições que tratavam da repressão em seu sentido *stricto*, como se pode observar no relato do bispo de Caravelas a respeito da invasão da casa dos padres em Teixeira de Freitas em 7 de outubro de 1980. Além disso, a capacidade organizativa da Igreja Católica na Diocese de Caravelas em torno dos interesses das classes subalternas indica o quanto a intimidação e produção de provas contra um animador de comunidades, diz sobre o poder de indivíduos engajados nas lutas sociais de interferir na construção da opinião pública e produção de posturas contrárias aos governos militares, colocando em cheque a legitimidade do governo repressor. Isto nos permite perceber a importância para os militares de exercer um controle minucioso, sobre as atividades dos chamados “cursilhistas” que eram formados nos encontros promovidos pela Diocese de Caravelas.

Outro fator que permite um paralelo entre os religiosos do CEAS e os de Caravelas, é o fato de serem estrangeiros, uma particularidade que impedia os militares de reservarem a estes, o mesmo tratamento destinado aos brasileiros que se opunham ao Regime. Estes religiosos, portanto, gozavam de cidadania estrangeira, o que, por sua vez, implicava em questões diplomáticas delicadas, pois envolviam a necessidade de garantir a manutenção de relações cordiais com os países de origem dos religiosos envolvidos nas lutas e conflitos sociais em todo o Brasil. Por outro lado, a construção sistemática de argumentos que enfatizavam o comportamento subversivo de religiosos estrangeiros como dom Filipe Broers e os jesuítas do CEAS, pode apontar para uma estratégia dos militares que tinha como finalidade, a proibição desses religiosos de continuarem a residir no Brasil, o que de fato tentou-se contra alguns membros do CEAS. Observemos um exemplo a respeito de tais considerações:

No dia 28 de outubro de 1978, o jesuíta italiano Cláudio Perani estava voltando de uma viagem à Europa onde tinha participado de um encontro de jesuítas na Itália. Quando chegou ao Aeroporto Internacional 2 de Julho, em Salvador, por volta das 5 horas e 30 minutos, foi impedido de deixar o local. Os policiais disseram que o nome dele estava em uma lista de 1.500 pessoas proibidas de regressar ao Brasil. A Polícia Federal queria que Perani retornasse imediatamente para a Itália na mesma aeronave, porém, segundo o jesuíta, o comandante do avião disse que não tinha condições, naquele momento, de retornar. Então o padre teve de ficar isolado na sala VIP do aeroporto. Nesse ínterim, ele conseguiu avisar de sua detenção a um inaciano que o esperava que tratou logo de avisar a ordem dos Jesuítas. O provincial

ligou para D. Timóteo Amoroso e D. Avelar Brandão informando o que havia acontecido e pedindo ajuda para solucionar o problema.
[...] D. Avelar entrou em contato, então, com o coronel Rubem Ludwig, assessor de imprensa da presidência da República. Mesmo sem ter solução para o caso, o Cardeal foi pessoalmente ao aeroporto para trazer Cláudio Perani [...] D. Avelar procurou no aeroporto, o Superintendente da Polícia Federal Hélio Romão para tentar solucionar o caso. Depois de cinco horas detido no aeroporto, o padre pôde sair junto com D. Avelar [...] ¹⁴¹

O caso do padre Perani ilustra bem as tensões que envolviam as relações entre os militares e os setores progressistas da Igreja Católica. Como já vimos, dom Filipe Broers era visto como subversivo pela ditadura, e o fato do documento do SNI trazer informações acerca das viagens periódicas que os religiosos de Caravelas faziam à Holanda, nos permite questionar se a repressão não tramava para dom Filipe Broers e seus pares, algo semelhante ao que ocorrera com Perani. Por sua vez, apesar do relevante engajamento social e político da Igreja Católica no Extremo Sul da Bahia, vale a pena lembrar que as atividades destes são resultantes da ação conjunta entre igreja e trabalhadores. Neste sentido, unem-se aos trabalhadores rurais nas lutas travadas por estes, em defesa do seu *modus vivendi*.

Cabe salientar que os trabalhadores rurais no Extremo Sul da Bahia não agiam à sombra da Igreja Católica, eram antes, protagonistas de suas próprias lutas, enfrentando latifundiários, grileiros e agroindústria em diferentes frentes de atuação, de modo que, a defesa de seus interesses variava do enfrentamento direto ao grileiro, à articulação, em defesa daquilo que concebiam como justiça, fosse no âmbito da comunidade, da igreja, ou junto a instituições públicas responsáveis pela manutenção da justiça, bem como de órgãos de representação classista. O protagonismo dos trabalhadores rurais pode ser notado nas situações de conflitos armados, na produção de cartas endereçadas a autoridades, nas quais reclamavam a resolução dos litígios, bem como seu direito à posse da terra, dentre outras ações. Além disso, verifica-se também como os trabalhadores rurais no Extremo Sul baiano sabiam jogar o jogo do outro – para usar uma expressão de Michel de Certeau –, ¹⁴² de modo que nas relações com instituições que deveriam atuar na resolução de problemas referentes a questões de terras – mas, que na prática funcionava como instrumento de viabilização da concentração fundiária –, conseguiam taticamente driblar a lógica dominante, de modo a tensionar a correlação de forças no interior das estruturas, para que estas, em alguma medida, atendessem às suas demandas específicas.

¹⁴¹ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 107-108.

¹⁴² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Desta forma, num cenário, em que se processavam transformações significativas nos campos econômico e social no Brasil e na Bahia, ocorre que em 29 de agosto de 1979, o Jornal da Bahia divulgou uma nota em que Manuel Ferreira de Azevedo e Maria Ferreira de Azevedo Vasconcelos denunciaram o doutor Rafael de Castro, médico e fazendeiro na região, ao Departamento de Polícia do Interior (DEPIN), acusando-o de invadir suas terras e mais uma área de 60 hectares, pertencente a cem posseiros, localizadas no município de Mucuri.¹⁴³ O jornal informa ainda que em 30 de julho de 1979, o médico, juntamente com três pistoleiros trocaram tiros com os denunciantes e posseiros, o que resultou na expulsão de dez famílias.¹⁴⁴ No ato, um dos posseiros foi “crivado de chumbo” e teve de fugir, a fim de resguardar sua vida. Além disso, casas foram incendiadas, roças destruídas e porcos, galinhas e cachorros tiveram suas vidas ceifadas.¹⁴⁵

No dia 21 de agosto, o DEPIN enviou à localidade, o capitão Francisco José Pitanga Bastos, de Teixeira de Freitas, como delegado especial. Todavia sua presença não inibiu a ação dos pistoleiros, que em 26 de agosto travaram novo confronto com os posseiros. Do tiroteio, saíram feridos Bianô Santos, Dativo de Souza e David Santos, todos a serviço de Rafael de Castro.¹⁴⁶ O Jornal da Bahia é ainda mais contundente, quando traz a público a informação de que a região é pretendida por empresas de plantio do eucalipto, que consigo agregam agentes especializados na expulsão de populações rurais – neste caso, uma região em que a terra está em constante valorização em decorrência da implantação da indústria de papel e celulose –, a fim de que os projetos destas empresas se concretizem.

Em carta endereçada aos diocesanos, Dom Filipe Tiago Broers, bispo da Diocese de Caravelas,¹⁴⁷ relata a respeito dos conflitos de 1979 e revela que os posseiros, depois de consultarem seu órgão de classe, retornaram à localidade e restabeleceram moradias, roças e criações. De tempos em tempos, os trabalhadores sofriam ameaças, mas, ainda assim, a vida

¹⁴³ O município está localizado no Extremo Sul da Bahia, banhado pelo Oceano Atlântico, faz fronteira com os estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

¹⁴⁴ Jornal da Bahia. *Grileiros invadem terras e deixam Mucuri em pânico*, ago. 1979. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 31, Maço 02.

¹⁴⁵ Além do Jornal da Bahia, a narrativa também toma como base a denúncia sobre o caso, o documento: *Violência em Mucuri*. Documentos: ago. 1979. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 31, Maço 02.

¹⁴⁶ Jornal da Bahia. *Grileiros invadem terras e deixam Mucuri em pânico*, ago. 1979. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 31, Maço 02.

¹⁴⁷ A Diocese de Caravelas foi fundada em 1962, desmembrando-se do bispado de Ilhéus, e sua área abrange quase todo o Extremo Sul da Bahia. Em 1983, a sede da diocese é transferida para Teixeira de Freitas, passando a denominar-se Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas. Para mais informações, consultar HOOIJ, Elias. Os “desbravadores” do extremo sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – Raízes e frutos. Belo Horizonte, Província Santa Cruz, 2011.

continuava, até que em 2 de fevereiro de 1981, a casa do senhor Domingos, em Córrego das Ostras, Mucuri, foi invadida por dez policiais militares, dois oficiais de justiça e um jagunço que trabalhava para o médico e latifundiário. O senhor Domingos foi obrigado a reunir seus pertences e juntamente com sua mulher e filhos – dentre os quais, uma criança de apenas dois meses –, seguiu com os invasores até a delegacia de Itabatã,¹⁴⁸ onde ficaram presos. No dia seguinte, estes sujeitos voltaram à localidade e trataram de prender as demais famílias que lá se encontravam, desta vez, conduzindo-as ao distrito capixaba de Pedro Canário,¹⁴⁹ onde foram despejadas. Em 4 de fevereiro, doutor Rafael de Castro enviou tratores e caminhões ao Córrego das Ostras, a fim de destruir casas, roças e benfeitorias.¹⁵⁰

Entretanto, em 30 de janeiro de 1981, três dias antes da ação dos homens de Rafael de Castro, o Jornal A Tarde¹⁵¹ divulgara uma nota em que denunciava a violência empregada por grileiros no Extremo Sul da Bahia e informava que posseiros de Teixeira de Freitas, Nova Viçosa e Mucuri procuraram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), em Salvador, para que esta tomasse providências junto as autoridades e ao poder público. No processo, os posseiros de Córrego das Ostras e Itabatã procuraram o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), onde receberam garantias de que a situação seria resolvida em quinze dias, com a demarcação das terras pelo instituto. Os posseiros foram também encaminhados à Secretaria de Segurança Pública, onde pediram proteção de suas vidas. Portanto, a ação de 2 de fevereiro, parece ter sido uma tentativa de Rafael de Castro em anteceder-se à chegada do INTERBA, de maneira a insinuar o direito à posse da terra, inclusive, com o apagamento, por meio da destruição de casas e benfeitorias, dos sinais de que os posseiros habitavam a terra e nela produziam.

Verifica-se, a partir deste caso, um jogo consciente em que posseiros e Igreja Católica se articulam contra a grilagem de terras no Extremo Sul da Bahia. Como eixo desse movimento, está em curso a política econômica dos governos militares e da Bahia, de incentivo e promoção da industrialização em regiões rurais ainda não inseridas numa dinâmica de economia capitalista. É possível observar ainda que as ações dos sujeitos não se

¹⁴⁸ Distrito do município de Mucuri, Bahia.

¹⁴⁹ Localizado no Norte do Espírito Santo, Pedro Canário faz divisa com a Bahia e Minas Gerais. Em 23 de dezembro de 1983 teve sua emancipação, estando anteriormente ligado ao município de Conceição da Barra, no litoral capixaba. Cf.: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=320405&search=espírito-santopedro-canariolinfograficos:-historico>. Acesso em 02/12/2015.

¹⁵⁰ *Carta de D. Filipe aos Diocesanos*, 1981. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, caixa 31, maço 02.

¹⁵¹ Grileiros expulsam 100 famílias de posseiros e ocupam terras devolutas. *A Tarde*, jan. 1981. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 31, Maço 02.

dão de forma aleatória, pelo contrário, agem organizadamente através de denúncias junto a instituições públicas, aos órgãos de classe e à imprensa estadual. Além disso, se apropriam do informativo da Diocese de Caravelas para a veiculação de denúncias e reflexões acerca das questões sociais, transformando-o em instrumento de veiculação das denúncias e de formas e concepções de mundo próprias do universo sociocultural das diferentes categorias de trabalhadores e também dos religiosos que atuavam nas lutas.

Além disso, pode-se notar o engajamento do bispo de Caravelas, no que diz respeito à denúncia da violência em torno da grilagem de terras – cujos protagonistas inserem-se no interior do Estado, operando em favor da classe dominante e respectivamente, do capital internacional. O bispo atuava politicamente ao lado dos desfavorecidos e tornava sua opinião pública ao noticiar os graves problemas dos pobres e injustiçados do Extremo Sul baiano, nas edições do informativo diocesano, bem como nas cartas e documentos enviados a diferentes autoridades dentro e fora do país.

Em “Carta aberta ao povo, ao governador e à imprensa” de 22 de outubro de 1980, dom Filipe Broers torna público o caso da prisão de trinta e sete lavradores em Itabatã, o que sinaliza a opção política e social do bispo, motivo pelo qual a ditadura o seguia de perto. Sobre este evento, o clérigo informa que

Já é do conhecimento de muitos, que 37 lavradores, pais de família, estiveram presos durante 5 dias (do dia 2 a 6 de outubro) na cadeia de Itabatã. Estes homens levados pela necessidade extrema por que passam seus filhos e esposas, sentiram-se forçados a plantar suas roças em terras devolutas. [...] Alguns dentre eles são posseiros de muitos anos desta área e que foram despejados, de maneira desumana, em abril-maio deste ano, sem direito a nada. [...] Estes trabalhadores foram presos enquanto trabalhavam juntos, fazendo roças e plantando feijão, mandioca, milho, etc. Nesta ocasião foram presas, também, 3 crianças que estavam trabalhando com seus pais. Foram presos todos sob muitas ameaças dos grileiros e policiais armados, insultando-os com palavrões, juntamente com o oficial de justiça. Enquanto isso, uma filha do grileiro batia muitas fotos dos presos. [...] Pergunta-se: Um oficial de justiça tem o direito de fazer o papel de polícia? E os grileiros? Sempre armados e fazendo contínuas ameaças aos trabalhadores com que direito? [...] Juntamente com as crianças, os trabalhadores passaram o dia 2 de outubro debaixo de muito sol, com fome e sede até a entrada da noite, sobre a carroceria de um caminhão na sede de uma das fazendas de Rosalino Queiroz Matos. Sob a mira das armas e atacados com muitas acusações e desprezos, não podiam descer nem para fazer suas necessidades [...] As condições da prisão foram péssimas: ficaram amontoados durante 5 dias, em dois pequenos e imundos cômodos; permaneceram com as roupas de serviço e sem banho todos estes dias. Passaram fome e sede, até que suas esposas e amigos tomaram conhecimento deste triste fato e começaram a levar-lhes algum alimento. De tão sufocados e apertados, não podiam nem sentar e menos ainda dormir [...] Muitas vezes pediram para serem ouvidos na justiça, para poderem cuidar de seus filhos que já estavam passando fome. Mas em nada foram atendidos. Nestas condições desumanas ao extremo, alguns adoeceram e por muita insistência dos companheiros foram retirados da cela e jogados no corredor. Um deles estava com

muitas queimaduras, pois a polícia, o oficial de justiça e os grileiros o cercaram de fogo para prendê-lo, dizendo que assim caçavam o coelho. Assim queimado e com muita febre, ficou preso sem nenhuma assistência por parte das autoridades e policiais. Outros levaram pancadas e ponta-pés, provocando vômitos de sangue.¹⁵²

O fato narrado por dom Filipe Broers elucida bem o empenho dos governos militares e da Bahia, em tornar efetiva a integração do Extremo Sul do estado à dinâmica capitalista em curso no país. Por outro lado, o bispo de Caravelas, em sua narrativa, procura fazer com que o acontecimento extrapole as fronteiras da região baiana em que estes conflitos se projetam, ao dirigir sua denúncia não somente ao povo, como também ao governador e à imprensa. Além disso, ao descortinar tal evento em âmbito regional, corrobora para desmontar a farsa institucional e legalista com que o proprietário do cartório de registro civil de Nanuque, Minas Gerais, Rosalino Queiroz Matos, tenta legitimar a violência com que ataca aqueles trabalhadores. Desnuda-se também o compromisso do Estado com a manutenção de um sistema que toma como base a concentração de terras nas mãos de latifundiários e grileiros, em total negligência para com a situação de populações rurais, seja no seu aspecto econômico e social, ou ainda no que tange às formas culturais com que estes sujeitos se relacionavam com a terra.

A este respeito, é importante considerar a competência e destreza com que o bispo de Caravelas constrói sua narrativa, o que possibilita ao leitor uma apreciação dos fatos a partir da perspectiva daqueles a quem a violência era direcionada, maneira esta maneira de compartilhar as experiências daqueles sujeitos, que extrapola o campo material e desperta naquele que lê, uma miríade de sentimentos, de forma a produzir, em alguma medida, um reconhecimento identitário e/ou solidário para com aqueles que eram colocados à margem da justiça – corolário de um constructo intelecto/empírico cuja conceptualização perpassa pelo olhar e sensibilidade de dom Filipe Broers.

Em seu escrito, nosso interlocutor avalia o desvio de conduta de sujeitos, cuja função no interior do Estado, deveria ser o de combate às injustiças, ao invés de com elas corroborar. A forma como interroga as atitudes dos sujeitos envolvidos no episódio, nos convida a questionar a correlação entre os conceitos de justiça e legalidade. Verifica-se que estes conceitos não se confundem e, apesar da aparente noção de justiça que envolve a ideia de legalidade, Broers traz à luz, o distanciamento que há entre esta última e a noção,

¹⁵² *Carta aberta ao povo, ao governador e à imprensa. Dom Filipe Tiago Broers, 22 de outubro de 1980. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 15.*

compartilhada por ele e pelos trabalhadores rurais que sofriam com a expulsão de suas terras, do que viria a ser justiça.

Nesta perspectiva, ao tratar dos enfrentamentos no campo que levaram à militarização da questão agrária brasileira, José de Souza Martins¹⁵³ adentra este debate e aponta para as contradições que existem entre a justiça e legalidade e levanta questionamentos acerca da insistência com que o Estado, a ferro e fogo, mantém uma política fundiária que caminha em descompasso à realidade do campo. Com o objetivo de melhor elucidar a questão, o autor afirma que

Ao lutar pela terra de que necessita para trabalhar, ao resistir contra a expropriação, a expulsão, o despejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais. Esses conflitos têm exigido uma crescente intervenção do Estado militar, que tem feito esforços desesperados para mantê-los circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade. O Estado tem procurado evitar a adoção de um novo direito de propriedade que represente uma restrição ou uma revogação dos direitos verdadeiramente absolutos dos proprietários de terra neste país. É nesse sentido que a luta pela terra põe também em questão esse pacto político, questiona sua legitimidade social e política. Nesse plano, ela põe em risco o regime e a atual estrutura do Estado, os compromissos e acordos que os sustentam.¹⁵⁴

É salutar a contribuição de Martins para a compreensão do problema que se coloca em torno da contradição entre os conceitos de justiça e legalidade, levantados, ainda que de forma indireta, pelo bispo de Caravelas. O autor evidencia tratar-se mais de uma questão política, que propriamente jurídica, desconstruindo a ideia de que existe um direito inflexível, corolário de leis naturais que regem a vida em sociedade. Em outras palavras, o autor coloca o direito em seu devido lugar, como construção histórica, política e social e desmitifica qualquer pressuposto de naturalidade em torno deste. É, portanto, o direito também lugar da luta de classes e os trabalhadores rurais, ao questionarem o modelo de propriedade então vigente, leva essa luta para o âmbito do jurídico uma vez que colocam importantes questões no intuito de fomentar o questionamento acerca da opção de classe de que lança mão o Estado, instituição que elabora e garante o funcionamento das leis.

Logo, ao interrogar o posicionamento do Estado de favorecimento do latifúndio, os trabalhadores rurais propõem, com suas ações, uma revisão das leis de modo que estas se direcionem àquilo que compreendem como justiça, o que, no conjunto das tensões provocadas

¹⁵³ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil: (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁵⁴ Ibid, p. 10.

nos campos social e econômico, levam o Estado e instituições privadas, ao uso abusivo do poder a fim de conter a capacidade transformadora que o questionamento político e a ação sistematizada dos trabalhadores podem promover.

Sua perspicaz contestação é de tal força, que a cena histórica em que a violência aparece como atriz principal, transforma-se num espetáculo que pode ser observado de norte a sul do país, resultado dos conflitos em torno do avanço do capitalismo sobre o meio rural brasileiro e da defesa pela manutenção de um modo de vida particular. Cada episódio deste fenômeno histórico e social conserva suas peculiaridades, porém, não podemos deixar de observar que sua composição é caracterizada pelos processos de transformação da estrutura agrária brasileira, promovida pelos governos militares, momento em que o campo passa a ser visualizado sob a ótica produtivista do capital.

Assim, como já abordado anteriormente, regiões rurais, cujas relações sociais de produção não se inseriam numa dinâmica de produção capitalista, sofreram com a interferência do Estado, cuja força repressiva combinada ao poder econômico e paramilitar de sujeitos e/ou instituições privadas se contrapuseram às formas de resistência protagonizadas por trabalhadores rurais, desencadeando tensas relações, numa trama de poder que perpassa por diferentes âmbitos da vida humana e impõem à sociedade brasileira um difícil dilema, ainda hoje não resolvido.

Para corroborar com o argumento de que os conflitos sociais no campo compõem um quadro que envolve o conjunto de transformações que se processam na totalidade das relações sociais de produção no Brasil durante os governos militares, vale a pena lembrar os embates ocorridos em torno do direito à terra na região do Araguaia, com a chegada da empresa agropecuária Suiá-Missu. Esterci ao problematizar a questão, traz o debate para o campo do direito e da relação deste com a terra camponesa. Segundo a autora, na

[...] fronteira amazônica dos anos 60, apesar da existência de leis que teoricamente conferiam direitos a camponeses e povos indígenas, muitos moradores desses locais não tiveram como se contrapor aos novos pretendentes às terras que ocupavam e foram expulsos sem que seus direitos fossem sequer considerados. Foi o que aconteceu nas proximidades de São Félix do Araguaia, com a chegada da Agropecuária Suiá-Missu, a primeira a se implantar na região. Dos 695.843 hectares de terras dos quais ela se apropriou foram expulsas muitas famílias de pequenos produtores e todos os integrantes de uma aldeia da nação Xavante, transportados à sua revelia para outro local, distante de suas terras tradicionais.¹⁵⁵

¹⁵⁵ ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistadas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos

Entretanto, também neste caso, os camponeses contam com o apoio de religiosos que se comprometem com a sua luta por justiça. Além do mais, a experiência antropológica destes sujeitos com a terra, atravessada por uma religiosidade que envolve diferentes aspectos da vida e da maneira como habitam o território, nos ajudam a compreender a extensão das lutas camponesas pela permanência na terra, uma vez que plantar o pão vai além das expectativas materiais, pois confluem dialeticamente com as aspirações espirituais e culturais destes sujeitos. Neste sentido,

A Teologia da Libertação, que inspirou os membros mais progressistas da Igreja Católica no Brasil desde o final dos anos 60, marcou profundamente o discurso e a prática das equipes religiosas que se articularam em torno das lutas camponesas nas Prelazias de São Felix, em Mato Grosso, de Conceição do Araguaia, no Pará, e de Goiás Velho, em Goiás. [...] Aquelas famílias de pequenos produtores, autotitulados posseiros e ameaçados por empregados armados dos novos latifundiários, pareciam a personificação do “povo de Deus”, em busca da “terra prometida”. Suas práticas com relação à terra pareciam atualizar conceitos alternativos ao modelo de que eram portadores o governo e os empresários. [...] Vivendo na área desde as primeiras décadas do século XX, sem que, por um longo tempo, nenhum outro segmento social ou agência do Estado lhes viesse questionar a ocupação, os pequenos produtores haviam construído suas próprias regras de acesso, controle e uso da terra e demais recursos naturais [...]¹⁵⁶

Trata-se, portanto, de uma concepção de mundo que se contrapõe aos interesses capitalistas – em que a terra tem mero valor de especulação, cuja função gira em torno da reprodução monetária. Na Diocese de Caravelas, diante do confronto entre concepções distintas acerca da função social da terra, os trabalhadores rurais perceberam a necessidade de uma ação que lhes permitisse confrontar as estruturas de poder. A fim de fazer valer seus interesses enquanto grupo social que contesta o favorecimento da classe dominante, os trabalhadores e pequenos proprietários de Córrego das Ostras enviaram uma carta ao governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Nesta carta, os trabalhadores imprimiram a seguinte mensagem:

Córrego das Ostras, 19/5/81
Prezado governador Antônio Carlos M. queremos contar um pouco do sofrimento do Córrego das Ostras causado pelo Dr. Rafael, senhor Governador, nós estamos cansados de sofrer, estamos no maior sofrimento, estamos até passando fome, porque nós estamos levantando uma hora da manhã com criança pequena, tomando chuva e sereno para não deixar os filhos pedirem pelas casas..., estamos passando vergonha por que o que ganhamos não da pra pagar nem a venda, senhor governador

Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980, p. 225.

¹⁵⁶ Ibid, p. 227.

peço pelo amor que o senhor tem na sua mãe, pelo amor de Deus, que o senhor libere esta terra para nós por que nós somos pobres, nós só vivemos dos braços e destas terras. O Doutor Rafael é rico e não sabe que possui, só vive roubando terra dos pobres e ainda fica mangando [zombando] de nós, dizendo que ele correu com nós da terra, derrubou as casas, derrubou a cerca, pôs os animais nas roças, acabou tudo que nos fizemos senhor governador. Desde 79 que Dr Rafael vive nos perturbando, trazendo policia para correr com nós todos das terras, até pistoleiro veio também, dizendo eles..., mandado pelo juiz e governador, mas nós não acreditamos neles que o senhor não teve esta coragem, não tenha coração ruim de desarranjar os pobres igual nós que só vive trabalhando pra sobreviver, para não viver passando necessidade com os nossos filhos. Senhor governador, os pistoleiros de Dr Rafael destruiu casas desta terra que nós moramos, as roças e porcos, galinhas e cachorros, ir batendo e atirando no povo sim. Neste ano de 81 ele trouxe um caminhão com 7 policiais, dois oficiais, mais outras que veio acompanhando e pôs no caminhão 8 famílias despejadas aqui e ali o povo das outras lugares que uns teve que ficar na casa dos parente outros arrumou dinheiro emprestado sem colocação sem serviço sem saber que ia fazer nós mesmo fui obrigado ir trabalhar na farinha passando maior necessidade, sim ir Dr Rafael passou fogo nas casas, arrou de trator e destruiu tudo e não deixou nós voltar pra colher as roças que se nós voltássemos ele dava uma sura se não matasse sim esta terra e de Cezario este parceiro tem 92 anos de idade e nós parceiro juntos com ele como esta, terra pode ser de Dr Rafael? (ultima) [folha] como o senhor está dentro da lei sabe que a lei não é só para os Ricos é para os pobres também. Termine com um abraço dos parceiros para o senhor governador [abaixo seguem assinaturas]¹⁵⁷

Aqui estes sujeitos tomam livremente a palavra e comunicam sua situação ao governador da Bahia e denunciam as dificuldades e violências que vivenciavam cotidianamente, em virtude da grilagem de terras liderada por doutor Rafael de Castro. A escrita é reveladora das expectativas e concepções de justiça e dignidade de que compartilham estas pessoas. Além disso, a redação revela, à primeira vista, o não-domínio, pelos

¹⁵⁷Texto original: Corego das Ostra 19/5/81

Perzado governador Antonio Carloz m.queremos contar um pouco (do) o soferimento do cargos das ostra cauzado pelo Dr. Rafael Senror governador nos estamos cansados de sofer estamos no maior sofrimento estamos ate passando, fome, porque nos esta levantando uma hora da manhã com criança piquena tomando chuva sereno para não deixar os filho pedir pelas casas estamos passando vergonha que [o que] ganha nos da pra pagar nem a venda senhor governador pesso pelo u amor que o senhor tem na sua mãe pelo amor de Deus, que o senhor libere esta terra para nós que nos somos pobre nos so vive dos bracos e destas terra o Doutor Rafael é rico e não sabe que possui, so vivi robando terra dos pobre ainda fica mangando di nos dizendo que ele correu com nos da terra derrubo as casa derrubou cerca pos animal nas rossa acabou tudo que nos fisesemos senhor governador diste 79 quiDr Rafael vivi nos pertubando trazendo policia para corre com nos todos das terras até pistoleiro vei também dissendo eles mandado do juiso e do governador mais nos não aqueditamos neles qui o senhor não tinha esta coraje não tenha coração ruim de dizarrarjar os pober e qual nois que so vive trabalhando sóbre viver para não viver passando necessidade com os nossos filho. senhor governador os pistoleiro de Dr Rafael distriuui casas desta terra que nos mora as rosas e pocos galinha i cachorros, ir batendo i a tirando no povo sim. neste ano de 81 ele tosse um camihão com 7 policiadosis oficial mais outras que veiacompahado i pos no camihão 8 familiadis pejando a qui i a li u povo das ostras lugares que uns teve que ficar na casa dos parente outosarumoudieiro emprestado sim cologosão sem cervico sem saber que ia fazer nos mesmo fui obrigado ir trabalhar na farinha passando maior necessidade, sim ir Drrafael passo fogo nas casas arrou di trator e destrui[u] tudo ir não deixou noz voltar pra colher as rosas qui si nos voltasi ele dava uma sura si não matassi sim esta terra e de Cezario este parceiro tem 92 anos di idade i nos parceiro juntos com ele como esta, terra pode ser de Dr Rafael? (ultima) [folha] como o senhor está dentro da lei sabe que a lei não é só para os Ricos é para o pober também. Termine com um abracos dos parceiros para o senhor governador [abaixo seguem assinaturas] cf.: *Córrego das ostras*, 19/5/81. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 15.

camponeses, das regras gramaticais que normatizam o ato de escrever, competência que garante, por sua vez, a hegemonia deste instrumento pelos homens da lei, instituições privadas e Estado, de forma a garantir a dominação dos letrados sobre os não-letrados. Todavia, o reverso da moeda mostra que estes sujeitos, ao seu modo, se apropriaram de tal instrumento e livres das amarras das regras gramaticais conseguiram, com perspicácia, comunicar aquilo que os angustiavam e foram além disso, pois recorreram taticamente a subterfúgios, com o objetivo de sensibilizar o governador do Estado acerca da legitimidade da sua causa, revelando as artimanhas com que aqueles trabalhadores rurais jogavam dentro do espaço dominado por aqueles com os quais disputavam o direito à posse da terra.

Além disso, são portadores de uma perspectiva particular acerca da ideia de propriedade e apelaram para o senso de justiça do governador, a fim de reclamar a legitimidade da posse sobre a terra, jogo tático que realizaram a partir da noção de que os governantes são responsáveis por administrar a justiça, maneira esta que encontraram para tensionar a relação de forças mediada pelo Estado. Tentaram, portanto, pressionar o governador a resolver a querela sobre as terras, em seu favor, o que demonstra a destreza em estender a luta de classes para além dos embates físicos.

Em paralelo às concepções de justiça compartilhadas por religiosos e camponeses no Extremo Sul da Bahia, verificamos que Edward Palmer Thompson¹⁵⁸, ao analisar os motins da fome na Inglaterra em a economia moral da multidão inglesa no século XVIII, indica que os trabalhadores tinham sua própria concepção do que era ou não legítimo e, apesar de se tratar de um momento que antecede ao surgimento de uma classe operária organizada e com objetivos políticos definidos, demonstra que as ações daqueles sujeitos tinham sua lógica e que esta refletia no comportamento dos governantes e no próprio pensamento da época. Neste sentido, Thompson salienta que

[...] É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência.¹⁵⁹

¹⁵⁸ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁵⁹ *Ibid*, p. 152.

Portanto, a reunião de camponeses no intuito de redigir uma carta ao governador da Bahia, indica que estes sujeitos, semelhante à multidão inglesa do século XVIII, compartilhavam noções de justiça que deveriam perpassar necessariamente, pela defesa dos interesses das classes subalternas, uma vez que, na estrutura econômica encontravam-se em uma posição de defasagem com relação às classes dominantes o que, por sua vez, transitava em torno da construção do consenso acerca daquilo que lhe era pertinente. É com estas noções, que os homens e mulheres de Córrego das Ostras procuraram confrontar seus adversários, concepções reforçadas por dom Filipe Broers nos documentos em que se posicionava contrariamente à grilagem de terras, ao latifúndio e à violência.

Vimos, dessa forma, que a organização das lutas empreendidas por trabalhadores rurais e a Igreja Católica no Extremo Sul da Bahia, se deu em um contexto de profundas transformações no cenário socioeconômico nacional, resultante de uma política governamental que tinha como objetivo, tornar o país viável ao desenvolvimento da economia no molde capitalista, questão que foi de encontro às expectativas de permanência e acesso à terra de comunidades camponesas em diferentes regiões do Brasil, emergindo daí confrontos que caracterizam a luta de classes no campo, com desdobramentos significativos no âmbito da sociedade civil e no interior da esfera estatal.

A construção do consenso ante à política econômica implementada pelos governos militares tinha no seu bojo, uma receita que combinava diferentes ingredientes, como a tentativa de facilitar o acesso da classe trabalhadora a itens de necessidades básicas, por meio de seu barateamento e com a repressão aos seguimentos sociais que se contrapunham ao Regime. Entretanto, verificou-se que, para além do discurso oficial de que no Brasil fora criado um mercado de bens de consumo, o período foi caracterizado pela escassez de alimentos e de matéria-prima para a indústria, o que tornava o mercado nacional vulnerável aos humores da economia internacional, e isso ocasionava variações inflacionárias que comprometiam o custo de vida da classe trabalhadora, de maneira que se colocava empecilhos ao desenvolvimento de um mercado nacional sólido, o que, por sua vez, questionava a legitimidade dos governos militares.

Além disso, diante das condições socioeconômicas que se apresentavam à classe trabalhadora brasileira, observa-se a emergência, no Extremo Sul da Bahia, de um reconhecimento identitário de sujeitos que estavam submetidos à expropriação da terra, assim como à exploração do trabalho, o que se verificou nas relações estabelecidas entre as classes

subalternas com o poder privado de indivíduos e empresas vinculados aos projetos governamentais de desenvolvimento para a região, bem como com o próprio Estado, enquanto instituição financiadora da grilagem e promotora de serviços públicos ineficientes, cuja inoperância funcionava de modo a garantir a submissão dos trabalhadores à exploração capitalista. A inacessibilidade aos mecanismos institucionais de reconhecimento e legalização da propriedade agrária também figuram enquanto ponto de diferenciação classista, uma vez que, o Estado militarizado operava em favor da concentração da riqueza nas mãos das classes dominantes, ou do capital internacional. Todavia, cabe lembrar que o processo histórico é dialético e os trabalhadores rurais, no exercício de diferentes atividades, se movimentaram no sentido de denunciar a configuração de tais mecanismos de controle, como também se lançaram ao combate à exploração.

No Extremo Sul baiano, os trabalhadores rurais, semelhante ao que ocorria em distintos lugares do país, trataram de denunciar as injustiças contra eles praticadas, situação possibilitada por sua interação religiosa e institucional com a Igreja Católica. O bispo de Caravelas e os religiosos engajados nas lutas sociais nesta diocese assumiram com os trabalhadores rurais de diferentes pontos da região, o embate direto contra grileiros, fazendeiros, juízes, oficiais de justiça e policiais militares, o que resultou em represálias e vigilância secreta pelo SNI. No entanto, é necessário destacar que, ações destes sujeitos em favor de trabalhadores rurais, operários e outras categorias trabalhistas é um fenômeno que se reproduz em todo o Brasil e América Latina, corolário da opção preferencial pelos pobres de que lançaram mão os adeptos da Teologia da Libertação.

Por sua vez, os trabalhadores rurais na Diocese de Caravelas revelaram uma capacidade singular de transitar pelo interior dos aparelhos dominantes de controle, de modo que conseguiram produzir tensões significativas no conjunto da política econômica em curso, situação que se verifica nos casos de violência com que eram atacados por latifundiários, grileiros, policiais e funcionários públicos em uma clara atitude de favorecimento do poder econômico. Suas ações, todavia, se realizam em interação com diferentes esferas do catolicismo, dentre elas a espiritual, uma vez que a religiosidade permeia as formas como estes sujeitos compreendiam o mundo a sua volta e, conseqüentemente, as lutas que travavam. A análise sobre este aspecto será realizada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

RELIGIOSIDADE POPULAR E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO: O POVO REZAVA, MAS TAMBÉM SABIA LUTAR.

“Não farás curvas a justiça e não farás distinção de pessoas; não aceitarás presentes, porque os presentes cegam os olhos do sábio e destroem a causa dos justos. Deves procurar unicamente a justiça, para que vivas e possuas a terra que te dá o Senhor teu Deus.” Deut. 16, 19-20.¹⁶⁰

O estudo da relação entre religiosidade e lutas sociais não é novidade para a historiografia. Em distintos momentos da história é possível observar o cruzamento entre religião e política, fenômeno sociocultural e político que pode ocorrer de distintas maneiras. Neste capítulo, nos interessa mais de perto, o tipo de conexão que se estabelece entre a religião, enquanto manifestação da fé e política, especialmente no que tange às lutas sociais no campo. Desta forma, partimos da compreensão de que a luta pela terra transcende o seu caráter imediatamente econômico e ganha contornos culturais significativos, o que resulta numa interação entre economia, política e religião, de modo que se torna imperativa uma análise cautelosa, a fim de escapar às armadilhas do determinismo.

Nesta perspectiva, é significativa a contribuição da historiadora Elizete da Silva, quando afirma que entende “a religião como um elemento formador da cultura e que, por isso mesmo, está em permanente interação com as variadas facetas da realidade social, a exemplo da política e das relações socioeconômicas”.¹⁶¹ Por sua vez, ao avaliar os movimentos sociais e sua ação política, a autora salienta que

[...] não existe um conceito pronto que englobe a gama de ações coletivas surgidas nas diversas sociedades. Existem diferentes formas de abordagens, mas em comum nas diversas correntes teóricas, é a ideia de que grupos sociais organizados lutam por transformações da realidade, seja no nível macro ou microsocial. Aproximamo-nos

¹⁶⁰ *Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas*. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 4. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02.

¹⁶¹ SILVA, Elizete da. Religião e movimentos sociopolíticos: entre a devoção e a insurreição. In: SILVA, Elizete da; NEVES, Erivaldo Fagundes (orgs). *Cultura, sociedade e política: ideias, métodos e fontes na investigação histórica*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2014, p. 96.

de uma concepção ampla, que concebe ações humanas de caráter coletivo em busca de direitos, justiça ou respeitabilidade social.¹⁶²

E completa seu argumento com a seguinte observação:

Ao longo da História, a religião interagiu com diversos movimentos sociais, ora legitimando-os ora condenando-os, ou se omitindo, como se a devoção ou a espiritualidade eximisse os fiéis de intercursos sociais. Por mais absenteístas ou contemplativos que sejam os grupos religiosos, relações de poder, utopias e anseios de transformações sociais também atingem crentes que aspiram ao Paraíso ou à Eternidade.¹⁶³

Desta forma, a autora corrobora com esta investigação, uma vez que parte da concepção de que religião, política, lutas e/ou movimentos sociais se relacionam mutuamente. Essa interatividade tem sido observada ao longo desta pesquisa, de modo que tem sido possível perceber, a partir das ações do clero local, o entrecruzamento entre religião e política, configurando um quadro histórico que dialoga com as considerações de Silva.¹⁶⁴ Além do mais, ao longo deste capítulo, como já apontado, pretendemos analisar um outro aspecto da relação entre religião e política que compõe esta investigação, que é acerca de como a religiosidade enquanto prática da fé interage com as lutas e ações políticas de camponeses e Igreja Católica no Extremo Sul da Bahia.

Ainda no capítulo anterior foi possível observar esse entrecruzar religioso, social e político, com as denúncias e ações de dom Filipe Tiago Broers, que juntamente com trabalhadores rurais de diferentes pontos do Extremo Sul do estado trataram de enfrentar casos de grilagem de terras, ou de exploração e violência contra posseiros, pequenos proprietários rurais, pescadores e ribeirinhos, dentre outros. O compromisso mútuo destes sujeitos com uma concepção de justiça que perpassa pela distribuição das riquezas e do acesso do mais pobre à terra, fez com que houvesse um rígido controle do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre as atividades que exerciam, principalmente aquelas relacionadas à formação social, política e profissional de quadros militantes no interior da Igreja Católica.

Estas ações, que têm à frente o líder da igreja local, são marcadas pelo aspecto institucional da religião, uma vez que o bispo de Caravelas, como vimos, utiliza de sua influência hierárquica para denunciar a violência empregada contra trabalhadores rurais nas diferentes instâncias da sociedade civil e do Estado, bem como faz uso dos meios sociais de

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ Ibid.

comunicação que a igreja dispunha (para a divulgação de questões especificamente religiosas), no intuito de denunciar a grilagem de terras e a violência contra o camponês, assim como para formar politicamente a comunidade católica da diocese. Em outras palavras, tratou-se de fazer uso do informativo da diocese para fins de política social.

Entretanto, é importante destacar que este compromisso com os trabalhadores parte de uma perspectiva que vai além dos interesses da igreja enquanto instituição, uma vez que alcança uma dimensão espiritual, tanto por parte dos clérigos, quanto dos leigos engajados e dos trabalhadores. A este aspecto, Michael Lowy salienta que:

Sua dedicação à causa dos explorados tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé.¹⁶⁵

É, portanto, patente a intrínseca relação entre a fé e moral religiosas com o compromisso institucional daqueles que compõem, ou não, o corpo de clérigos da Igreja Católica. Desta forma, as experiências de lutas protagonizadas no Extremo Sul baiano por trabalhadores rurais e membros da Igreja Católica da Diocese de Caravelas, são tecidas não somente em meio ao fogo cruzado dos conflitos que emergem com a grilagem de terras, como também ganha contornos de caráter religioso, uma vez que em sua composição a prática e vivência cotidiana da fé aparecem como elementos determinantes na legitimação da luta e defesa dos interesses dos que não possuem o domínio e direção das estruturas de poder.

Este compromisso moral e religioso do clero para com as classes subalternas permeia as experiências construídas em torno da luta pela terra no Extremo Sul da Bahia e caracterizam uma mudança de postura da Igreja Católica (ou de uma ala em seu interior), diante dos problemas sociais do Brasil e América Latina. A isto, Scott Mainwaring nos informa que:

Em anos mais recentes, facções da Igreja desenvolveram uma visão de fé que visa alterar a ordem social. As comunidades de base, em particular, têm encorajado uma percepção de fé que enfatiza a opção preferencial pelos pobres por parte da instituição, estimulando a conscientização política. Esse impulso eclesial a uma nova conscientização política e social adquire mais peso à luz de sua legitimidade

¹⁶⁵ LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 58

institucional e da visão religiosa de mundo das classes populares. As classes populares compreendem não só a política e a própria posição social como também a família, o sucesso ou o fracasso de uma colheita, saúde e doença, com referência a símbolos e práticas religiosas. A Igreja institucional não controla completamente a formação de crenças religiosas populares [...]¹⁶⁶

Assim, o compromisso e as atividades do clero engajado são fruto não somente da nova posição da igreja de “opção preferencial pelos pobres”, como é também resultado da visão de mundo das classes populares e sua apropriação dos elementos religiosos reconhecidos e institucionalizados, que ganham significados específicos quando submetidos às práticas e representações populares. Com isso, tal opção tem como corolário uma nova postura teológica que é determinada pela relação estabelecida entre o clero e as classes populares, um movimento interativo e dialético que compõe o quadro das lutas sociais que temos analisado ao longo desta pesquisa. É necessário que neste capítulo nos desdobremos em analisar o entrecruzar destes distintos elementos – religiosidade, política e lutas sociais – que configuram a totalidade histórica de que estamos tratando.

REZANDO E LUTANDO NA PRESENÇA DO SENHOR

Com base na perspectiva de que a religiosidade foi uma característica marcante das lutas sociais que se processaram no Extremo Sul da Bahia no período em que se insere esta pesquisa, procuraremos analisar, neste capítulo, de que maneira as classes subalternas, sobretudo os trabalhadores do campo, fizeram da religião um meio para a manifestação de suas aspirações políticas e sociais. Para isto, lançaremos mão de documentos que nos possibilitarão observar algumas formas de manifestação e apropriação de elementos religiosos, com vistas à crítica social e política, ou ainda, com o intuito de legitimar o confronto com outros grupos sociais. A inter-relação entre religiosidade popular e política, todavia, estende seu trânsito ao espaço privilegiado das instituições responsáveis pela normatização das leis e garantia aos direitos individuais e/ou coletivos e, com isso, percorre âmbitos, de outra forma, inacessíveis. Neste sentido, cabe ressaltar as interlocuções que se estabelecem entre o clero e as classes populares, das quais emanam produções culturais, teológicas e intelectuais que são objeto de apropriação por ambos os grupos, resultando numa interação mútua entre o clero e as camadas subalternas da sociedade. Desta maneira, intencionamos analisar os elementos religiosos constantes não apenas nas posturas e ações

¹⁶⁶ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 30-31.

dos sujeitos diante das circunstâncias que lhes são apresentadas, como também nas produções teológicas e na prática litúrgica – espaço aberto à interação entre elementos do catolicismo oficial e aqueles que remetem à religiosidade das classes subalternas, mais comumente conhecida como catolicismo popular.

Como vimos no capítulo anterior, o processo de desenvolvimento do capitalismo no Extremo Sul baiano ensejou intensos conflitos em torno da posse da terra, uma vez que o meio escolhido para a constituição de uma economia que atendesse às demandas do mercado internacional foi o campo, lugar em que se assentavam populações, cujo modo de vida tradicional, alheio às relações de tipo capitalista, contrastava com a demanda mercadológica de liberação da terra para que fosse possível empreender a política econômica de que lançaram mão os governos militares e da Bahia.

No intuito de tornar manifesta sua oposição à política governamental, à grilagem de terras e a toda ordem de violência de que eram alvo, os trabalhadores do campo utilizaram-se dos meios que dispunham, dentre estes, o espaço religioso – institucional e simbólico. Sua presença em tal espaço não deixou de ser notada pela igreja da Diocese de Caravelas, que tratou dar visibilidade às suas manifestações nas páginas do informativo diocesano que na edição de maio de 1981 noticiou que, reunidos em Posto da Mata, Bahia, a fim de comemorar o 1º de maio, foi realizada

[...] com a presença de alguns trabalhadores de Itabatan juntos aos daqui uma celebração Eucarística com procissão e uma dramatização feita pelos trabalhadores também muito espontânea. Eles traziam na procissão de S. José com seus enfeites da natureza como frutas de muitas qualidades, o andor ficou uma beleza com os ramos de melancia, canas etc... Cinco (5) dos companheiros foram amarrados caminhando na procissão, chegando na Igreja eles contaram o porque estavam amarrados. Deu a entender que poucas pessoas entendem a situação, só eles e alguns porque estão vivendo esta realidade dura e desumana que a nossa sociedade nos obriga a viver. É bom dizer que muitos levaram suas ferramentas, como enxadas, plainas, foices,, machados, facões, tesouras até gamelas apareceram. Estão com muita devoção e respeito. Na hora das ofertas colocara todos perto do altar para oferecer ao Senhor a sua luta que não é fácil.¹⁶⁷

Apresenta-se aqui uma ação direta dos trabalhadores na celebração do culto católico, em que as formalidades da liturgia romana se abrem às manifestações da religiosidade popular. Os elementos simbólicos que aparecem no momento da procissão, faz da celebração um espaço para a denúncia às injustiças sofridas por aquelas pessoas. É possível imaginar a

¹⁶⁷ *Boletim Diocesano*. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 2, n 6, Maio 1981, p. 7. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

força e o impacto da cena em que os trabalhadores seguiam a procissão amarrados, uma teatralização da vida real que alcança o ambiente público das ruas através da produção e reprodução do sagrado. Nestes espaços – o público e o sagrado –, a imagem construída com o objetivo de dar visibilidade ao que ocorria no campo – distante dos centros urbanos, onde a opinião pública é forjada –, possivelmente alcançou sujeitos de diferentes níveis sociais e econômicos, exposição que ocorrera, provavelmente, ante aos olhos dos próprios militares, latifundiários, grileiros e jagunços. Infelizmente não dispomos de documentação que nos permita vislumbrar as repercussões deste dia comemorativo para as comunidades de trabalhadores rurais de Posto da Mata e Itabatã. Contudo, sua realização no espaço privilegiado de produção do sagrado e sua publicização num instrumento de comunicação próprio da Igreja Católica, permite, no mínimo, dizer que aquele ambiente foi apropriado pelas camadas populares, que dele souberam utilizar a fim de tornar acessíveis a outros grupos sociais, suas perspectivas de justiça e dignidade.

Além disso, o ato também foi marcado pela produção de imagens que remetem à manutenção da vida, como a apresentação de frutas de diversos tipos e os ornamentos do altar compostos de ramos de melancia e de cana-de-açúcar. A apresentação destes junto ao lugar onde ocorre a celebração do sacramento eucarístico, estabelece uma relação simbiótica entre vida material e espiritual: uma é condição intrínseca para a realização da outra. Em outras palavras, apresentar os resultados da produção agrícola ao “altar do Senhor” é sinal do lugar ocupado pela religião no modo de vida tradicional daqueles trabalhadores. Uma colheita farta ocorre quando as bênçãos divinas são derramadas sobre a lavoura que, por sua vez, é a base de sustentação econômica da qual emerge a religiosidade e a cultura daquele povo, a partir de então, ameaçadas pela ofensiva do capital que tudo arrasa.

Como o milagre que faz a planta brotar e promover o sustento depende também da capacidade humana de intervir na natureza, são apresentadas junto ao altar as diferentes ferramentas com que se realiza o trabalho agrícola, de modo que o trabalho, ao contrário de ser entendido como um fardo ou maldição, é considerado por aqueles trabalhadores, dádiva divina, sinal da participação humana no ato milagroso de produção e reprodução da vida, logo, trata-se do estabelecimento de uma relação dialética entre o humano e o divino. Dessa forma, o grande capital é associado à representação maligna daquele que só faz o mal, o inimigo de Deus, que investe sobre o seu povo com o objetivo de arrancar-lhes a vida, situação que é apresentada também no altar na forma das lutas e dificuldades que não são

poucas. Portanto, a comemoração do 1º de maio de 1981 em Posto da Mata representa uma outra frente de lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais no Extremo Sul da Bahia, que é aquela que se processa no campo da simbologia e das representações, intrinsecamente relacionada à terra, ao trabalho, à vida.

Segundo Roger Chartier

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos com a posição de quem os utiliza [...] Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.¹⁶⁸

Podemos considerar, pois, o conjunto de símbolos e representações que é produzido na comemoração do 1º de maio, como parte de uma luta que transcende ao imediatamente económico, o que não significa sua ausência. A produção simbólica dos elementos que aparecem naquela manifestação religiosa tem o objetivo de contrapor à investida capitalista que também se realiza no campo da simbologia e das representações, uma vez que parte de uma suposta necessidade de superação do atraso regional no que se refere à industrialização, descompasso este que se materializa na presença de comunidades rurais tradicionais no Extremo Sul baiano, reproduzindo um modelo de existência antagónico à sociedade industrial. Desta forma, pensar o processo de industrialização do Extremo Sul da Bahia, requer compreender que sua realização perpassa pela construção de consenso em torno da questão, o que se processa necessariamente no campo da cultura, da política, da opinião pública, da economia enquanto área do saber, dentre outras.

Enquanto aqueles trabalhadores rurais construía uma representação do seu universo sociorreligioso no intuito de apresentar à sociedade uma perspectiva que confrontasse a ideologia mercadológica da apropriação capitalista da terra, na sua contramão, oito anos antes eram publicados no jornal O Estado de São Paulo, anúncios e notícias de empreendimentos privados que tinham incentivos do Governo Federal, cuja atividade económica era voltada

¹⁶⁸CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002, p. 17.

para a eucaliptocultura e prometia uma produção em larga escala de papel e celulose, com vistas a atender à demanda internacional. Neste sentido, os rendimentos esperados eram grandes e a publicidade sobre os mesmos procurava atrair mais investidores. O sucesso do investimento seria assegurado pelo desenvolvimento de uma infraestrutura capaz de atender as diversas etapas do processo produtivo, de forma que se elaborava uma representação em torno da rentabilidade da indústria de papel e celulose.

Como vimos no capítulo I, o Extremo Sul da Bahia é uma região de dilatação de fronteiras, com significativo trânsito demográfico com Minas Gerais. Todavia, além de Minas, esta região comunga de processo semelhante com o estado do Espírito Santo, tanto no que tange ao fluxo demográfico, quanto à produção econômica. A indústria do eucalipto que abocanha grandes parcelas de terras nesta parte da Bahia, tem sua entrada a partir do norte do Espírito Santo, região com a qual faz fronteira. Deste modo, significa dizer que o início desta indústria no estado vizinho, projetava-se intencionando a aquisição de terras na Bahia. Nestes termos, tem destaque duas empresas que começaram suas atividades no Espírito Santo: uma, subsidiária da Vale do Rio Doce – mas, também composta por capital japonês –, a Flonibra; outra, a Aracruz Papel e Celulose cujo funcionamento antecede as atividades da empresa nipo-brasileira. A abertura de novas estradas, como a BR 101, e a construção de portos no Espírito Santo foram fatores preponderantes para que o empreendimento se realizasse, como é possível observar no anúncio (página 116) da Aracruz Papel e Celulose, publicado no jornal O Estado de São Paulo, no ano de 1973.

A propaganda trata de construir a ideia de uma rentabilidade segura e promissora, já que antes mesmo de iniciar a atividade de manufatura, havia um contrato que assegurava a comercialização do produto no mercado europeu. Logo, investir em tal indústria seria uma oportunidade de realizar um negócio rentável, visto que se tratava de um ramo novo na produção brasileira e a participação dos investidores corresponderia a diferentes partes do processo produtivo. Para afirmar a seguridade do investimento e sugerir a certeza do lucro, o anúncio apresenta a informação de que a empresa contava com uma infraestrutura adequada, como estrada e porto que favoreciam o escoamento da produção, o que pode ser observado na leitura do mapa. Por sua vez, o discurso que é tecido no anúncio defende que o atraso relacionado a uma região até então marcadamente de fronteira agrícola fora superado, uma vez que há a garantia de que o capital investido não se perderia no “meio do mato”, pois tratava-se de um negócio que caminhava de acordo com os ideais de um país que consolidava

seu processo de industrialização, desta forma, conquistando o rol de nação civilizada, uma vez que a referência à palavra mato remete ao inóspito, inculto, incivilizado, rústico, atrasado, etc. Assim, pode-se inferir que há a produção de um discurso cuja representação procura construir o consenso em torno da capacidade da indústria do eucalipto de promover a redenção regional a partir do desenvolvimento industrial e econômico de uma região até então inassistida pelas forças produtivas do mundo capitalista, o que não tardaria a tomar os rumos da Bahia.

Figura 2. Anúncio da Aracruz Celulose no jornal O Estado de São Paulo¹⁶⁹



**Na Aracruz
o seu dinheiro
não fica perdido
no meio do mato.**

Quando você aplica na Aracruz, você participa do reflorestamento e da fábrica de celulose.

Isto representa seguras perspectivas de resultados para seu investimento.

Porque a celulose é um produto de alta cotação no mercado internacional.

Só para você ter uma idéia da sua procura, a produção inicial da Aracruz já está reservada para o mercado europeu.

Entre neste projeto e lucre.

A Aracruz é um projeto integrado: fábrica e reflorestamento. E fica junto ao mar, no Espírito Santo (dê uma olhada no mapa ao lado).

Isto quer dizer que a Aracruz terá condições ideais de transporte, garantindo alto potencial de lucro para seu produto no mercado internacional.

Aplice na Aracruz Celulose S.A. O seu dinheiro não vai ficar perdido no meio do mato.

Fale com os Agentes do Banco de Investimento do Brasil - BIB, os gerentes das agências da União de Bancos Brasileiros ou com as instituições financeiras autorizadas.

**ARACRUZ
CELULOSE S.A.**
Av. Augusto Severo, 8 - 5.º andar
Tels.: 224-0699 - 232-7010
Rio de Janeiro - GB.

Instituições financeiras consorciadas:
Banco de Investimento do Brasil - BIB
Banco Bozano, Simonsen de Investimento
Banco Brascan de Investimento

Fonte: Site o Estadão

¹⁶⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. *Na Aracruz o seu dinheiro não fica perdido no meio do mato*. Quarta-feira, 7 de novembro de 1973, p. 22. cf.: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730926-30214-nac-0012-999-12-not/busca/Aracruz+celulose> Acesso em: 28 de maio de 2017.

Dois anos mais tarde, o mesmo jornal divulgou uma nova notícia acerca das perspectivas de empreendimento da indústria do eucalipto, desta vez, com referências diretas ao Extremo Sul baiano o que, por sua vez, nos permite compreender como as terras baianas se transformaram em alvo da eucaliptocultura. Na edição de 5 de julho de 1975, O Estado de São Paulo publicou que

A Flonibra, criada pela Companhia Vale do Rio Doce associada a capitais japoneses, adquiriu uma área de 50 mil hectares no norte do Espírito Santo para produzir até 1980 três milhões de toneladas de madeira e 800 mil de celulose anualmente. A nova empresa está se expandindo no setor de reflorestamento no sul da Bahia e seus diretores admitem como terceira etapa de produção a fabricação de papel [...] o faturamento previsto da Flonibra é de 310 milhões de dólares, estando a empresa destinada a atuar no Espírito Santo e em outras regiões onde haja condições econômicas para sua instalação e desenvolvimento. Inicialmente ela ocupará um terreno de 50 mil hectares ao norte do Estado para construir a indústria e negocia com o governo baiano a aquisição de terras no Sul da Bahia [...] em virtude dos preços inferiores cobrados nessa região [...]¹⁷⁰

Como vimos a entrada do eucalipto no Extremo Sul baiano ocorre pela dilatação das fronteiras com o norte do estado do Espírito Santo, a partir de uma dinâmica econômica que transcende os limites impostos pela representação política que estabelece a fronteira entre os dois estados. Esta zona projetada para o plantio do eucalipto é determinada pelas mesmas características que as mencionadas no caso da implantação da Aracruz Celulose no nosso vizinho do Sul, que são as condições favoráveis à produção – terra fértil – e ao escoamento do produto, uma vez que a região é atravessada pela BR 101, ligando os dois estados, que não coincidentemente, possuem terras banhadas pelo Oceano Atlântico. Além disso, a inexistência de empreendimentos industriais que demandassem grandes extensões de terras, propiciava uma suposta disponibilidade destas, somando-se a outra vantagem que é o baixo valor, como afirma O Estado de São Paulo. A promessa de um faturamento auspicioso corrobora para a legitimação do projeto, uma vez que não se trata de uma notícia que, por acaso, foi parar nas páginas daquele jornal, mas de um discurso construído com a intencionalidade de produzir um efeito determinado no mercado de investimentos, no meio político e na sociedade de forma mais ampla, de maneira a chamar a atenção para a importância econômica de tal projeto e sua viabilidade.

¹⁷⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto desequilibra os fabricantes de papel*. Terça-feira, 1 de julho de 1975. cf.: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750701-30755-nac-0036-999-36-not/busca/Flonibra> Acesso em: 28/05/2017.

No que tange à luta de representações, pode-se formular que a atividade jornalística lança mão de categorias culturais que se distinguem daquelas construídas pelos trabalhadores rurais de Posto da Mata e Itabatã, uma vez que utiliza da linguagem econômica e matemática como forma de endossar um argumento que procurava legitimar a introdução da indústria do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia. Outrossim, faz uso também de elementos próprios à Geografia, com uma pontual apelação para a existência de terras supostamente disponíveis para que a indústria pudesse funcionar vigorosamente, bem como utiliza como recurso a ideia de uma negociação política que colocaria em pauta a existência de interesses em comum entre os setores público e privado.

Nesta perspectiva, o noticioso continua sua argumentação com as seguintes informações:

A área pretendida na Bahia não está desapropriada e está sujeita a um decreto que a declara prioritária para reforma agrária pelo INCRA. O governo da Bahia, ao mesmo tempo que enviou pedido ao senado para liberar a região, está temeroso de criar problemas sociais pois ali vivem pequenos produtores. Paralelamente, a presença das florestas da Flonibra, segundo o governo estadual, livraria o sul do Estado de um grave problema de destruição que vem ocorrendo em larga escala, sem que a Bahia disponha de recursos para conter a derrubada de matas e reflorestar [...] Em 1979 entra em funcionamento uma fábrica no Espírito Santo; 1982 uma no sul da Bahia e em 1984 outra também no sul da Bahia, dependendo apenas das negociações com o governo para a compra das terras. A produção de papel, por outro lado, está no pensamento dos diretores, confessa Castro Teixeira, como terceira etapa da ação. Mas a direção explica que qualquer empreendimento nesse setor terá que contar com a participação das empresas jornalísticas e a Flonibra só entrará no esquema de comercialização no país se houver oportunidade.¹⁷¹

Trata-se de uma produção discursiva que está de acordo com os ideais e perspectivas do grande capital. A presença de posseiros, pequenos proprietários e camponeses, apesar de ser apresentada como um possível problema social, já que a liberação das terras implicava na remoção arbitrária das populações que habitavam a região, é minimizada logo em seguida, visto que apresenta novamente a capacidade redentora da indústria do eucalipto, desta vez, do ponto de vista ecológico, pois frearia o processo de derrubada da mata atlântica e, ao mesmo tempo, promoveria o reflorestamento da região. Entretanto, o que O Estado de São Paulo se recusa a dizer, é que não se tratava de reflorestar a região com espécimes nativas, mas de introduzir uma planta estranha – que se espalharia como praga – cuja finalidade é a derrubada

¹⁷¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto desequilibra os fabricantes de papel*. Terça-feira, 1 de julho de 1975. cf.: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750701-30755-nac-0036-999-36-not/busca/Flonibra> Acesso em: 28/05/2017.

para sua transformação em papel e celulose. Logo, a introdução das florestas de eucalipto deve ser tratada em termos econômicos, ou seja, em vez de plantar árvores, o processo tem como finalidade produzir mercadorias.

Por sua vez, a presença humana nas terras pretendidas pela Flonibra era um problema que deveria ser resolvido pelo governo baiano, de forma que a empresa escapasse ileso de toda propaganda negativa relacionada às questões éticas e morais que surgiriam com a expulsão das pessoas das terras pretendidas pela indústria do eucalipto. Desta forma, ao fato que a terra deveria ser destinada à reforma agrária, é apresentado o contraponto da rentabilidade financeira proporcionada por um empreendimento com o porte da Flonibra, que previa inclusive, sua expansão, apontando para uma maior concentração de capital nos anos seguintes. Enfatiza-se ainda, a promessa de abertura de duas fábricas no pequeno intervalo de dois anos, elemento utilizado para pressionar o governo a liberalizar a ação da empresa sobre as terras baianas. A divulgação de tal notícia, de que se tratava de um empreendimento necessário, corrobora para convencer a sociedade já que consigo vinha também a promessa de criação de postos de trabalho diretos e indiretos, fator que proporcionaria uma melhoria econômica dos comércios locais, uma vez que os operários da indústria de papel e celulose e suas prestadoras de serviços residiriam nas vilas e cidades da região, de modo a movimentar as economias locais.

Por outro lado, um novo dado é apresentado, referindo-se à importância do apoio das empresas jornalísticas para que o projeto da indústria eucalipteira fosse referendado. O jornal Estado de São Paulo não deixa claro de que forma os jornais contribuiriam para a ratificação das pretensões da Flonibra. Todavia, é possível levantar pelo menos duas possibilidades de apoio à indústria do eucalipto pelo ramo das comunicações: a) através do discurso jornalístico que trabalharia na construção do consenso em torno da importância da consolidação de tal projeto, o que garantiria o apoio de diferentes setores da sociedade civil, de grupos comerciais e financeiros, além de amplos setores do empresariado, o que corrobora e pressiona o governo baiano a aprovar o projeto; b) com base no interesse direto dos jornais na impressão de seus exemplares, uma vez que a indústria nacional de produção de papel e celulose aumentaria significativamente sua produção, de forma a baratear os custos de impressão dos jornais, de maneira a possibilitar maiores tiragens de seus exemplares o que, por sua vez, permitiria ampliar o público que teria acesso à mercadoria jornal, o que aumentaria os lucros com as vendas diretas do produto, mas também com as vendas de anúncios, já que, com a ampliação

das tiragens excede-se também o público, logo, há um maior alcance de propaganda para as empresas que investem em anúncios de jornais, além de ampliar sua capacidade de influir sobre a opinião pública.

Percebe-se com isso, que o grande capital lança mão do discurso jornalístico com a finalidade de projetar representações, ainda que implícitas, que minimizassem as justificativas éticas e morais que endossavam a realização de uma reforma agrária com vistas a garantir a permanência dos homens e mulheres que habitavam o meio rural, em seu ambiente de origem. Entretanto, apesar da disparidade de poder entre a indústria do eucalipto e o pequeno proprietário rural, posseiro ou trabalhador, estes, com as ferramentas que tinham acesso, cuidavam de se contrapor à invasão e assédio que sofriam. Em outras palavras, significa dizer que estes sujeitos, com o auxílio da Diocese de Caravelas, tratavam de enfrentar aqueles que pretendiam tomar suas terras, com elementos simbólicos que remetiam à religiosidade popular, à noção de justiça de que comungavam e para a qual encontravam nos textos bíblicos a devida justificativa e legitimidade.

A fim de melhor compreender as apropriações do livro sagrado dos cristãos e a relação estabelecida entre as passagens bíblicas e as circunstâncias a que aqueles sujeitos estavam submetidos, observemos o dilema vivenciado em 1981 pelos camponeses do Extremo Sul baiano, em função dos grandes empreendimentos industriais na região.

FIRMES NA TERRA

“Córrego das Ostras”

“Itabatã”

“Eunápolis”

“Ponta Grande”

“Vale Verde”

“Itamaraju”

“Barcelona”

todos eles são áreas de conflito, de tensão, de sofrimento.¹⁷²

A chamada para a divulgação da notícia já nos permite perceber que ainda no início da década de 1980 o avanço da indústria e das formas de relações sociais de produção tipicamente capitalistas, já havia se expandido por todo o Extremo Sul baiano. Como é possível observar no mapa da página 123, os municípios de Mucuri (sede municipal de Córrego das Ostras e Itabatã), ao sul e Eunápolis, ao norte encontram-se em pontos limítrofes

¹⁷² *Boletim Diocesano*. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 2, n 5, Março 1981, p. 9-10. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

da região, o primeiro faz divisa com o Espírito Santo e o segundo com o Sul da Bahia. Porém, há outro indicativo que é a universalização da luta de classes por toda a região, mais especificamente, em torno da posse da terra, motivo este que garante a firmeza dos trabalhadores rurais em sua luta para permanecer na terra. Além disso, os lugares descritos no texto indicam que o movimento de expansão do capital e dos conflitos que daí emergem se processam também no sentido leste/oeste, uma vez que Barcelona (município de Caravelas) encontra-se num ponto entre Ibirapôã, Teixeira de Freitas e Caravelas, de modo que a área territorial deste município vai do litoral ao interior, aproximando-se da fronteira com Minas Gerais. Podemos entender, com isso, que há um processo de homogeneização da região no que tange às formas de produção e reprodução do capital, bem como das relações sociais de produção de tipo capitalista.¹⁷³

Em seguida, o Boletim Diocesano indaga:

E, COMO VÃO OS NOSSOS IRMÃOS POSSEIROS?

Estão unidos. Quem nasceu e se criou na terra, está enraizado lá; se arranca, morre. A luta pelos seus direitos na Justiça continua pelo caminho legal. Dia 1o de março Sr Benedito e o Sr Estevão foram de novo para Salvador, levando o pedido dos seus companheiros perante a FETAG, o INTERBA, o DEPIN, e ao nosso GOVERNADOR.

No dia 8 de março, que era declarado “DIA DA MULHER”, já estavam lá Delcita e Jamília, esposas dos posseiros das ostras. Foram convidados de depor os acontecimentos e os sofrimentos vividos por elas nestes dias de expulsão e atualmente, perante uma grande Assembleia de mulheres do capital.

Receberam muito apoio e carinho. Uma senhora chegou até de dizer: “A gente luta pelo aumento do salário, mas se vocês não podem plantar, nunca a gente vai ter salário suficiente para comprar os mantimentos que vem de fora. A gente precisa se unir a vocês e apoiar vocês na luta pela terra.”¹⁷⁴

O discurso do pequeno informativo é permeado de simbologia. A relação do homem e da mulher com a terra é imediatamente apresentada e aponta para o caráter dessa relação, que é de interdependência, com sérias implicações para os sujeitos que com ela se relacionam, caso haja o rompimento dessa relação. Todavia, as investidas para desarranchar os homens e mulheres que habitavam no campo não são acompanhadas de uma postura conformista, mas por sua antítese, que é a luta de classes que se processa, inclusive, pelo interior das instituições governamentais, a fim de garantir pelas vias legais a permanência na terra. O Direito é entendido por estas pessoas como a representação da justiça e, neste caso, esta

¹⁷³ Partimos aqui da perspectiva teórica sobre região abordada por OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. *Planejamento e conflito de classes*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

¹⁷⁴ *Boletim Diocesano*. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 2, n 5, Março 1981, p. 9-10. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

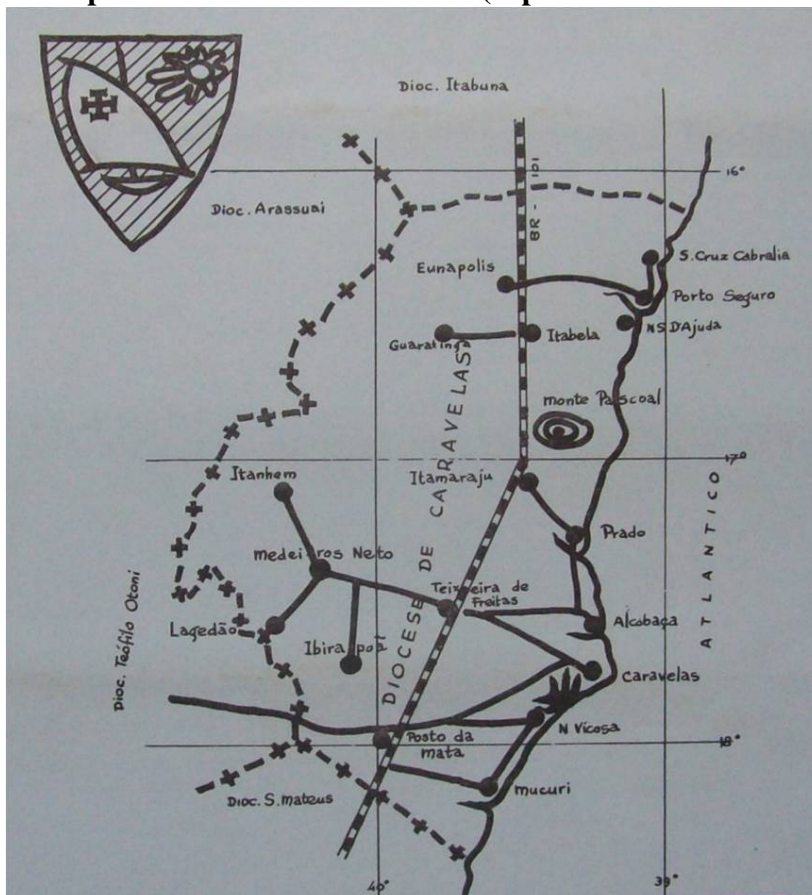
perpassaria pela garantia de permanência na terra por parte do Estado. Aqueles homens e mulheres compreendem bem o caráter abstrato do Estado e das instituições no seu interior, bem como daquilo que é legal juridicamente e, no esforço de fazer esse sistema de representações operar em seu favor, transitam por diferentes órbitas e instâncias de representação para que estas garantissem o direito básico de permanência em suas terras, o que transcende ao nível da abstração, pois reflete diretamente na manutenção, ou não, das vidas daqueles homens e mulheres.

Além do que, observa-se também o protagonismo feminino tanto no enfrentamento da opressão e injustiça, quanto no que diz respeito à solidariedade de classe. Os depoimentos de Delcita e Jamília no dia 8 de março de 1981 (dia da mulher) em Salvador é indicativo de que estas assumiram resolutamente a defesa pelo direito de plantar e colher tudo aquilo que produziam em suas terras, ou seja, defendiam não somente a garantia de sua produção econômica, mas do seu modo de vida particular, suas peculiaridades culturais e religiosas, pois a morte ocasionada pela expulsão da terra não é somente física, mas também da mentalidade, cultura, religião e política próprias do grupo a que pertenciam. Por outro lado, reivindicar este direito básico e tudo o que ele representa transcende os limites da comunidade rural de Córrego das Ostras e se estende às zonas urbanas, uma vez que é no meio rural que se produz os alimentos que garantem a vida de toda a população e as mulheres que acompanhavam o depoimento daquelas duas trabalhadoras rurais, compreendiam muito bem que o projeto econômico que se expandia pelo Extremo Sul baiano não estava vinculado à produção de alimentos, mas de madeira para a indústria de papel e celulose, cujos mercados consumidores se encontravam do outro lado do Atlântico.

Tornava-se imperativo o apoio às lutas das mulheres de Córrego das Ostras, pois a permanência daquelas em seu lugar de origem era garantia de manter a oferta de alimentos a um custo acessível, uma vez que, quanto mais distantes as zonas de produção de víveres, mais altos são os custos para a aquisição destes. Como vimos no capítulo 2, a introdução da eucaliptocultura no Extremo Sul da Bahia implicou na apropriação de terras produtoras de alimentos pela monocultura do eucalipto, uma mudança de setor econômico arbitrária e que caminhava em contraposição ao discurso dos governos militares de incentivo às zonas produtoras de alimentos, com o objetivo de aumentar a oferta destes nos centros urbanos, como tentativa de melhorar as condições de vida dos trabalhadores urbanos. Durante aqueles dias os trabalhadores rurais do Extremo Sul da Bahia visitaram diferentes instituições

governamentais, em busca de solução aos problemas que enfrentavam. Em sua visita Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) conseguiram com que os representantes do instituto se deslocassem até a localidade, para resolverem os impasses referentes aos conflitos, o que foi acompanhado por dom Filipe Broers, que recebeu a garantia de que se chegaria a uma solução. É patente no discurso produzido pelo Boletim Diocesano, a disparidade econômica entre aqueles trabalhadores e trabalhadoras e os grandes fazendeiros e médicos da região que se apropriavam das terras camponesas e que para isto se valiam do poder econômico, como meio para forçar as estruturas jurídicas a resolverem os litígios em favor dos endinheirados. Neste sentido, enquanto o trabalhador rural e o posseiro trabalham na produção de alimentos, seja para sua subsistência ou para o fornecimento aos comércios locais, os grandes fazendeiros e médicos se apropriam da terra com vistas a lucrar, seja na criação de gado, com a ampliação de seus rebanhos, ou na especulação financeira da terra, em virtude de sua valorização com a entrada da indústria eucalipteira na região.

Figura 3. Mapa do Extremo Sul da Bahia (capa do informativo diocesano)



Fonte: *Boletim Diocesano*. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 2, n 5, Março 1981, p. 01. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

Assim, enquanto aguardam a concretização da promessa do INTERBA ao bispo de Caravelas,

[...] os posseiros estão espalhados, mas unidos. Uns trabalham em Pedro Canário [ES] e na Barra de São Francisco [ES], outros em Itabatã, Posto da Mata, Pouso Alegre e por aí nas roças. Uma grande dificuldade é a injusta acusação dos fazendeiros, de que eles eram “invasores” e criminosos, e que, muitas vezes por isso não dão trabalho a eles. [...] Ora, o invasor é aquele que toma a propriedade legal de alguém com violência [por meios] ilegais para si. Justamente o contrário ocorreu, grande parte dos posseiros foi invadido, ocupando a terra 20, 40, e no caso das Ostras mais de 100 anos provados. Foram invadidos com tanta violência que não conseguiram resistir, e o lobo que entrou pela porta de trás, está lá, abusando [da] lei e justiça. [...] Houve, sim, outros camponeses, que obrigados pela fome, na procura de trabalho, ouviram falar de “TERRAS DEVOLUTAS” do estado. Eles entraram e roçaram e plantaram na boa fé que eram terras devolutas, ao contrário. Eles foram roubados de ferramentas, de documentos, de objetos pessoais e das plantações. Como é possível, que um grande fazendeiro com praticamente 2.000 ha terra, tem necessidade de roubar a plantação, o feijãozinho de um pobre roceiro em vez de devolver ao menos isso? Jesus disse: “SE ALGUÉM FIZER MAL, OU SIRVA DE ESCÂNDALO PARA UM DOS MEUS PEQUENOS, SERIA MELHOR, SER LANÇADO NO FUNDO DO MAR COM UMA PEDRA AMARRADO NO PESCOÇO”. (Mat. 18,6)¹⁷⁵

Os impactos dos conflitos causaram prejuízos incomensuráveis àqueles camponeses, visto que já não podiam mais habitar a terra, pois encontrava-se litigiosa, e lhes faltava inclusive a oportunidade de trabalho na propriedade alheia, pois a resistência à expulsão de suas casas resultou na emergência de uma representação que impõe ao camponês o lugar do invasor, daquele que se apropria do bem alheio indevidamente, um tipo de inversão da realidade, uma estratégia discursiva de relativização dos fatos, cuja intenção é obrigar o camponês a migrar para regiões cada vez mais distantes na tentativa de encontrar uma colocação no mercado de trabalho, afastando-o da sua terra. Isto, por sua vez, poderia refletir negativamente pois a legitimidade da reclamação acerca da posse da terra, viria, certamente, da sua presença nesta, ou dos sinais de que esteve presente e cultivando-a. Exemplo disso foi tratado no capítulo 2, quando imediatamente após a expulsão das famílias de Córrego das Ostras, doutor Rafael de Castro tratou de enviar tratores e caminhões para a terra dos camponeses, a fim de apagar todos os sinais da presença destes naquelas terras, o que se deu em seguida à publicação da notícia de que o INTERBA se dirigiria à região para resolver as querelas das Ostras.

Entretanto, numa clara tomada de partido em favor dos camponeses de Córrego das Ostras, o Boletim Diocesano trata de corrigir as distorções discursivas e denuncia as

¹⁷⁵ *Boletim Diocesano*. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 2, n 5, Março 1981, p. 9-10. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

estratégias de expulsão dos camponeses da terra para lugares longínquos. Ao fazer isto, o informativo procura desconstruir a pecha de invasor atribuída ao camponês, através de uma análise semântica do conceito. A invasão, a partir da ótica do Boletim Diocesano, se faz acompanhar de uma ação violenta e ilegal que impõe uma inversão da ordem estabelecida, o que resulta na expropriação camponesa da terra e não o contrário. É, portanto, o camponês quem é invadido e diante da violência é arrancado da terra que habitava por gerações – muitas famílias estavam lá há 20, 40 ou mesmo 100 anos.

A metáfora do lobo constitui uma representação imagética que opõem o grileiro e o grande capital – bem como os interesses que permeiam a invasão do lugar de produção da vida daqueles trabalhadores rurais – ao camponês, entendido nesse discurso como cordeiro, indefeso ante ao poder bélico e econômico dos invasores. A imagem implícita do cordeiro ainda permite duas conotações bíblicas: a) a de Cristo, o cordeiro imolado porque ousou desafiar os poderosos das terras por onde passava, ao denunciar as injustiças impostas às classes subalternas do mundo judeu de sua época, cuja imolação foi realizada com o aval dos representantes do Império Romano, logo, com a anuência dos responsáveis pela manutenção da lei e da ordem; e b) o cordeiro ou a ovelha enquanto rebanho do Deus altíssimo, sujeitos por quem o Deus da justiça empenharia todos os esforços para salvar uma única delas que se desviasse do caminho. Neste sentido, a analogia pode representar os esforços empreendidos por uma igreja que se coloca na linha de fogo entre o camponês e o grande capital, para que o primeiro continuasse a habitar a terra em que nascera e vivera, ou ainda, aqueles que naquelas terras encontraram o pasto reservado pelo Deus que a suas ovelhas apascenta, de forma que os habitantes antigos de Córrego das Ostras e os camponeses que ali chegaram no intuito de cultivar terras devolutas constituíam todos, o rebanho metafórico da bíblia.

Deste modo, todo o mal denunciado pelo Boletim Diocesano – o roubo das plantações, das ferramentas, documentos, do feijãozinho –, por parte de quem possui terras em grande quantidade, tem a sua sentença decretada: “SE ALGUÉM FIZER MAL, OU SIRVA DE ESCÂNDALO PARA UM DOS MEUS PEQUENOS, SERIA MELHOR, SER LANÇADO NO FUNDO DO MAR COM UMA PEDRA AMARRADO NO PESCOÇO”.¹⁷⁶ A construção de um discurso que toma o partido dos trabalhadores do campo extrapola os limites materiais dos conflitos e lança uma condenação moral ao capitalismo industrial, ao latifúndio e à grilagem de terras. A passagem bíblica retirada do livro de Mateus, aponta que Deus está do

¹⁷⁶ *Boletim Diocesano*. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 2, n 5, Março 1981, p. 9-10. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

lado dos pobres e quem comunga da crença na vida após a morte, tem o dever moral de agir em defesa dos menos favorecidos, caso sua intenção seja habitar o paraíso cristão. O católico de posse do informativo da diocese, se deparava diante de um dilema: tomar irresolutamente o partido dos injustiçados, mais especificamente daqueles que foram expulsos de suas terras em nome de interesses econômicos, ou arcar as consequências da fúria divina contra a opressão.

EXPRESSÕES DO CATOLICISMO POPULAR DIANTE DAS LUTAS E CONFLITOS QUE SE PROCESSAVAM NO EXTREMO SUL DA BAHIA

A produção de representações acerca dos conflitos em torno da terra no Extremo Sul da Bahia, se estende, no mínimo, ao longo do primeiro quinquênio da década de 1980. Durante este período é possível observar tais produções, e boa parte delas estão ligadas à luta pela terra. Na edição do informativo diocesano de 15 agosto de 1984 são narrados casos de violência contra trabalhadores, ações de populares diante de uma situação de injustiça e reuniões de comunidades rurais para a reflexão de textos bíblicos, à luz da crítica social. Há, além disso, a publicação de passagens de diferentes livros bíblicos, em homenagem ao mês da bíblia. Entretanto, não nos parece que a publicação de determinadas passagens bíblicas em alusão a setembro (o mês da bíblia), seja resultado de uma seleção aleatória, ao contrário, passagens como a que veremos a seguir foram, possivelmente, selecionadas com o objetivo de estabelecer uma correspondência com os casos narrados no respectivo informativo. A publicação, já citada na epígrafe, alerta:

Não farás curvas a justiça e não farás distinção de pessoas; não aceitarás presentes, porque os presentes cegam os olhos do sábio e destroem a causa dos justos. Deves procurar unicamente a justiça, para que vivas e possuas a terra que te dá o Senhor teu Deus.¹⁷⁷

O texto vai de encontro ao contexto socio-histórico em que emergem as lutas em torno da terra no Extremo Sul baiano. Como visto anteriormente, aplacou-se sobre as populações rurais um projeto de desenvolvimento econômico empreendido pelos governos militares, que visava promover o desenvolvimento da região nos parâmetros do mercado internacional, com a implantação de uma indústria que fosse capaz de atender à demanda do capital estrangeiro para a produção de papel e celulose. Além do que, o processo de aquisição das terras baianas

¹⁷⁷ Deut. 16, 19-20. In: *Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas*. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 4. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02.

tinha também como objetivo, viabilizar o projeto governamental de produção de álcool, produto destinado ao abastecimento de veículos que foram desenvolvidos com o objetivo de driblar a deficiência nacional em derivados de petróleo. Estes projetos, tornavam necessárias a aquisição de grandes faixas de terras, que eram obtidas em boa medida, através da grilagem e violência, como já foi apontado no capítulo anterior.

O impacto da grilagem e violência que assolavam as comunidades rurais, causava distorções no seu modo de vida tradicional, com impactos sobre o universo cultural e religioso daqueles sujeitos. O catolicismo popular é o elemento que faz a ligação entre o que ocorre no plano material e imaterial do universo sociocultural e econômico destas comunidades rurais, determinando como compreendem e se posicionam diante das injustiças com as quais se deparam. A publicação da passagem bíblica extraída do livro do Deuteronômio é, desta maneira, um elemento que nos ajuda a compreender o universo sociocultural em que estão imersos e de que são produtoras as diferentes categorias de trabalhadores rurais do Extremo Sul da Bahia; é sintomática também do compromisso moral e religioso do clero local que, por sua vez, está alinhado às propostas de uma nova teologia, cuja opção preferencial pelos pobres estabelece o ponto central da ação.

Considerando, o contexto regional em que os trabalhadores rurais eram violentados por agentes do Estado e por particulares – sob os olhos de quem deveria zelar pelo comprimento da justiça –, o texto selecionado trata de denunciar a corrupção que ocorre nas instâncias mais altas do Estado envolvendo os diferentes poderes, uma vez que toma como elemento central as distorções da justiça com vistas a favorecer aqueles que possuem poder aquisitivo para o pagamento de decisões favoráveis aos seus interesses. Neste sentido, chama a atenção do leitor para uma prática de desfavorecimento de quem não detém poder econômico que possibilite arcar com a manipulação do sistema jurídico, e trata de denunciar o uso mercadológico da justiça, ou seja, a lei é transformada em mercadoria e o acesso a este bem é restrito ao grupo dos endinheirados. A contextualização da passagem bíblica com os acontecimentos que se desdobram no Extremo Sul do estado permite, questionar a morosidade do sistema jurídico em julgar questões sociais importantes, como aquelas relacionadas aos conflitos de terras e aponta para essa morosidade como um *modus operandi* concebido com o objetivo de beneficiar a grupos específicos, como a Flonibra que contava com o aval do governo baiano para iniciar suas atividades. Por sua vez, constrói uma concepção particular de justiça, constituída com base em parâmetros religiosos, de modo que a subversão da lei é

tomada como uma verdadeira profanação do sagrado. Em se tratando da questão fundiária, a publicação de tal mensagem procura reclamar a resolução dos litígios de terras pelos poderes institucionais, a fim de que se realize a justiça divina, cuja postulação é a da distribuição da terra com justiça.

A não observância da justiça enquanto instrumento divino coloca, aqueles que não são assistidos por uma justiça que foi violada, numa posição legitimada de reclamar tal violação, da forma lhe fosse mais apropriada. É a religião, logo, o elemento legitimador das ações cujo propósito é fazer a justiça trilhar o caminho da retidão. Neste sentido, uma notícia publicada no mesmo documento trata de narrar o seguinte acontecimento:

No dia 16 de maio de 1984, o povo de Itabatan, Município de Mucuri-Ba, se movimentou para resolver um problema no povoado, porque o japonês Ricardo fez uma represa pegada com o comércio, no Córrego da Água Boa. Esta represa prejudicou todo pessoal que morava na beira deste Córrego. [...] Então, para fazer a represa, o japonês pediu o apoio do vereador Olício, para embaixo do quintal dele. Olício aceitou dizendo: “Isto não vai dar certo”. Mas um homem por nome de Valter Guerra falou com Olício: “Olício, você pode ajudar o Japonês”. Então a represa foi feita. [...] Um homem prejudicado foi pedir a Olício para soltar a água. Olício respondeu que não era mais com ele. Então foi ao japonês para que pagasse o prejuízo que a água deu ao pessoal. O Japonês enrolou dizendo que soltava a água, mas ficou só na conversa e não resolveu nada. [...] Foi então que outra prejudicada foi dar parte à Prefeita Dona Marieta Azevedo Gazinele. Ela mandou o Doutor da Saúde Pública vir olhar a represa. Então a conversa foi esta: “As senhoras não deixem as crianças tomar banho que esta água, com a continuação vai sair”. Então o pessoal da comunidade ficou pensando como poderia resolver. Foi então que tomaram a opinião com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, e foi feito um abaixo assinado com 88 assinaturas e foi entregue para a Prefeita Marieta Azevedo Gazinele. Ela ficou de resolver com 8 dias. O povo ficou esperando a solução e sem as cacimbas para água boa. [...] O prazo esgotou. Então o pessoal se reuniu e foi na reza da Igreja. Quando terminou a reza, o povo fez um mutirão e seguiu uma fila pela rua afora. Todos levavam enxada, enxada, etc... Eram homens, meninos, mulheres, até algumas esperando nenê. Chegaram na represa e quebraram. E ela está quebrada.¹⁷⁸

O caso da comunidade de Itabatã vai ao encontro a esta noção de justiça como dádiva divina. A reclamação dos trabalhadores acerca do prejuízo causado pela construção da represa transitou por diferentes instâncias de poder. Como não se observou empenho algum das autoridades em resolver o problema, os trabalhadores trataram de saná-lo por iniciativa própria, sem a intervenção de um Estado que opera com estranheza o que aqueles homens e mulheres entendiam por justiça, concepção que transitava pelo âmbito do sagrado. A legitimidade da ação vem da prática religiosa de reunir-se na igreja em oração, a fim de

¹⁷⁸ *Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas*. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 2. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02.

sancionar a decisão que havia sido tomada antecipadamente, uma vez que os trabalhadores se dirigiram para a igreja com os instrumentos que julgaram propícios para aquela atividade. A sanção do sagrado denota a centralidade da religiosidade na vida daqueles trabalhadores rurais, uma vez que dirigir-se à igreja de posse dos seus instrumentos de trabalho indica não somente o caráter divino do trabalho humano, como já apontado neste capítulo, como também a interferência que a construção da represa representava no sentido de romper com essa relação.

Como salientou Mainwaring,¹⁷⁹ estes sujeitos concebem todas as circunstâncias da vida com base na religiosidade. Com as terras inundadas, a atividade produtiva ficava comprometida e sem acesso a água potável, a sobrevivência era diretamente afetada. Desta forma, diante da ameaça à vida pela supressão dos meios de subsistência, aqueles sujeitos tomaram a iniciativa de derrubar a barragem, ação engendrada em meio ao conflito de interesses entre sujeitos e coletividades que ocupavam lugares sociais bem delimitados naquela sociedade. Assim, o universo cultural e as formas do sagrado de que lançam mão as classes populares, são essenciais para a compreensão do processo de construção das experiências dos trabalhadores rurais no Extremo Sul da Bahia em torno da luta pela terra, uma vez que interagem com a prática política e social daqueles sujeitos.

Por seu turno, é necessário considerar que suas ações – para além das formulações religiosas das próprias classes populares –, vão de encontro às novas concepções do sagrado formuladas pela Teologia da Libertação (TL), das quais, aparentemente, o bispo de Caravelas era signatário. Com base em tal consideração, é possível notar no Boletim Diocesano, mensagens de dom Filipe Broers aos católicos de sua diocese – cujo teor realiza uma justaposição entre religião e política –, em que assumia claramente uma postura em favor dos pobres e injustiçados. Diante de um contexto crescente de violência contra os mais pobres, no Boletim Diocesano de novembro de 1980, dom Filipe Broers declara:

Nós, compreendendo a nossa missão de cristão[s] procuramos defender os direitos d'aqueles que são marginalizados e maltratados, damos apoio e socorro aos sofredores. Mas nossa ação foi muitas vezes mal compreendi[d]a e por isso fomos perseguidos, ameaçados e caluniados. Mas mesmo assim devemos continuar, pois Cristo nos obriga. O que São Paulo escreveu para seu discípulo Timóteo vale também para nós: “virão momentos difíceis. Os homens serão egoístas, amigos do dinheiro, pretenciosos, soberbos, detratores, rebeldes, ingratos, ímpios, sem afeição, sem espírito de união, caluniadores, intemperantes, rudes, inimigos do bem, traidores, insolentes, cegos de orgulho, mais amigos dos prazeres do que de Deus”

¹⁷⁹MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

(2 Tim. 3, 1-5) e continua: “Conjure-te, diante de Deus e de Cristo Jesus.....prega a palavra; insista oportuna e inoportuna; convence, corrige e exorta.....suporta a provação, realiza a tarefa do pregador do evangelho, desempenha plenamente teu ministério” (2 Tim. 4, 1, 2 e 5).¹⁸⁰

Observa-se que o bispo de Caravelas assume uma posição clara em favor das vítimas de violência em todo o Extremo Sul baiano. Contudo, a despeito de sua posição política num cenário de Ditadura Civil-Militar, o que certamente lhe rendeu uma vigilância especial do Serviço Nacional de Informações (SNI), o bispo procura o endosso de suas ações numa leitura que procurava ressignificar os textos bíblicos, de modo que pudesse dialogar com as condições sociais das classes subalternas em sua diocese, o que tornava sua ação uma obrigação ética e moral que deveria impelir todos os fiéis a uma atitude semelhante, de forma que, posicionar-se contra a violência e a injustiça, tornava-se pré-requisito para a paz espiritual desejada por um cristão dedicado. Porém, dom Filipe Broers procura não somente convencer os leitores do caráter ético e moral que tal posicionamento implica, mas coloca de imediato o desafio que apresenta, pois significa remar o barco contra as correntezas da perseguição e da calúnia.

Com isso, procura contrapor o que entende por valores verdadeiramente cristãos, os não-valores de uma sociedade que se pauta no egoísmo, no dinheiro e na traição, cuja essência contradiz a verdade bíblica de que comunga o clérigo. Todavia, reclama que é necessário insistir na construção de uma sociedade ética, em que valores como a solidariedade e igualdade sejam parâmetros universais, ainda que naquele momento isto significasse localizar-se na contramão do processo de consolidação do capitalismo nesta região, expansão que se realiza com incentivos dos governos dos militares e da Bahia.¹⁸¹ Era, portanto, necessário conjurar-se, revoltar-se contra a subversão dos verdadeiros valores humanos e sociais, para que a lógica egocêntrica da sociedade capitalista não conquistasse a hegemonia ideológica entre os católicos da Diocese de Caravelas.

E, no sentido de se contrapor veementemente contra uma forma de percepção da realidade que perpassava fundamentalmente pelo apagamento do outro, dom Filipe Broers deixa um recado desconcertante:

¹⁸⁰ *Boletim Diocesano. Diocese de Caravelas – Bahia*. Ano 1, n 3, Novembro 1980, p. 1. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

¹⁸¹ PESSOTI, Gustavo Casseb. *As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro*. In: ZACHARIACHES, Grimaldo Carneiro (organizador). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador, EDUFBA, 2014. p. 151/181.

E para vocês que nos consideram agita[d]ores e inimigos seus, para vocês desejo e rezo para que o Espírito Santo, principalmente nesta época de NATAL, ilumine vocês para compreenderem que, o que nós estamos fazendo é por ordem do próprio Cristo. Reflitam sobre isso, reconheçam os erros cometidos e vocês também sentirão no seu interior a PAZ que os anjos anunciaram na noite em que Cristo nasceu, a PAZ que o mundo não pode dar e que não se compra por dinheiro mas que provem de uma consciência sã e tranquila. Esta PAZ e esta felicidade desejo a vocês e às suas famílias.¹⁸²

Como pastor que orienta o rebanho, o bispo de Caravelas trata de dar o exemplo e, no lugar de acusações e juízos, convida àqueles que condenavam seu apoio aos pobres, a uma postura que estivesse de acordo com a perspectiva de paz interior que permeia o período do natal, simbolizado no nascimento de Cristo. Deste modo, o nascimento do ícone do cristianismo representa um convite a um comportamento solidário para com o outro, independentemente de sua condição social ou origem, uma tentativa de manter a chama da solidariedade acesa em meio a uma onda de destruição dos valores éticos e morais dos quais comungam o bispo.

A compreensão do compromisso para com os pobres requer considerar que essa postura de clérigos com as causas populares, como já tratado em outros momentos, não pode ser considerada como uma ação que tinha por finalidade exclusiva a manutenção da clientela religiosa e a perpetuação do poder temporal da igreja. Michael Löwy a este respeito ressalta que

Se considerarmos essa fé e essa identidade religiosa, profundamente arraigada na cultura popular, só como um “envelope” ou “roupagem” de interesses sociais e econômicos, estaremos incorrendo no tipo de abordagem reducionista que nos impede de entender a riqueza e a autenticidade do movimento verdadeiro.¹⁸³

E completa que o compromisso destes religiosos que fizeram uma opção preferencial pelos pobres

[...] tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias [...]
A teologia da libertação é o produto espiritual [...] desse movimento social, mas, ao legitimá-lo, ao lhe fornecer uma doutrina religiosa coerente, ela contribuiu

¹⁸² *Boletim Diocesano*. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 1, n 3, Novembro 1980, p. 1. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

¹⁸³ LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 58-59.

enormemente para sua expansão e fortalecimento. No entanto, a fim de evitar desentendimentos e reducionismos (sociológicos ou de outro tipo) é preciso lembrarmos, em primeiro lugar, de que a teologia da libertação não é um discurso social e político e sim, antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual.¹⁸⁴

Portanto, a atitude de recorrer ao sagrado nos momentos de conflitos segue em conformidade com uma concepção que perpassa pela noção de que a religião tem um papel libertador não somente no sentido espiritual, mas, principalmente no plano temporal, das necessidades materiais, aquelas que se referem à reprodução imediata da vida. Lutar pela manutenção da vida, é algo que envolve um profundo senso espiritual e moral, já que a vida como obra da criação divina insere-se no âmbito do sagrado. Com isso, é possível compreender a “opção preferencial pelos pobres”, de que parte os adeptos da TL, como um compromisso verdadeiro e incondicional com a vida, uma vez que bispos, padres, religiosos e leigos se envolvem diretamente nas situações de conflitos vivenciadas por camponeses e outros grupos sociais, seja por meio da denúncia, da formação política, social e espiritual ou pelos embates diretos contra grileiros, latifundiários e multinacionais.

Neste sentido, como observou Löwy,¹⁸⁵ o posicionamento dos religiosos em favor dos pobres é marcado não somente pelo compromisso institucional de que são portadores, mas, principalmente, pela relação que se estabelece entre fé e prática social e política. Comprometer-se com os menos afortunados parte, neste caso, da perspectiva de que é importante a construção do reino de Deus na terra, ou seja, não faz mais sentido a ideia de uma vida de amargura com vistas a gozar de fartura no reino dos céus, é necessário que essa vida de bonança se realize no cotidiano daqueles camponeses e outros trabalhadores.

Logo, quando os meios institucionalizados não fizeram a devida mediação de interesses entre as partes, como foi o caso da comunidade de Itabatã, a solução encontrada foi a destruição da barragem, cuja legitimidade fora sancionada pela religião enquanto vivência da fé, concepção compartilhada por todo o grupo, uma vez que a derrubada da barragem foi um ato assumido pela coletividade. Além disso, se os trabalhadores se dirigiram à igreja de posse de suas ferramentas de trabalho, há de se considerar que o responsável pela manutenção do templo – o vigário ou leigo que segue suas orientações – estava não somente ciente do que aconteceria após a oração, como provavelmente fora quem providenciou a publicização do acontecimento nas páginas do informativo da Diocese de Caravelas.

¹⁸⁴LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 58-59.

¹⁸⁵ Ibid.

Por outro lado, é interessante notar que a relação entre religiosidade e lutas sociais no campo podem ser observadas em diferentes lugares do Brasil, todavia, conservando suas especificidades conforme o lugar. No Sul do país, neste mesmo período, Zilda Grícoli Iokoi aponta para a importância dos elementos religiosos na configuração dos conflitos em torno da terra. A autora nos relata acerca das experiências de lutas de camponeses na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, por reforma agrária. Os camponeses

Todas as tardes, às 17 horas, eles se juntavam no centro do acampamento, junto à cruz para rezarem e refletirem sobre seu sofrimento comparando-o com a Paixão de Cristo. Permaneciam em oração e recebiam apoio dos sindicatos, entidades e igrejas. Procuravam fortalecer os apoios recebidos e suas convicções para forçar as autoridades a cumprir as leis existentes ou ainda alterá-las, se necessário, e obterem a terra.¹⁸⁶

Esta é, portanto, uma característica importante – o recurso aos elementos da fé – dos movimentos que lutam pela terra. Com suas particularidades, os camponeses do RS se reúnem e articulam a luta pela terra, com objetivos distintos daqueles da comunidade de Itabatã no Extremo Sul da Bahia, porém, o que ambos têm em comum é a relação que se estabelece entre religião, lutas sociais e política. Em Itabatã a ação de derrubada da barragem da represa acontece depois de tentarem resolver o problema por outras vias, como a reclamação direta ao causador do problema, ou ainda a reunião com órgãos de classe e produção de abaixo-assinado que foi entregue à prefeita, que assumiu o compromisso de resolver o problema, sem, contudo, trabalhar em sua resolução. A ação organizada daqueles trabalhadores e trabalhadoras, por sua vez, não se fez sem a reflexão e debate acerca da situação em que se encontravam. De modo semelhante operavam os camponeses da Encruzilhada Natalino, como se pode observar:

Enquanto esperavam negociar com o Incra e o governo os acampados do Natalino estudavam o Estatuto da Terra, os demais decretos que definiam a questão agrária e a Constituição de 1967. O objetivo era entender os instrumentos legais disponíveis e as brechas por meio das quais procurariam atuar para forçar as negociações com o governo. [...] Apoiados no documento de Itaici [CNBB] de 1980, destacadamente o sexto ponto, cuja ênfase estava na necessidade de os agentes pastorais “não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e as angústias, as lutas e as esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra”. Chegavam ao acampamento freiras, jovens e missionários que procuravam “animar a luta” dos colonos, evitando que a desesperança e o cansaço os fizessem recuar.¹⁸⁷

¹⁸⁶ IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1996, p. 80.

¹⁸⁷ *Ibid*, p. 80.

Observa-se com isso que os movimentos de luta pela terra, em diferentes partes do Brasil, desenvolveram metodologias que possibilitavam tornar a luta consciente e assim, se instrumentalizavam para os embates que se desenvolviam em diferentes instâncias. A leitura sistematizada de textos jurídicos, como o Estatuto da Terra e a Constituição de 1967, assim como os produzidos pela CNBB, mais especificamente o documento “A Igreja e o Problema da Terra”, possibilitava aos trabalhadores rurais se articularem de tal forma, que colocavam os letrados, representantes dos governos e das classes dominantes, na saia justa diante de suas tentativas de desarticular o movimento. Isso denota as diferentes formas e estratégias de que lançavam mão os grupos em situações de enfrentamento com os grandes fazendeiros, com o grande capital, com a mídia, com os governos e mesmo com os militares, conforme é possível observar tanto nas ações dos camponeses de Encruzilhada Natalino, quanto naquelas que empreendem camponeses e trabalhadores rurais no Extremo Sul da Bahia.

Diante das tentativas de enfraquecer o movimento de luta pela terra no RS, com propostas de doação de terras em outros estados, situação que desfavorecia os camponeses tanto pelas realidades encontradas, quanto pela fragmentação do grupo – o que era de conhecimento daqueles trabalhadores –, os camponeses da Encruzilhada Natalino

[...] demonstravam ao Incra uma relação das áreas contendo preços e condições de pagamento das terras postas no mercado em todo o estado. Foram apontados Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões, Ronda Alta, Nonoá e Passo Fundo, como regiões com terras disponíveis, por meio de anúncios em imobiliárias. Esse levantamento colocava os representantes dos acampados em posição ofensiva, podendo refutar os argumentos do presidente do Incra, que diante de dados objetivos e bem documentados não pôde tomar outra atitude que a de suspender as negociações, uma vez que optava por “vencer os acampados pelo cansaço e assim vergar a resistência camponesa”. Mas, a cada impasse, mais a comissão pastoral ativava relações com seus militantes que convencidos da importância daquela luta conseguiam cada vez maior apoio para os lavradores.¹⁸⁸

Esta é uma situação em que os camponeses têm consciência do seu lugar na estrutura de poder e procura jogar com estas estruturas, a partir de dados cujas informações tinham o objetivo de atender aos interesses dos grandes proprietários de terras. A luta pela terra transcende a contradição que coloca os letrados acima daqueles que não tiveram acesso às letras, de modo que aqueles trabalhadores puderam manipular elementos do mundo das letras e assim debater em pé de igualdade com as autoridades constituídas e institucionalizadas. É verificável também o crescimento do apoio de setores da Igreja Católica àqueles camponeses,

¹⁸⁸ Ibid, p. 80.

uma vez que à medida que os conflitos se tornavam mais intensos, a participação de religiosos nos mesmos se tornava mais volumosa, trabalhando ainda na conquista de apoios de outros setores da sociedade civil.

No Extremo Sul da Bahia, as lutas empreendidas por trabalhadores rurais e camponeses ganhavam contornos semelhantes, porém, conservava características peculiares. A religiosidade, como já vimos, é sempre presente e o apoio da Igreja Católica da Diocese de Caravelas se faz perceber de diferentes formas e estratégias. Neste sentido, tratam de apoiar as lutas particulares de cada comunidade da região, bem como investem na formação crítica dos sujeitos envolvidos, a fim de que possam estar preparados para os embates nas diferentes instâncias em que são travados. Todavia, estas formas e estratégias perpassam pelos valores e cultura das classes subalternas, de modo que há uma interação entre aquilo que é concebido no âmbito teológico do catolicismo e as formas como as classes subalternas se apropriam e contribuem com o que é próprio do seu universo cultural. Pode-se observar que semelhante aos trabalhadores em luta no Sul da Brasil, no Extremo Sul baiano trabalhadores e camponeses tratavam de refletir sobre a realidade que os cercavam, com elementos próprios da sua cultura e percebiam isso com um olhar politizado. Uma comunidade religiosa do município de Itamaraju nos dá um exemplo de como se realizava o elo entre reflexão política e religião na Diocese de Caravelas:

A comunidade católica de Coqueiro, interior de Itamaraju, celebra sua vida e realiza eventos que mostram como cresce em consciência comunitária e cristã. a) Os trabalhadores se reúnem sempre para discutir os seus problemas e procurar uma saída para os mesmos. [...] E no dia de São João Batista, acenderam uma fogueira comunitária. Ao redor da mesma, leram um texto baseado nos escritos de Lucas, sobre João, que dizia: Quem foi João? Foi profeta escolhido por Deus. O que ele pensava? Um mundo de igualdade e justiça: “Todo monte seja arrazado e todo vale aterrado”. Como ele queria que isto acontecesse? “Quem tem demais, tem que dar a quem tem de menos”. O texto questionava: como está sendo festejado São João hoje? Com muito dinheiro em toda parte, com fogos, enfeites, bebidas, festanças, etc..., enquanto muitas pessoas morrem por falta de tudo. De emprego, alimento, saúde, etc. [...] Enquanto isso, em bairros e povoados do município falta água, luz, esgoto para mais saúde, atendimento médico, o povo vivendo em condições de miséria por falta de empregos, funcionários públicos e professores ganhando salários indecentes. Esta reflexão foi feita por mais de 20 trabalhadores. Depois disso, continuaram a celebração na Igreja, com a presença de mais de 50 pessoas da comunidade.¹⁸⁹

¹⁸⁹ *Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas*. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 3. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02.

Podemos notar que no interior do município de Itamaraju se desenvolveu uma prática comunitária de refletir sobre os acontecimentos cotidianos e políticos à luz do evangelho. A religião se apresenta naquela comunidade como o elemento identitário que propicia a identificação daquilo que permite àqueles homens e mulheres reconhecerem-se enquanto coletividade. Como afirma o texto, tornou-se prática corriqueira reunirem-se no intuito de refletir sobre as dificuldades cotidianas e assim encontrar uma solução. Naquela ocasião, o texto bíblico utilizado como instrumento para a reflexão foi uma passagem do livro de Lucas que trata do nascimento de João e de sua circuncisão,¹⁹⁰ evento que foi acompanhado pela recuperação da fala de Zacarias, pai de João, que perdera a fala ao duvidar da promessa proferida pelo anjo Gabriel de que ele e Isabel teriam um filho.

Duvidar da promessa de Deus, portanto, foi o motivo para que Zacarias fosse privado da capacidade de falar, anunciar, denunciar. A história que se passa entre o anúncio profético da concepção de João e seu nascimento é indicativa da necessária confiança nas promessas divinas anunciadas nos textos bíblicos. Deste modo, ao elucidar brevemente sobre quem fora João e o que pretendia, a reflexão sobre o texto bíblico possivelmente convida aqueles trabalhadores e trabalhadoras e confiarem nas escrituras e respectivas interpretações sobre a prioridade da emergência de um reino de justiça ali mesmo no município de Itamaraju e mais amplamente, no Brasil.

A fórmula para isto se inicia com a distribuição da riqueza, de maneira que não somente as necessidades imediatas dos pobres sejam supridas, como tudo aquilo que é importante à garantia de bem-estar. Entretanto, não é possível refletir sobre tais coisas sem que se proceda à crítica política e social, o que é denunciado no ato de festejar acriticamente o São João, apontando para o desperdício das receitas com as “festações”, enquanto no país ao povo falta emprego, saúde e alimento, em outras palavras, falta a dignidade. Depois de uma descrição ampla e generalizada, a crítica percorre as trilhas cotidianas daquela comunidade, de modo que faz um levantamento das condições acerca do saneamento básico no município de Itamaraju, com a verificação de que os esgotos correm a céu aberto, propiciando a proliferação de todo tipo de doença; critica-se também a falta de luz (pode-se entender a ausência de eletricidade nas casas e de iluminação pública) e água encanada e o atendimento médico era deficitário, de modo que o povo era condenado a viver em condição de miséria. A reflexão crítica da comunidade de Coqueiro em Itamaraju, contudo, não ficou circunscrita ao

¹⁹⁰ *BÍBLIA SAGRADA*. 94 ed. São Paulo, Editora Ave-Maria, 2014, p. 1347.

momento de sua realização, estendendo-se a um grupo maior que se reuniu na igreja para uma celebração. Entretanto,

b) À noite, pouco longe do povoado e à luz de uma linda fogueira, celebraram o aniversário da filha de um trabalhador. O texto Bíblico lido (Lc 1, 57-66), fala do nascimento de João Batista. Na reflexão, se lembrou quais eram as idéias de João Batista: um mundo de igualdade e justiça. João serve para fazer a gente falar, pois Zacarias, mudo há muito tempo, ao escrever o nome “João”, começa a falar. E fala o que? “Deus suscita uma força para nos livrar dos nossos inimigos e nos quer livres da escravidão, para que o sirvamos em liberdade”. (Cântico de Zacarias). Depois disto, divertiram-se com uma festinha.¹⁹¹

A vida daquela comunidade ao que parecia era bastante dinâmica, uma vez que é possível observar que extrapola os limites do povoado, alcançando os lugares onde viviam os trabalhadores rurais e, mais uma vez, a reflexão insiste na ideia de igualdade e justiça, o que corrobora com a perspectiva de que os grupos e comunidades tradicionais do Extremo Sul da Bahia comungavam de concepções de justiça que perpassavam pelo âmbito do sagrado, de maneira que a verdadeira justiça seria aquela que colocasse como prioridade a superação de toda desigualdade social e econômica, pois, como visto, as condições sanitárias, de trabalho, alimento e saúde são pontos centrais nos debates realizados por aqueles trabalhadores.

Além disso, a superação de toda desigualdade perpassa pela denúncia, uma vez que a leitura sobre João, como afirma o documento, serve para fazer o povo falar, assim como Zacarias. Neste sentido, falar das suas perspectivas de vida, dos seus valores éticos, culturais e religiosos, fazendo-se acompanhar da devida crítica às condições sociais e econômicas que são dispensadas às classes subalternas. Depois de proceder à leitura e interpretação das condições sociais a que estavam submetidos, aqueles trabalhadores e trabalhadoras encerram a noite com uma festinha à beira da fogueira, lugar inicial do encontro. Algum tempo depois,

c) No dia 27 de junho, a comunidade se reuniu para celebrar os 3 aninhos da filha de um dos animadores da comunidade. Teve celebração de Missa campal, com muita participação da comunidade.

Na Igreja, no momento de partir o bolo, o pai da garotinha, emocionado, expressou a sua alegria e agradeceu pela grande participação de todos.

Foi lembrado o valor da vida em comunidade, o que é mesmo comunidade: onde todos têm tudo em comum. Por isso, os momentos de alegria, como também as dificuldades, devem ser vistos com este aspecto comunitário. Aquele momento de alegria da família, era oferecida a todas as famílias.

d) Com essa consciência crescente, a comunidade segue a caminhada: diante do descaso do prefeito, quando lhe foi pedida uma escola na fazenda São Lucas (de

¹⁹¹ *Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas*. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 3. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02.

pequenos proprietários), o pessoal se reuniu (homens, mulheres e crianças) e construíram comunitariamente, o salão onde funciona a escola que atende a nove famílias. Deus caminha conosco e quer o bem de todos nós.¹⁹²

A comunidade de Coqueiro consegue avançar em sua percepção do que é comunidade, de modo que a concebe como o lugar da vida em comum, onde se compartilha dos momentos felizes, mas também dos de luta. A vivência da fé é o elemento que dá liga ao grupo, de modo que a celebração da vida da filha de um dos trabalhadores é o momento de festejar não somente um momento feliz para uma das famílias, como também de celebrar o milagre da vida, que desta vez se manifesta na concepção literal da vida humana, presença mística de Deus que se realiza para além da providência dos meios de sobrevivência, como uma colheita farta. O nascimento de novos membros pode ser interpretado como o desejo divino de perpetuação daquela comunidade e de seu modo de vida peculiar, especialmente no que tange à produção e reprodução de elementos e práticas religiosas. Além do mais, pensar a comunidade é reconhecer que ela se realiza de forma integral, ou seja, com a participação dos membros do clero, que com o povo que celebra as alegrias da vida e com ele manifesta a fé em Cristo. A realização de uma missa na ocasião do aniversário é o elemento que nos permite perceber essa integração do clero no seio da comunidade, de forma que a concepção de igreja enquanto povo torna-se completa.

Por último, as reuniões para refletir e celebrar as coisas da vida permitem àquela comunidade estabelecer planos de ação ante à realidade, de maneira que diante da ineficiência da prefeitura em suprir a carência da comunidade de acesso à educação, os homens, mulheres e crianças decidem por trabalharem em conjunto na edificação de um salão que pudesse servir de escola aos seus filhos. Tal atitude denota, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que era necessário se apropriar dos elementos e códigos culturais dos quais as classes dominantes se utilizam, com o objetivo de perpetuar sua dominação econômica, social e ideológica. Apropriar-se dos códigos de representações que garantem a hegemonia burguesa é uma atitude que tem como finalidade, instrumentalizar os filhos daqueles trabalhadores e trabalhadoras na defesa dos interesses daquela comunidade, por mais simples e humildes que fossem.

Para além destas questões, pode-se considerar que o espírito comunitário de que o grupo está imbuído o possibilita refletir acerca dos diversos problemas que envolvem a

¹⁹² *Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas*. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 3. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02.

comunidade. A religião, por sua vez, se apresenta aqui como elemento que dá consistência às relações estabelecidas entre os membros do grupo. Ela é também a forma como a consciência política e social daqueles sujeitos se manifesta. A correlação que se estabelece entre a leitura dos textos bíblicos com as condições socioeconômicas em que se encontram, revela a forma como estes sujeitos percebem a realidade em sua volta e como se comportam diante dela. A reflexão atravessada por concepções religiosas os colocam diante de um paradigma, que é a transformação da realidade social e, em dados momentos, a construção de uma nova realidade parte não somente do ato de refletir, mas também da ação efetiva e concreta diante das circunstâncias em que se encontram.

A ideia de igualdade, inclusive no que diz respeito ao acesso à propriedade, é também um dos elementos centrais em sua reflexão. Como já abordado no capítulo anterior, o Brasil durante a ditadura civil-militar passou por um momento de avanço do capitalismo sobre diferentes seguimentos econômicos, com especial inserção do capital estrangeiro. O Extremo Sul baiano se tornou alvo de projetos dos militares que visavam o desenvolvimento econômico do campo com base na dinâmica da produção industrial. As terras da região foram sequestradas pelo grande capital, o que resultou na expulsão de populações rurais de suas terras que, por sua vez, trataram de enfrentar a grilagem e a violência com aquilo que disponibilizavam, travando conflitos contra grileiros e latifundiários dos quais resultaram em tiroteios e processos nas instâncias governamentais responsáveis pelos litígios de terras e pela segurança pública.

Todavia, a situação de desfavorecimento era resultado de arranjos políticos que se davam por cima, entre as classes dominantes, os governos militares e o capital internacional. Garantir a permanência dos camponeses na terra não estava nos planos de desenvolvimento econômico dos militares, o que tornava o desafio de nela permanecer ainda mais duro, já que a luta era travada contra inimigos que tinham a anuência do Estado, inclusive para realizarem ações como assassinatos e torturas, além de expulsões arbitrárias, que visivelmente iam contra a legalidade jurídica. Por sua vez, os trabalhadores rurais e camponeses de diferentes pontos do Extremo Sul da Bahia compreendiam que o acesso à terra passava por uma distribuição igualitária e comunal, forma política e econômica de conceber o acesso à terra que tinha por base os textos bíblicos. O senso de que a terra é um bem sagrado possibilita antagonizar a lógica capitalista de concentração dos meios de produção nas mãos de indivíduos e empresas,

e permite chegar à concepção de terra como bem de todos e, logo, provedora do bem universal.

Percebem também a relação que há entre o descaso dos governantes com a qualidade de vida dos habitantes das cidades e zonas rurais, e a concentração da riqueza. Neste sentido, a demanda por moradia, saúde, saneamento, melhores salários, dentre outros, está estreitamente relacionada à acumulação da riqueza por parte das classes dominantes, de modo que a manutenção de um estado de calamidade social não tem outra justificativa que não a de garantir da dominação política, econômica e social. Lutar, portanto, é a alternativa mais proeminente que se apresenta àqueles camponeses, de maneira que o engajamento comunitário é a base de sustentação das ações dos que demandavam a permanência na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Extremo Sul baiano, o envolvimento da Diocese de Caravelas nas lutas pela terra ao lado de pequenos proprietários, trabalhadores rurais, posseiros e pescadores nos possibilitou compreender como foram concebidos os projetos de desenvolvimento econômico para a região e qual foi o lugar ocupado por estes sujeitos, no modelo de industrialização colocado em curso pelos militares e pelo Governo da Bahia. Todavia, o posicionamento político de uma instituição como a Igreja Católica em direção às classes subalternas, não foi automática e tampouco era sua postura tradicional, corriqueira. Este realinhamento da Igreja Católica em posição de defesa do interesse da classe trabalhadora, foi resultante do conjunto de transformações ocorridas na geopolítica, especialmente, a partir do advento da industrialização e do fortalecimento das correntes filosóficas que imprimiam ao Ocidente o rompimento com o pensamento religioso, em favor do progresso viabilizado pelo desenvolvimento das ciências.

Com isso, surgiram também correntes políticas que questionavam não apenas a exploração do trabalho nos parâmetros da nova ordem mundial, como também a autoridade e capacidade da Igreja Católica de representar os interesses de todas as classes sociais e, de forma particular, os da classe trabalhadora. Esta reorientação política colocava a instituição romana diante de paradigmas que a obrigavam a renovar-se, de forma que tornava necessário seu realinhamento político, uma vez que, sua sobrevivência dependia de garantir a manutenção no número de fiéis – em sua maioria composta dos estratos subalternos – que, diante das novas circunstâncias apresentadas pelo avanço da indústria, não se viam acolhidos pela Igreja Católica, em muitos casos, rompendo os laços com a instituição. Por seu turno, no caso brasileiro assistia-se a um avanço de correntes protestantes que cresciam significativamente com a chegada de missionários, o que comprometia o domínio católico no campo religioso.

Como no Brasil a Igreja Católica ocupava um lugar privilegiado desde o início da colonização, a ameaça representada pela nova configuração política e religiosa a obrigou a reconsiderar sua posição, reorganizando-se internamente com a renovação do clero e criação de novas dioceses, dentre as quais a Diocese de Caravelas. Seu realinhamento político é marcado por reveses – rompimento dos laços com o Império, apoio político a Getúlio Vargas, aproximação das classes subalternas, apoio ao Golpe de 1964 e à Ditadura Civil-Militar e

oposição à mesma –, o que nos permite perceber que a “opção preferencial pelos pobres” não constituiu consenso em toda a Igreja Católica no Brasil e América Latina, mas de uma ala em seu interior identificada com a Teologia da Libertação.

Este reordenamento institucional levou à criação da Diocese de Caravelas que, como já apontado, uma vez em funcionamento, tratou, a partir das ações do bispo diocesano, de alinhar-se aos trabalhadores que se viam sujeitos a toda ordem de violência, fosse no campo ou na cidade. Como forma de conhecer a população da diocese, além das ações de missionários franciscanos na região desde a primeira metade do século XX, dom Filipe Broers encomendou um estudo socioeconômico sobre a região ao CERIS, de modo que a pesquisa era realizada também no intuito de angariar fundos junto a instituições internacionais com fins filantrópicos, dos quais resultaram na construção de um hospital em Caravelas e também, possivelmente na compra de glebas de terras para trabalhadores rurais em Medeiros Neto.

Todavia, as ações da Igreja Católica na Diocese de Caravelas não se encerraram em filantropia, pois tiveram como corolário o envolvimento de religiosos em questões políticas e sociais que os posicionaram, muitas vezes, em conflito direto contra grileiros e fazendeiros, colocando-os, inclusive, na mira da SNI. Por outro lado, a situação que se configurou na Diocese de Caravelas nos possibilitou compreender também que a Igreja Católica não atuava sozinha em nome de sujeitos sem voz, ao contrário, os trabalhadores rurais, pequenos proprietários e posseiros estavam na linha de frente dos conflitos e foram, por vezes, presos, torturados, espancados em praça pública, o que, por seu turno, não significava a desistência da luta por justiça. Estes sujeitos empreenderam batalhas em outros campos, como no interior de instituições públicas com o objetivo de requerer a resolução dos litígios que envolviam suas propriedades, ou reivindicando dos responsáveis pela segurança pública a garantia de suas vidas, bem como trataram de ocupar as páginas de jornais como o informativo da diocese, ou o jornal A Tarde, dentre outros, com denúncias das formas de violência que se aplacavam no Extremo Sul da Bahia.

Além disso, souberam, ao seu modo, manipular instrumentos como os da linguagem e escrita, a fim de escrever a autoridades com o objetivo de sensibilizá-las ao cumprimento da justiça, de forma que jogava com o senso ético e moral destes sujeitos, ou às autoridades tratavam de apresentar seus valores éticos e morais. Diante do silenciamento que lhes era imposto, estes sujeitos utilizaram táticas que os possibilitaram escapar à mordada, de forma que questões como as já descritas aqui anunciam que souberam fazer com que suas vozes

fossem ouvidas. Tal destreza só foi possível por que os trabalhadores rurais, posseiros, pequenos proprietários e pescadores conseguiram construir algum nível de organização e, neste sentido, isto foi possível em virtude do apoio do clero local na organização coletiva destes sujeitos. Deste modo, os trabalhadores e a Igreja Católica estabeleceram relações que tornaram possível empreender o enfrentamento à violência que se abatera sobre o campo e ambos travaram confrontos no âmbito próprio de suas ações e do lugar que ocupavam.

Por outro lado, esta articulação entre Igreja Católica e trabalhadores transcende os limites institucionais, uma vez que se trata de uma relação também marcada pela religiosidade dos sujeitos, em outras palavras, o conjunto das lutas travadas no Extremo Sul da Bahia foi marcado pelas experiências de fé dos envolvidos – clero ou fieis. Neste sentido, as representações do campo religioso compunham elementos importantes à compreensão do por que aqueles sujeitos defendiam a posse da terra, uma vez que era a terra o lugar não somente da produção econômica, diga-se de passagem, elemento de grande importância à sobrevivência dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários, mas também da produção da cultura, da religiosidade e dos valores éticos e morais, cuja relação dialética com a economia levou aos embates em torno da posse da terra, ou ainda da luta por dignidade, educação e saúde, como foi possível apreciar em diferentes momentos da nossa análise.

A fé dos sujeitos e uma apropriação particular dos textos bíblicos viabilizaram o posicionamento crítico destes, diante do jogo político e econômico que impunha à região um certo modelo de desenvolvimento, estranho aos valores e concepções de mundo das populações locais. Suas representações entravam em conflito com aquelas construídas pelas grandes empresas, a exemplo da Flonibra e da Aracruz, que utilizavam de conhecimentos produzidos por diferentes áreas do saber, com a finalidade de construir o consenso em torno de seus projetos, que demandavam a aquisição de grandes parcelas de terras no Extremo da Bahia. Entretanto, adquirir terras na região não se faria sem a expulsão de trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários das terras em que habitavam e que, nos parâmetros da produção capitalista industrial, representavam a ausência de progresso. O avanço industrial sobre a região com argumentos acerca da redenção econômica e do progresso denotam discursos que são marcados pela lógica imperialista, em que se coloca de um lado a indústria com seu aparato tecnológico e científico e, de outro, comunidades tradicionais cuja lógica de produção econômica e cultural são entraves à expansão do capital.

Portanto, verifica-se que os conflitos que emergiram em torno da posse da terra no Extremo Sul baiano, foram travados em diferentes esferas, indo dos confrontos com armas e denúncia da violência, à construção de símbolos que procuravam desqualificar ou defender o modo de vida particular das comunidades locais. Isto corrobora com a perspectiva dialética da história, que concebe as ações dos sujeitos em íntima interação com as estruturas sociais, políticas e culturais, de forma a produzir particularidades históricas conforme a época e o lugar, uma vez que a agência dos sujeitos provoca tensões nas estruturas, redefinindo suas formas, o que, por seu turno, determina as ações dos sujeitos, de modo que estas ocorrem dentro de uma totalidade histórica marcada por contradições e ambiguidades, ocasionadas pelas ações dos sujeitos.

Com isso, a análise das experiências de lutas de trabalhadores rurais, posseiros, pequenos proprietários e a Igreja Católica nos permitiram perceber que, apesar do reordenamento político desta em função de seus interesses institucionais, resultaram num compromisso mais profundo entre ambos, superando as intenções de ganhos privados de ambas as partes, uma vez que as lutas colocavam a necessidade de um compromisso verdadeiro, o que possibilitou a construção de uma via de ligação entre instituição religiosa e religiosidade enquanto prática da fé, visto que tanto os membros do clero, quanto os sujeitos vítimas da violência se apoiavam em ambas as características da Igreja Católica – religiosidade e poder institucional –, com o objetivo de promover a justiça social.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Leonardo Amaral. “*Pinga Fogo*” nas ruas de Itupeva: história política local 1950-1970. Universidade do Estado da Bahia, 2011. Monografia.

AZZI, Riolando. *História dos Franciscanos da Província Santa Cruz: da criação da Província em 1949 até seu centenário em 1999*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2014.

BÍBLIA SAGRADA. 94 ed. São Paulo, Editora Ave-Maria, 2014.

BRITO, Charlene José de. A luta pela terra na Bahia: a atuação da Cediter e da CPT durante a ditadura militar. In: ZACHARIACHES, Grimaldo Carneiro (organizador). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador, EDUFBA, 2014, p. 221-239.

BRUNOW, Vanessa de Oliveira. *Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na década de 1980 no Brasil: Um estudo sobre o movimento popular e a prática social do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. *Trabalhadores Rurais, Sindicatos, Igreja Católica e Política: Um estudo sobre a atuação do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) na década de 1980*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. In: *Revista história e luta de classes*. Teoria da história. Ano 6, Ed. 9, junho 2010, pp. 7-16.

CONSELHO Editorial. Apresentação à coleção. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980

CONCÍLIO VATICANO (2.: 1962-1965). *Documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997.

CORSO, João Carlos. *Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990*.

2012. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Trombas: um ensaio revolucionário. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. v1. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo. Editora UNESP, 2009, pp. 57-70.

DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia*. Parte I – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966.

_____. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia*. Parte II – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Rio de Janeiro, 1966.

ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.

FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.

HOOIJ, Elias. *Os “desbravadores” do extremo sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos*. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 1996.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, pp. 158-171.

KOOPMANS, José. *Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul*. 2 ed. DDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Teixeira de Freitas, BA, 2005.

LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, pp. 92-111.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Marcos Lobato. *Do Jequitinhonha ao Pampã: uma história de migrações no interior do Brasil*. Seminário Visões do Vale 4, Pró-Reitoria de Extensão, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil: (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *O cativo da terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo, Boitempo, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

MENCONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 5 ed. São Paulo, Ática, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo. Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PESSOTI, Gustavo Casseb. *As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro*. In: ZACHARIACHES, Grimaldo Carneiro (organizador). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador, EDUFBA, 2014. pp. 151-181.

PROVÍNCIA SANTA CRUZ. *Revista Santa Cruz*. N 2. Belo Horizonte. Ano 75, Abril/Maio, 2011.

REVISTA SANTA CRUZ. *Revista dos Franciscanos da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte, ano 76, n 1 Janeiro/Março, 2012.

RIBEIRO, Oslan Costa. *Percursos da Igreja Católica no sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978)*. In: MACEDO, Janete Ruiz de (org). *Diocese de Ilhéus: 100 anos de história*. Vol. 1. Ilhéus, Ba: EDITUS, 2013.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas! In: ZACHARIACHES, Grimaldo Carneiro (org). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDFUBA, 2009.

SILVA, Elizete da. *Configurações históricas do campo religioso brasileiro*. In: DIAS, André LuisMattedi; NETO, Eurelino Teixeira Coelho; LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros (orgs). Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. Religião e movimentos sociopolíticos: entre a devoção e a insurreição. In: SILVA, Elizete da; NEVES, Erivaldo Fagundes (orgs). *Cultura, sociedade e política: ideias, métodos e fontes na investigação histórica*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2014

SILVA, Margarete Pereira da. *O bispo de Juazeiro e a ditadura militar*. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Vol. 1. Salvador, EDUFBA, 2009, pp. 241-258.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. *Evangelizar e Politizar: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Seridó Potiguar (1964-1979)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SINGER, Paul. *As contradições do milagre*. [s/d]. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/6167922/as-contradicoes-do-milagre---paul-singer>. Acesso em 30/06/2016.

THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da vida*. Vol 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Vol. 1. Salvador, EDUFBA, 2009.

_____. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador, EDUFBA, 2014.

LISTA DE FONTES

A TARDE. *Marcados para morrer: Padre, advogado e lavrador*. 11 de agosto de 1982. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 06.

ACONTECIMENTOS NA PARÓQUIA DE ITANHÉM-BA, [s/d]. *Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas*, Caixa 33, Maço 06.

Além do Jornal da Bahia, a narrativa também toma como base a denúncia sobre o caso, o documento: *Violência em Mucuri*. Documentos: ago. 1979. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 31, Maço 02.

Boletim Diocesano Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras*. [s/d], pag. 8. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

Boletim Diocesano Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras*. [s/d], pag. 9. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03.

Boletim Diocesano de Caravelas. Ver o que acontece. *Edição extra: Pastoral das Terras*. [s/d], pag. 2. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03

Boletim Diocesano Nº 6. Caravelas. Páscoa / [19]76, pag.28. *Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas*, Caixa 75, Maço 03.

Boletim Diocesano. Diocese de Caravelas – Bahia. Ano 1, n 3, Novembro 1980, p. 1. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 03

Caderno do Trabalhador. *A luta pela reforma agrária. CPT Teixeira de Freitas/Caravelas (Bahia)*, 1984, p. 9. (grifo nosso). Arquivo da Fundação Padre José Koopmans (FUNPAJ)

Carta aberta ao povo, ao governador e à imprensa. Dom Filipe Tiago Broers, 22 de outubro de 1980. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 15.

Carta de D. Filipe aos Diocesanos, 1981. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, caixa 31, maço 02.

Comissão da Pastoral Rural da Diocese de Caravelas. Cantos. Agosto de 1980. *Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas*, Caixa 33, Maço 15

DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte I – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais*. Rio de Janeiro, 1966, p. 87.

DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte I – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais*. Rio de Janeiro, 1966, p. 87, p. 1 e 2.

Estatística do Culto Protestante 1955 e 1961: Serviço de Estatística Demografia Moral e Política apud DEELEN, Pe G. J.; Albuquerque, Elenir Soares. *Estudos sócio-religiosos: Diocese de Caravelas, Bahia. Parte II – Estudo Sócio-Religioso. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais*. Rio de Janeiro, 1966, p. 210.

Gaudium et spes, 1997, p. 569. In: CONCÍLIO VATICANO (2.: 1962-1965). *Documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997.

Grileiros expulsam 100 famílias de posseiros e ocupam terras devolutas. *A Tarde*, jan. 1981. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 31, Maço 02.

Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 4. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02

Informativo Diocese de Teixeira de Freitas Caravelas. Ano 1. N 5. 15/08/84, p. 3. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 75, Maço 02.

Jornal da Bahia. *Grileiros invadem terras e deixam Mucuri em pânico*, ago. 1979. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 31, Maço 02.

KOOPMANS, Padre José. *Carta aberta as comunidades de Itanhem*. [s/d]. Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, Caixa 33, Maço 06. / Transcrição em caixa alta conforme documento original.

PROVÍNCIA SANTA CRUZ. *Revista Santa Cruz*. N 2. Belo Horizonte. Ano 75, Abril/Maio, 2011, p. 56

REVISTA SANTA CRUZ. *Revista dos Franciscanos da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte, ano 76, n 1 Janeiro/Março, 2012, p. 20

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação nº 0028/116/ASV/79. 11 de abril de 1979. *Acervo digital sob a guarda do Laboratório de História e Memória das Lutas Sociais (LABELU)*. Universidade Estadual de Feira de Santana, p. 1 e 2

FONTES ONLINE

Diocese de Teixeira de Freitas

Link.: <http://dioceseteixeiradefreitas.com.br/historia/>

Geógrafos

Link.: www.geografos.com.br

I.B.G.E

Link. <http://cidades.ibge.gov.br>

O Estado de São Paulo

Link:<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730926-30214-nac-0012-999-12-not/busca/Aracruz+celulose>